



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – UEPB/UFCG**

EDUARDO DE FIGUEIREDO MAGRIN

**PROGRAMA SERTÃO SUSTENTÁVEL E CAPITAL SOCIAL: Interface
Para o Desenvolvimento Sustentável Local na Comunidade Quilombola
Fonseca no município de Manaíra, PB**

CAMPINA GRANDE-PB

2015

EDUARDO DE FIGUEIREDO MAGRIN

**PROGRAMA SERTÃO SUSTENTÁVEL E CAPITAL SOCIAL: Interface
Para o Desenvolvimento Sustentável Local na Comunidade Quilombola
Fonseca no município de Manaíra, PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Professora Orientadora: Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Dra.

CAMPINA GRANDE-PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M212p Magrin, Eduardo de Figueiredo.
Programa Sertão Sustentável e capital social [manuscrito]:
interface para o desenvolvimento sustentável local na comunidade
quilombola Fonseca no Município de Manaira, PB / Eduardo de
Figueiredo Magrin. - 2015.
114 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho,
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Programa Sertão Sustentável. 2. Sustentabilidade. 3.
Desenvolvimento local. 4. Capital social. I. Título.

21. ed. CDD 338.9

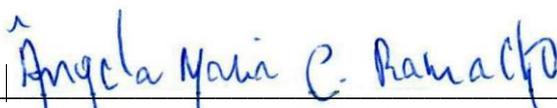
EDUARDO DE FIGUEIREDO MAGRIN

PROGRAMA SERTÃO SUSTENTÁVEL E CAPITAL SOCIAL: Interface Para o Desenvolvimento Sustentável Local na Comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB

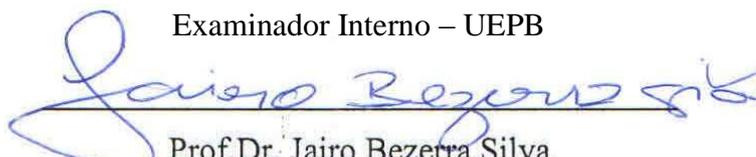
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dissertação aprovada em 29/07/2015

BANCA EXAMINADORA:


Prof.ª Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
Orientadora - UEPB


Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Motta
Examinador Interno – UEPB


Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva
Examinador Externo - UEPB

CAMPINA GRANDE-PB

2015

Como já dito na canção Sertão Transformado, dedico este trabalho a todos os valentes sertanejos que não querem sair de sua terra porque acreditam que é o melhor lugar para morar. Onde o céu é mais azul e tem mais estrelas para olhar. Que têm a esperança de um dia verem o seu sertão transformado. E professam com alegria: sertão, terra de viver; sertão, meu lar.

AGRADECIMENTOS

Após concluir essa etapa o que preciso fazer é olhar para trás para que fique claro que eu não cheguei até aqui sozinho.

Primeiro faço menção ao Senhor da minha vida e destino, que de acordo com seus propósitos, vivo ou morro; exulto ou pranteio; perco ou conquisto. E aqui estou, vivo e exultante por mais uma conquista, glória ao Senhor!

Depois do Senhor da minha vida, faço menção ao meu porto seguro – minha família. Ao meu pai, minha mãe, irmãos, cunhados, cunhadas e sogra. Todos eles são sempre impressionantes, por isso pude contar com eles em todos os aspectos. Dependendo de vocês.

Menciono ainda alguém de importância singular nessa etapa – Donária. Essa conquista passa por seus estímulos, orações, sorrisos, críticas e auxílios. Enfim, seu amor e caráter íntegro ajudaram-me até aqui, e acredito que isso se estenderá por toda a nossa vida. Eu te amo muito minha pequena!

À turma 2013 do MDR, fonte de alegria para minha vida nesses últimos anos.

Aos professores que compõem o MDR, pelas experiências e conhecimentos compartilhados.

À professora Ângela Ramalho, minha orientadora, que desde a minha entrevista para a seleção do mestrado apoio-me e demonstrou interesse para ajudar-me nesse processo. Obrigado pelas orientações, paciência e estímulo!

Aos membros da ACEV, que não mediram esforços para auxiliarem-me nesta pesquisa.

Ao pessoal de Princesa Izabel e Manaíra, pelas hospedagens e carinho.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ao Programa Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (MDR), por terem me proporcionado a convivência e o repasse de parte de seus conhecimentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa de estudos durante o desenvolvimento dessa dissertação.

RESUMO

MAGRIN, E. F. **Programa Sertão Sustentável e Capital Social:** Interface para o Desenvolvimento Local e Sustentável na Comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB. 98 f. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, PB, julho de 2015.

O presente trabalho tem o seu principal propósito circunscrito à compreensão da interface Programa Sertão Sustentável (PSS) e capital social para o desenvolvimento local sustentável na Comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB. Para tanto, após uma análise das principais linhas interpretativas das temáticas capital social e desenvolvimento sustentável, buscou-se sistematizar a pesquisa a partir da descrição dos aspectos históricos e culturais da referida comunidade; das articulações entre os atores sociais envolvidos no referido programa; e das ações desse programa e seus respectivos impactos na dinâmica da comunidade. A metodologia utilizada para o estudo foi uma pesquisa dialógica com abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumentos a observação participante, entrevistas semiestruturadas e o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI-MCS. Os resultados iniciais apontam que o Programa Sertão Sustentável proporcionou aos moradores a ampliação ao acesso à água a partir de um poço tubular profundo e implementou ações de conscientização e de educação ambiental no uso da água, do solo e da vegetação na comunidade. Concernente à mensuração do Capital Social na comunidade, os resultados obtidos demonstram que a comunidade possui uma concentração mediana desse recurso. Esse capital, impulsionado principalmente pela Associação Quilombola de Fonseca, somado às ações da ACEV (Ação Evangélica) Social, ONG responsável pelo Programa Sertão Sustentável, proporcionaram melhorias na qualidade de vida local. Entretanto, mesmo diante desses pontos positivos, a comunidade possui uma realidade muito distante do que se pode considerar uma experiência exitosa de Desenvolvimento Sustentável Local.

Palavras-Chave: Capital Social. Sustentabilidade.

ABSTRACT

MAGRIN, E. F. **Sustainable Sertão Program's and Social Capital:** Interface for Local Sustainable Development in the Fonseca Quilombola Community, in the city of Manaíra, PB. 98 f. Master's Degree Dissertation on Regional Development at the State University of Paraíba-UEPB, Campina Grande, PB, July 2015.

This paper has its main purpose circumscribed to the understanding of Sustainable Sertão Program's (PrograaSertãoSustentável – PSS) interface and social capital for the local sustainable development in the Fonseca Quilombola Community, in the city of Manaíra, PB. Therefore, after an analysis of the main interpretive lines of social capital and sustainable development themes, this work aims to systematize the research from the description of the historical and cultural aspects of that community; the articulations among the actors involved in that program; and the actions of this program and their impact on community dynamics. The methodology used for the study was an exploratory research with quantitative and qualitative approaches, using as instruments participant observation, semi-structured interviews, and the Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital - SC-IQ. Initial results indicate that the Sustainable Sertão Program provided residents with increased access to water from a tubular deep well and implemented awareness campaigns and environmental education on the use of water, soil, and vegetation in the community. Regarding the measurement of Social Capital in the community, the results show that the community has a median concentration of this resource. This capital, boosted mainly by Quilombola Association of Fonseca, added to the shares of Social ACEV (Evangelical Action), NGO responsible for the Sustainable Sertão Program, provided improvements to local life quality. However, this community has a very distant reality from a considered successful experience for Local Sustainable Development.

Keywords: Social Capital. Sustainability. Sustainable Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Comunidade Fonseca, Manaíra-PB.....	49
Figura 2	Casa de Taipa de mão.....	54
Figura 3	Reunião na comunidade - José Roberto da Silva e Moradores.....	56
Figura 4	Reunião na comunidade – autoridades.....	57
Figura 5	Escola na comunidade Fonseca.....	79
Figura 6	Máquina perfurando o poço no sítio vizinho à comunidade.....	59
Figura 7	Encanamento para distribuição da água.....	60
Figura 8	Crianças da comunidade retirando água.....	62
Figura 9	Moradora da Comunidade que vive os dramas do desemprego e da sobrecarga dos trabalhos domésticos.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Temáticas do novo ciclo de debates, com ano e local das conferências.....	30
Quadro 2	Definições de Capital Social: um recorte teórico.....	40
Quadro3	Elementos Constitutivos do Conceito de Capital Social.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

PSS	Programa Sertão Sustentável
ONGs	Organizações não governamentais
ACEV	Ação Evangélica
DDT	Dicloro Difênil Tricloroetano
UNESCO	<i>United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
CNUMA	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMDS	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
ROCADe	Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
PIB	Produto Interno Bruto
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de grupos ou redes que fazem parte.....	66
Gráfico 2	Grupo que o entrevistado (a) considera mais importante para ele (a).....	67
Gráfico 3	Interação com grupos de fora.....	69
Gráfico 4	Possibilidade de receber ajuda financeira de um morador vizinho em caso de emergência.....	71
Gráfico 5	Confiança na maioria dos moradores na comunidade.....	72
Gráfico 6	Necessidade de estar atento para ninguém tirar vantagem do entrevistado	73
Gráfico 7	Disposição da maioria dos moradores de ajudar o entrevistado caso esse precise.....	75
Gráfico 8	Contribuição em um projeto da comunidade que não beneficiasse diretamente o entrevistado.....	76
Gráfico 9	Confiança nos membros do governo municipal.....	77
Gráfico 10	Confiança nos membros do governo federal.....	78
Gráfico 11	Participação em atividades comunitárias nos últimos 12 meses.....	81
Gráfico 12	Probabilidade dos moradores cooperarem para tentar resolver um problema de abastecimento de água na comunidade.....	82
Gráfico 13	Principais fontes de informação a respeito do que o governo está fazendo.....	84
Gráfico 14	Relação diferenças x problemas.....	86
Gráfico 15	Diferença entre os moradores da comunidade.....	87
Gráfico 16	Diferenças que frequentemente causam problemas.....	88
Gráfico 17	Reuniões com outras pessoas para comer ou beber.....	90
Gráfico 18	Relação problemas x violência.....	91
Gráfico 19	Sentimento em relação ao crime e a violência.....	92
Gráfico 20	Índice de felicidade.....	94
Gráfico 21	Compreensão do poder para tomar decisões que podem mudar o curso da vida	95
Gráfico 22	Frequência de reuniões para entrega de petições a membros do governo ou líderes políticos para benefício da comunidade.....	96

Gráfico 23	Votação nas últimas eleições	97
------------	------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	20
1.2	OBJETIVOS.....	23
1.2.1	Geral.....	23
1.2.2	Específicos.....	23
1.3	JUSTIFICATIVA.....	24
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	26
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRUINDO OS CAMINHOS.....	28
2.1.1	Sustentabilidade: entre a ambiguidade e a legitimação.....	32
2.2	CAPITAL SOCIAL: UM RECORTE TEÓRICO – ANALÍTICO.....	37
2.2.1	As principais abordagens teóricas do Capital Social.....	37
2.2.2	Perspectivas e Entrelaçamentos: Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável.....	42
3	PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS.....	46
3.1	QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL –QI - MCS.....	47
3.2	DESENHO DA PESQUISA.....	48
3.2.1	Aspectos Históricos e Socioculturais.....	48
3.2.2	Articulações entre os Atores Sociais na comunidade Fonseca.....	52
3.2.3	Precursos das Ações do Programa Sertão Sustentável na comunidade Fonseca.....	57
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	61
4.1	ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROGRAMA SERTÃO SUSTENTÁVEL	

	NA COMUNIDADE FONSECA.....	61
4.2	ANÁLISE SOBRE O CAPITAL SOCIAL NA COMUNIDADE FONSECA.....	65
4.2.1	Grupos e Redes.....	65
4.2.2	Confiança e Solidariedade.....	65
4.2.3	Ação Coletiva e Cooperação.....	72
4.2.4	Informação e Comunicação.....	80
4.2.5	Coesão e Inclusão Social.....	83
4.2.6	Autoridade ou Capacitação (empowerment) e Ação Política.....	85
		93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	101

APÊNDICES

INTRODUÇÃO

No debate acadêmico-científico tem sido ampliada a importância da inclusão de aspectos sociais, culturais, institucionais e políticos na discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Elementos que principalmente a partir de 1990, em avaliações de projetos do Banco Mundial, passaram a ser interligados ao desenvolvimento, fortalecendo essa relação e popularizando o termo capital social, cujo conceito perpassa características de organização social, como normas, confiança e sistemas, todas essas facilitadoras de ações coordenadas.

A partir desse período, a concepção de capital social passou a ser adotada por diversas políticas para a promoção de desenvolvimento sustentável, sobretudo as com ênfase no desenvolvimento local. Desse modo, multiplicaram-se as pesquisas científicas sobre o papel do capital social em processos de desenvolvimento local. No tocante à esse aspecto, diversos estudos (PRETTY e WARD, 2001; BODIN E CRONA, 2008; BOUMA, BULTE e VAN SOEST, 2008) destacam a relevância da promoção do capital social para o alcance desse desenvolvimento.

Essa relação é assinalada pelo fato do desenvolvimento poder ser impulsionado por aspectos como reciprocidade, confiança coletiva, valores éticos e consciência cívica. Dessa forma, o capital social teria um papel significativo para a utilização adequada e sustentável dos recursos naturais na busca pelo desenvolvimento. Pois, engloba as habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras características pessoais e o esforço empreendido, aumentam as possibilidades de produção e de bem-estar pessoal, social e econômico. Parte desse capital está associada ao processo, formal ou informal, de aprendizagem pelo qual todos passam, mas tanto a sua aquisição quanto o seu uso são processos afetos ao indivíduo (MARTELETO; SILVA, 2004).

Portanto, compreender a constituição do capital social e seus contornos é percebê-lo enquanto base para inclusão social através da interação, construção de articulações sociais e da sua potencialização a partir de fatores culturais, políticos e sociais dando condições para o desenvolvimento local sustentável.

Evidentemente que o desenvolvimento sustentável vai muito além do crescimento econômico, incluindo dimensões ambiental e social como liberdade e direitos às diversas formas de dignidade nas relações sociais (LIMA, 2008). É uma categoria abrangente que

incorpora as diversas dimensões da realização pessoal dos membros dos diferentes grupos populacionais.

Nessa ótica, cabe destacar que o desenvolvimento sustentável é uma proposta que visa a equidade e a justiça social, atendendo aos anseios da sociedade presente e futura. É um conceito que prioriza o bem-estar, a qualidade de vida da sociedade, e o capital humano de um povo para atingir o desenvolvimento de forma mais justa e igualitária (VEIGA 2010).

Dessa maneira, a sustentabilidade demanda uma mudança qualitativa do desenvolvimento, para que se atenda às demandas sociais, ambientais e culturais, além daquelas relacionadas diretamente aos anseios e felicidade do indivíduo. Por outro lado, evidencia-se a importância do capital social e da cultura, construídos e reconstruídos coletivamente, pois, exercem grande influência para o desenvolvimento sustentável, considerando que uma sociedade com forte capital social tem melhores condições de fazer suas escolhas na busca da configuração do desenvolvimento social.

Sendo assim, o capital social pode ser entendido enquanto sistema que permite às pessoas cooperarem, ajudarem-se mutuamente e promoverem a prosperidade. Considerando que a cultura, os valores e as crenças da sociedade tendem a influenciar o nível de participação, cooperação e definição dos objetivos comuns a serem perseguidos em relação ao desenvolvimento sustentável. Principalmente porque é no local que o capital social se potencializa, pois as relações entre os vários atores sociais são mais coletivizadas.

Assim, ao considerar o desenvolvimento sustentável como estratégia de desenvolvimento social, o grande desafio dos atores sociais é a construção do capital social, pois implica em mudança cultural, desenvolvendo valores e competências de relacionamento em grupo, partindo da premissa de que o capitalismo gera práticas e comportamentos individualistas e competitivos.

Destaca-se ainda que as abordagens teórico-metodológicas sólidas tem ampliado os estudos e pesquisas sobre capital social nos últimos anos, trazendo contribuições significativas para a compreensão do papel do capital social no processo de desenvolvimento social. Todavia, ressalta-se que os resultados da maior parte desses estudos sugerem o desprezo tanto da alienação de conceber o capital social como uma panaceia no processo de desenvolvimento, quanto a minimização do seu potencial.

Essa concepção é adotada neste estudo, o qual, a partir de um cenário e suas tessituras, analisou-se a interface Programa Sertão Sustentável e capital social para o desenvolvimento local sustentável na comunidade quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB.

Pertinente assinalar, que o estudo configura uma análise sistemática das contribuições teóricas mais relevantes sobre as temáticas capital social e desenvolvimento local sustentável como elementos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade e grupo social. Apontando através de dados empíricos a importância de articulações dos atores sociais com organizações não governamentais no sentido de ampliar as ações de convivência do homem do semiárido, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida de forma sustentável.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O semiárido nordestino brasileiro, em função das dificuldades climáticas que resulta em longos períodos de estiagem, configura um cenário marcado por vulnerabilidades de ordem econômica, social e ambiental. Pois, uma grande parcela das famílias que habitam o espaço rural, sobretudo as mais pobres, sofre em função da escassez de água e pela falta de acesso as políticas públicas capazes de promover a cidadania e a distribuição equitativa de renda.

Devendo salientar que os impactos desta *escassez hídrica* sobre essas populações mais pobres devem ser analisados dentro de um contexto mais amplo, pois de acordo com os escritos de Silva et al. (2009) e Silva (2010) seria uma ingenuidade buscar compreender essa realidade apenas do ponto de vista climático. Para esse autor, essa problemática está intimamente ligada tanto à forma de produção capitalista quanto a fenômenos como o tráfico de influências relativo à utilização dos recursos hídricos, a oferta e comercialização desses recursos e o clientelismo, esses recorrentes em diversas localidades do semiárido brasileiro.

Nesse sentido, é pertinente assinalar que mais recentemente a delimitação dessa região, ocorrida em 2005, demonstra que a área classificada oficialmente como semiárido totaliza um espaço de 982.563,3 km², correspondente a 11% do território brasileiro. Os seus 1.133 municípios concentram 12,3 % da população do Brasil, mais de 20 milhões de

habitantes, o que representa 21 habitantes/km² e 22% dos municípios brasileiros (LIMA, 2011).

De acordo com Barreto (2009), essa região foi ocupada por população indígena até a primeira metade do século 17 e no século seguinte os intitulados "sertanejos" ocuparam a região que ficou conhecida como o Polígono das Secas - parte de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e o Norte de Minas Gerais. Nesse período já discutia-se as problemáticas vivenciadas pelos habitantes da região semiárida do Nordeste nas últimas décadas –migração, fome, sede, epidemias e miséria.

Para compreender quão remotas e intensas são as lutas do sertanejo pela vida, esse autor sublinha-se o período conhecido como a "Grande Seca" – de 1877 a 1890. A seca e seus efeitos foram tão catastróficos, que esse autor destaca que doenças, fome e sede dizimaram mais da metade da população do Ceará, que tinha 800 mil habitantes na época. O período foi tão trágico que o imperador D. Pedro II chegou a afirmar a célebre frase: "Não restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome". Entretanto, apesar da criação de uma comissão imperial para programar meios que pudessem minimizar essa problemática, a maioria dos projetos não saíram do papel (BARRETO, 2009).

Entretanto, Durval Muniz de Albuquerque Jr (1994). questiona por que estiagens anteriores de grandes proporções não era um problema de dimensão nacional. A conclusão desse autor, é que mesmo quando a literatura trata a seca a partir de dimensões sociais e históricas não a aborda como resultado histórico de práticas e discursos, em suas palavras

Como invenção histórica e social, o que implicaria, ao se falar em seca do norte ou seca do nordeste, não se está falando de qualquer estiagem, mas de um objeto imagético-discursivo, cujas imagens e significações variam ao longo do tempo e conforme o embate de forças que a toma como objeto de saber (p. 111).

O autor torna evidente que essa região emblemática é uma criação imagético-discursiva de uma elite, que permanece buscando a legitimação da dominação sob as demais classes da sociedade. Destaca-se ainda nessa obra a crítica do autor a ineficiência histórica do Poder Público em pensar soluções efetivas para os problemas sociais da região “criada”.

Na verdade pode ser constatado na relação histórica do poder público nacional no contexto do semiárido, conforme Oliveira (1981) no clássico *Elegia para uma re(li)gião*, um ciclo de crise - criação de um órgão/projeto – extinção do órgão/projeto – crise. Na grande

estiagem de 1932, por exemplo, estima-se que 3,5 milhões de pessoas morreram em função de enfermidades e desnutrição, o que fez o presidente Getúlio Vargas retomar o enfoque no Nordeste, a partir, principalmente, da inspetoria das secas (OLIVEIRA, 1981; VILLA, 2000). Entretanto, conforme elucidado em um estudo realizado por Oliveira (1981) e Neves (2001), as intervenções realizadas naquele período possuíam um modelo paternalista de política e, conseqüentemente, ineficiente.

Só a partir de meados de 1950 pensou-se no Nordeste como alternativa de desenvolvimento. Nesse período são dados os primeiros passos da transição do “combate à seca” para uma política de Desenvolvimento Regional. Nesse período, além da implantação do Banco do Nordeste, merece especial destaque o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), elaborado em 1958.

Esse relatório coordenado por Celso Furtado foi basilar para a estratégia inicial de ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que seria criada no ano seguinte, conforme Tânia Bacelar de Araújo (1995), economista dessa instituição por 20 anos. A autora destaca que a SUDENE concentrou esforços e recursos federais em pesquisas relativas à dotação de recursos naturais do Nordeste e na ampliação da oferta de infraestrutura econômica. Uma vez que, como o próprio relatório apontava, nas décadas anteriores a grande característica da base produtiva da região era seu fraco dinamismo.

Para a autora, essas iniciativas tiveram um papel importante para o crescimento da região Nordeste, haja vista o fato de nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, a região ter apresentado a mais elevada taxa média de crescimento do PIB no Brasil. Entretanto, conforme indica Araújo (1995), a pobreza continuou a ser uma das marcas mais características do Nordeste, sobretudo do semiárido nordestino, uma vez que se formaram algumas “ilhas” de desenvolvimento na região que não promoveram as transformações necessárias no interior.

Contudo, esse cenário de vulnerabilidades começa a se reconfigurar a partir da década de 1990, pois evidencia-se que políticas e programas (governamentais e não governamentais) se ampliam pelo semiárido, tornando a convivência com o clima e suas intempéries mais humana. Isso tem ocorrido, ainda que timidamente, através da implementação de tecnologias inovadoras de acesso à água e da mobilização da sociedade civil organizada em parceria com os movimentos sociais, pois deslocaram um novo olhar para as potencialidades do semiárido, promovendo mudanças sociais na busca da construção de uma nova realidade socioambiental

dos atores sociais, como atestam as pesquisas desenvolvidas por Pinto (2005), Piraux (2011) e Duque (2012).

Assim, apesar do contexto histórico ainda manter enraizadas muitas mazelas e injustiças sociais no semiárido, esse, também, tem instigado criação de alguns programas com significativo potencial de inclusão que contempla uma perspectiva mínima para a dignidade humana, a exemplo da organização não governamental (ONG) ACEV (Ação Evangélica) Social. Esses programas contribuem para que a população seja efetivamente cidadã, além de tornar mais amena à convivência com o clima e suas intempéries.

Somado ao exposto, destaca-se ainda que se ampliam estudos e pesquisas com autores que defendem que a presença de capital social em uma comunidade pode constituir um elemento importante para o desenvolvimento local sustentável. Nessa ótica, o capital social teria um papel determinante para uma utilização adequada e sustentável dos recursos naturais na busca pelo desenvolvimento.

A partir do enfoque circunscrito, questiona-se: **a interface Programa Sertão Sustentável e Capital Social tem contribuído para o desenvolvimento sustentável local na Comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

- Analisar a interface Programa Sertão Sustentável e Capital Social para o desenvolvimento local sustentável na comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB.

1.2.2 Específicos

- Identificar aspectos inerentes ao capital social da comunidade, como confiança, cooperação, reciprocidade e coesão do grupo e sua interferência no desenvolvimento local;
- Verificar como se articulam os diversos atores sociais (Estado, comunidade, Associações, ONG, etc) na busca pela sustentabilidade local na Comunidade Quilombola Fonseca;
- Verificar como as ações do Programa Sertão Sustentável tem contribuído para o desenvolvimento social da comunidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

A problemática socioambiental instaurada no planeta nas últimas décadas, decorrente principalmente da impulsão do desenvolvimento científico-tecnológico e da manutenção dos modelos econômicos tradicionais, conferiu a discussão em torno da sustentabilidade uma relevância que vai além do viés econômico, político ou ideológico.

Segundo Leff (2002), a natureza reagiu à opressão e esse fato desencadeou uma força destrutiva, ameaçando a estabilidade e sustentabilidade do planeta. Para esse autor, as consequências dessa reação também afetou diretamente a economia mundial, podendo ser considerado um câncer generalizado e incontrolável, ainda mais grave do que as crises cíclicas do capital.

Assinalando que esse debate tomou uma posição de destaque tanto no meio acadêmico, como no empresarial e midiático. José Eli Da Veiga, por exemplo, em um de seus livros sobre a temática, afirma ser esse destinado às pessoas que “[...] pressentem que o desenvolvimento sustentável é um dos mais generosos ideais da humanidade...” (2005, p. 187).

Além da ampliação da discussão sobre a sustentabilidade, o fracasso dos modelos de desenvolvimento predominantes impulsionou diversos grupos a pensarem em alternativas para um desenvolvimento local mais sustentável, privilegiando os aspectos sociais. Para Macedo (2011), essas formas alternativas de desenvolvimento surgidas seriam capazes de diminuir as desigualdades a partir das relações locais de desenvolvimento e gestão, demonstrando a relevância dos aspectos sociais para o desenvolvimento. Nas palavras do autor, esse novo modelo poderia privilegiar um contexto de desenvolvimento em que os cidadãos pudessem “articular-se de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades e nas quais a realidade e a escala de decisão que coincide com o seu horizonte de conhecimento” (p. 619).

Para Vecchiatti (2004), os pensamentos que moldaram a forma de se abordar os problemas referentes à sustentabilidade evoluíram de uma percepção estritamente pontual e tecnicista até uma ênfase na gestão, culminando, ainda que de modo rudimentar, em uma visão renovada da função da cultura nesses processos.

Esses modelos alternativos de desenvolvimentos passaram a ser consolidados a partir da década de 1990, com especial destaque para os modelos que valorizavam o papel do Capital Social na busca por um desenvolvimento sustentável. Lima filho (2011) lembra que apesar da noção de capital social ter sua origem na sociologia e na ciência política, posteriormente, ela se estabeleceu no debate sobre o desenvolvimento sob a tutela do Banco Mundial, principal fonte de assistência para o desenvolvimento do mundo.

Nesse período, segundo Fonseca (2010), diversas políticas ambientais e de desenvolvimento designadas aos países periféricos passaram por transformações, as quais tiveram como principal referência teórica o conceito de capital social. Na sua ótica:

Essa categoria impulsionou a mudança do foco do Estado para a sociedade civil como entidade promotora do desenvolvimento. A valorização da comunidade local e de entidades não governamentais está ligada a um amplo processo de mudança conjuntural na política e na economia global, tais como o fortalecimento da agenda neoliberal e a proeminência do Banco Mundial nos esforços de promoção do desenvolvimento em países periféricos. A adoção da noção de capital social tornou-se símbolo dessa mudança e passou a ser vista como necessária, e muitas vezes suficiente, para o desenvolvimento socioambiental local (Idem, 2010, p. 80).

Diante do exposto, destaca-se que há teóricos mais cautelosos quanto à relação do capital social e desenvolvimento sustentável, porém reconhecem a sua relevância. A exemplo do próprio Fonseca (2010), quando ressalta que a presença de capital social em uma comunidade contribui para um protagonismo na busca da melhoria da qualidade de vida de sua população, além de promover uma boa governança e o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Esses aspectos, somados a tantos outros, torna compreensível a importância conferida, principalmente a partir da década de 1990, aos projetos de iniciativas locais e ao capital social. Esse mesmo período, segundo Lima Filho (2011), chegou a ser chamado de “O conceito fundamental”, “Condensador da fumaça que envolve o debate sobre instituições”, “Elo perdido das ciências sociais”, dentre outros. Denominações que refletem a dimensão atingida por essa categoria nos debates acadêmicos.

Sachs (2001), ao discutir a relação entre capital social e desenvolvimento, destacou a importância de se analisar de maneira mais próxima, a partir de casos empíricos, as conexões

sociais que influenciam determinadas dinâmicas de desenvolvimento, como componente do contorno social e institucional desses processos.

Assim, acredita-se que a proposta de pesquisa ora apresentada - analisar *a interface Programa Sertão Sustentável e capital social para o desenvolvimento local sustentável de uma comunidade quilombola do semiárido nordestino* – é de grande relevância para o debate acadêmico-científico. Pois, amplia as contribuições tanto do enfoque teórico como traz recortes empíricos de um cenário social extremamente complexo que envolve quilombolas, movimentos sociais, ONG, etc.

Ressalta-se ainda que esta iniciativa local – Programa Sertão Sustentável - traz em sua concepção o discurso de identificar e atender as peculiaridades locais dos contextos em que atua, evitando a implantação de modelos homogêneos. Discurso harmônico ao pensamento de Sachs (2011), pois esse considera que as relações sociais que influenciam determinadas dinâmicas de desenvolvimento não podem ser consideradas como algo a ser modelado e copiado, dentro de estratégias de transferência de modelos de desenvolvimento, pois as consequências seriam desastrosas. Contudo, diante do exposto, remete-se à metodologia dos tipos ideais de Weber (1979), pois, para esse autor, haveria um hiato de como algo que é idealizado para sua prática.

Além disso, a presente proposta poderá oferecer dados para que os atores sociais envolvidos com a comunidade, possibilitando a ampliação das ações para que haja efetivamente mudança social, alcance da equidade social, melhoria das condições de vida e convívio – esse último diz respeito ao capital social.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, o *primeiro capítulo* destinou-se a introduzir o trabalho, nesse são descritos a contextualização da situação problema, os objetivos que delineiam o estudo e a justificativa da escolha do tema.

O *segundo capítulo* refere-se à fundamentação teórica, espaço em que se apresentam diferentes abordagens teóricas acerca das temáticas propostas no trabalho - Capital social e Desenvolvimento Sustentável. Deve-se sublinhar que nessa secção ainda há a conexão entre as duas temáticas.

O *terceiro capítulo* é apresentado o escopo metodológico da pesquisa, com enfoques teórico-metodológicos e instrumentos, optando-se por uma abordagem prioritariamente qualitativa, embora tenha incorporado alguns dados quantitativos no desenrolar da coleta e análise de dados. A construção metodológica dessa pesquisa compreendeu etapas articuladas de revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação participante em campo, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no programa em análise.

Para análise do material coletado na pesquisa foi utilizado a análise de conteúdo explorando o assunto de maneira didática e detalhada. Conta ainda neste capítulo o desenho da pesquisa abordam-se aspectos relativos à história e cultura da comunidade de Fonseca; às articulações existentes entre os atores sociais na localidade; e às ações do Programa Sertão Sustentável na comunidade.

No *quarto capítulo* apresentam-se os resultados e as discussões dos dados sobre - os impactos do programa sertão sustentável na comunidade Fonseca sobre o capital social e desenvolvimento local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSTRUINDO OS CAMINHOS

A gênese do conceito de Desenvolvimento Sustentável está intimamente ligada às décadas posteriores a Revolução Industrial, sobretudo, as primeiras do século passado, período marcado não somente por um acentuado crescimento econômico e científico, como também por grandes problemas socioambientais, haja vista o ocorrido em Londres no ano de 1952, que em aproximadamente três dias, quatro mil pessoas perderam suas vidas em razão de um fenômeno de inversão térmica que impossibilitou a dispersão dos poluentes causados pela combustão de carvão e pela atividade industrial local (LEMOS, 2010).

Fatos como esse, somados aos lançamentos das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, impulsionaram o aumento da preocupação com os problemas sociais e ambientais, culminando com diversas iniciativas para discutir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento na década de 1970. Até então, o meio ambiente era percebido como um mero meio para atingir o desenvolvimento, que por sua vez era considerado como um sinônimo de crescimento econômico.

Entretanto, ainda que os principais acontecimentos que colaboraram para a sedimentação do conceito de desenvolvimento sustentável tenham ocorrido a partir dos anos 1970, Vizeu (2012) destaca alguns estudos fundamentais nesse processo. Entre eles o de Rachel Carson (1962), que demonstrou os prejuízos causados pelo Dicloro-Difenil-Tricloroetano - “DDT” - sobre seres humanos e animais ainda no início dos anos 1960. Outro estudo citado pelo autor foi o relatório do Clube de Roma (MEADOWS, 1972), o qual, a partir de modelos matemáticos de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), buscava demonstrar que o planeta não suportaria o modelo de crescimento da época. Além disso, Vizeu autor ainda destaca o advento do movimento *hippie*, e sua relação com às questões ambientais, e a crise do petróleo no início da década de 1970.

Barbieri (2011) por sua vez, ao analisara construção do conceito de desenvolvimento sustentável, enfatiza as diversas conferências sobre meio ambiente ocorridas mundialmente, as quais teriam impulsionado inúmeros aspectos relacionados a esse conceito. Assim, justifica-se o seu destaque à UNESCO - uma das iniciativas do pós-guerra da ONU para

construção de meios para buscar uma paz duradoura. Pois, ainda segundo esse autor, esse órgão teria sido o principal articulador dessas conferências, e uma de suas idealizações - a Conferência sobre a Biosfera, realizada em Paris, em 1968 - pode ser classificada como o grande marco do movimento pelo desenvolvimento sustentável.

Ignacy Sachs (2002) refletindo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, acrescenta a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (CNUMA), Estocolmo, 1972, porém, lembra que a CNUMA, que possibilitou a ampla discussão da dimensão ambiental, foi precedida pelo encontro Founex, na Suíça, em 1971, onde fora tratado, primariamente, as dependências entre meio ambiente e desenvolvimento.

No entanto, ainda que a Conferência de Estocolmo tenha fixado as bases para uma nova compreensão de desenvolvimento, como assinala Barbieri (2011), os reflexos dessa conferência não foram animadores. Em 1983, o secretário geral das Nações Unidas indicou Gro Harlem Brundtland, então primeira ministra da Noruega, para coordenar a iniciativa que ficou conhecida por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Contudo, suas atividades foram concluídas somente em 1987, culminando com a publicação do relatório "Nosso Futuro Comum", também intitulado "Relatório Brundtland". Esse relatório consagrou o conceito de Desenvolvimento Sustentável como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).

Brundtland (1991), principal articuladora do Relatório “batizado” com o seu nome, logo em seu prefácio, ressalta que em 1982, quando se discutia acerca das atribuições dessa comissão, havia quem utilizava a palavra desenvolvimento como se fosse meramente o que as nações pobres necessitavam realizar para enriquecerem. Esse fato tornava o termo demasiadamente limitado e vago, tendo em vista que as nações eram heterogêneas e feitas de muitos interesses e classes, além do que, a mera riqueza não supõe a sua distribuição.

Assim, após a realização do CMMAD, aconteceram diversos encontros e relatórios internacionais que contribuíram para a realização do “Encontro da Terra no Rio de Janeiro”, em 1991. E posteriormente, celebrando os vinte anos de Estocolmo, 1972, as Nações Unidas organizaram no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Eco 92, que popularizou o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Barbieri (2011b), a partir da CNUMAD, ainda que posterior a embates que deturparam alguns objetivos iniciais, teria ocorrido a aprovação de diversos documentos, com especial destaque para a Agenda 21. Para esse teórico, os reflexos dessa conferência foram ainda mais longe, pois um novo ciclo de debates sobre a temática iniciou-se, destacando-se as conferências do quadro abaixo (ver Quadro 1). Esse ciclo, segundo o autor, objetivou implementar o que fora tratado na CNUMAD, bem como inserir novos assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Veja quadro 1.

Quadro 1 - Temáticas do Novo Ciclo de Debates

CONFERÊNCIA	ANO	LOCAL
Debate Sobre Direitos Humanos	1993	Viena, Áustria.
Debate Sobre População e Desenvolvimento	1994	Cairo, Egito.
Debate Sobre Desenvolvimento Social	1995	Copenhague, Dinamarca.
Debate Sobre Mudanças Climáticas	1995	Berlim, Alemanha.
Debate Sobre a Mulher	1995	Pequim, China.
Sobre Assentos Urbanos	1996	Istambul, Turquia.

Fonte: BARBIERI, J. C. (2011)

Em 2002, dez anos após a CNUMAD, percebe-se os reflexos dessas conferências a partir da realização de mais um evento considerado como marco para ampliação da ideia de desenvolvimento sustentável - a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) - mais conhecida como *Rio+10*, ocorrida em Johannesburgo, África do Sul. Wenceslau (2012) afirma que essa cúpula objetivou analisar os resultados obtidos e indicar o caminho a ser tomado para execução dos compromissos.

Barbieri (2011b) acrescenta que esse evento, proposto por Kofi Annan, então secretário-geral das Nações Unidas, ainda que tenha tratado assuntos sobre pobreza, globalização e problemas da África, transitou em torno de cinco temas específicos: agricultura; água e saneamento; biodiversidade e gestão de ecossistemas; energia; e saúde. Para Sachs (2004), um dos organizadores da Conferência de Estocolmo, 1972, e conselheiro

especial da Rio-92, entre Estocolmo 1972 e Johannesburgo 2002 o conceito de desenvolvimento sustentável teria sido refinado. Contudo, autores como Wenceslau (2012), denuncia que os incontáveis eventos implementados após a Rio+10 não surtiram resultados efetivos.

Assim, passada uma década da Rio +10, realizou-se um dos maiores eventos basilares para o desenvolvimento do conceito de desenvolvimento sustentável - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Essa conferência, conforme assinala Wenceslau (2012, p.596), teve o “propósito de superar o impasse dos anos anteriores e definir a agenda ambiental para as próximas décadas. Mais especificamente, o objetivo da conferência foi o de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável”. A autora acrescenta ainda o propósito avaliativo desse evento, pois além de discutir e tratar temas recentes, propõe-se avaliar o desenvolvimento do estabelecimento da agenda ambiental.

No entanto, autores como Roberto Guimarães (2012), que atuou como Coordenador Técnico nas Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92, Rio+5 e Rio+10), ainda que ressaltem a relevância da instauração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nesse evento, não economizam nas críticas. Pois, para esses, apesar de todo o prestígio do evento, os grandes líderes mundiais não se mostraram sensíveis a urgência que o tema requer, somado a isso a ausência de resultados concretos firmados no documento final - “The Future We Want”, (UNITED NATIONS, 2012) - pois, teriam prevalecido as decisões vagas e os discursos inconsistentes.

Diante do exposto, percebe-se que o conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente novo, e que as discussões das últimas quatro décadas foram fundamentais para enfatizar a importância de se pensar em desenvolvimento de uma forma mais ampla, ética, justa e democrática. Destaca-se ainda que a ampliação desse conceito e o recorrente debate e revisão em torno da temática se amplia globalmente.

Todavia, ressalta-se a existência de uma grande problemática relativa ao conceito de desenvolvimento sustentável. Essa diz respeito à utilização indiscriminada e ambígua do termo, que muitas vezes camuflam as contradições expostas e não respondidas pelo modelo de desenvolvimento economicista. Por isso, no próximo tópico, serão abordadas as formas de apropriações do termo desenvolvimento sustentável por dois grupos distintos.

2.1.1 Sustentabilidade: Entre a Ambiguidade e a Legitimação

Quando os aspectos relacionados ao desenvolvimento são abordados, os processos inerentes ao crescimento econômico têm sido historicamente enfatizados, porém há que se considerar o quão complexo é o seu conceito. Não foi como mero recurso poético que Joseph Ki-Zerbo (2003, p. 173), escreveu que “os aspectos mais íntimos do desenvolvimento são quase impossíveis de definir e tocar, tal como felicidade, saúde e alegria”.

Constata-se que a revisão da literatura sobre o desenvolvimento apresenta uma multiplicidade de interpretações e controvérsias que evidencia seu caráter ambíguo e conflituoso. Porém, ao longo dos anos em que o debate sobre o desenvolvimento tem sido travado e ampliado, uma concepção vem ganhando espaço nos mais diversos ciclos - desenvolvimento sustentável. Esse modelo de desenvolvimento, como observado anteriormente, teve o seu conceito consagrado, pela Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMMAD) e o seu respectivo relatório – Nosso Futuro Comum - como “o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 9).

Vale ressaltar que tanto essa definição, quanto o grupo que a define, estão longe de serem unanimidades nas mais diversas esferas. Na verdade o discurso conciliador e atraente da sustentabilidade a partir de diversos grupos, principalmente os de vieses capitalistas, como CMMAD, para analistas como Lima (2003) e carvalho (1991), apenas camuflariam uma operação político-normativa e diplomática, cuja finalidade seria esconder as contradições expostas e não respondidas pelo modelo de desenvolvimento economicista.

Dessa forma, o que pode ser visto no campo da discussão sobre sustentabilidade é uma diversidade de perspectivas. Para fins didáticos, Lima (2003) aponta duas grandes tendências interpretativas que, para ele, polarizariam a discussão atual, e a partir delas se posicionariam toda a multiplicidade de inclinações político-filosóficas em torno da ideia da sustentabilidade. De um lado a corrente considerada mais comum, a qual

[...] corresponde ao discurso oficial da sustentabilidade, que detém a hegemonia presente do campo, e que, para muitos efeitos, atua como a ‘verdade’ sobre o tema. Compreende o desdobramento da proposta de sustentabilidade, originada nos

trabalhos da Comissão Brundtland e reproduzida nas grandes conferências internacionais e nos programas governamentais sobre meio ambiente e desenvolvimento (LIMA, 2003, p. 108).

Do outro lado, uma matriz que se posicionaria opostamente à versão oficial, assinala que a sustentabilidade pode ser entendida como:

[...] uma concepção complexa ou multidimensional de sustentabilidade que tenta integrar o conjunto de dimensões da vida individual e social... Prioriza o preceito de equidade social e desconfia da capacidade do mercado como alocador de recursos... Para evitar o economicismo e o universalismo implícitos na proposta de desenvolvimento sustentável, essa matriz prefere utilizar a expressão “sociedade sustentável” para salientar as ideias de autonomia política e singularidade cultural de cada país tidas como necessárias à realização de uma sustentabilidade complexa. Os defensores dessa matriz complexa de sustentabilidade reagem aos reducionismos econômico e tecnológico, que segundo elas caracterizam o discurso oficial, e consideram que não há sustentabilidade possível sem a incorporação das desigualdades sociais e políticas e de valores éticos de respeito à vida e às diferenças culturais (LIMA, 2003, p. 108).

Diante do exposto, compreendem-se a razão pela qual muitos teóricos elucidam o conceito de desenvolvimento sustentável como um contrassenso e/ou um conceito de características simplistas, que na prática não tocaria a realidade. Em outras palavras, uma mera “tentativa sedutora de salvar o crescimento” (LATOUCHE, 2007, p. 113).

Leff (1999), por sua vez reafirma ambiguidade do termo, mostrando a sua dupla potencialidade, para ele “o discurso do desenvolvimento sustentável não é homogêneo. Pelo contrário, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e interesses diferenciados. Suas propostas vão desde um neoliberalismo econômico, até a construção de uma nova racionalidade produtiva” (p. 123).

De fato, muitos utilizam o discurso da sustentabilidade com esse propósito, no entanto, apesar das objeções levantadas a esse conceito, bem como das divergências quanto a sua viabilidade e implicações práticas, autores como Sawyer (2011) e Sachs (2002; 2004) ainda o considera como um modelo de desenvolvimento que pode e deve ser promovido. Da mesma forma, Eli Da Veiga (2005, p. 187), como já mencionado, finalizando um de seus livros sobre o tema, afirmou ser ele destinado às pessoas que “pressentem que o desenvolvimento sustentável é um dos mais generosos ideais da humanidade, mas que, simultaneamente, percebem que a nebulosidade e ambiguidade da expressão geram inevitáveis ilusões”. Esses autores têm demonstrado que o socioambiental é interdisciplinar e complexo, logo não é

capaz de ser entendido por uma perspectiva reducionista, só a partir da economia ou só da biologia.

Eli da Veiga (2010) desconsidera algumas dessas concepções levantadas pelos críticos quanto à ambiguidade do substantivo estabelecido para tratar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente – sustentabilidade - e, conseqüentemente, da necessidade estabelecer-se uma definição. Na ótica do teórico, esses críticos deveriam ser questionados se, por exemplo, existe uma definição precisa de “justiça”. Pois, para ele, essa é “[...] uma noção incomparavelmente mais antiga e nem por isso menos controversa (2010, p. 12)”.

Veiga (2010), ainda que reconheça a ambiguidade da definição de sustentabilidade mais aceita, a advinda do Relatório Brundtland, salienta que por ser uma questão essencialmente de cunho ético, é importante essa ideia ter se fortalecido tanto nas últimas décadas, ainda que não possa ser considerado um conceito científico. Para o teórico, a sustentabilidade jamais será uma noção de ordem analítico-aritmética ou estará em estado puro, pois, a imprecisão, a contradição e a complexidade sempre lhes serão por companhia.

Diante da perspectiva o autor ressalta a existência de diversos termos/noções significativos, porém, totalmente distantes de definições objetivas e consensuais, como o exemplo da felicidade. Assim, ainda que diversos grupos tenham inserido esse termo em seus discursos com vistas a camuflagem de um modelo economicista, ainda assim não comprometeria a legitimidade desse novo valor.

Quanto ao paradigma do “caminho do meio”, Sachs (2002) refletindo sobre possíveis *caminhos para o desenvolvimento sustentável*, afirma que enquanto preparava-se para Estocolmo 1972, duas linhas interpretativas da relação desenvolvimento e meio ambiente polarizavam-se – os que previam abundância (*thecornucopians*) e os catastrofistas (*doomsayers*). Os primeiros relativizavam a preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente, enfatizavam a necessidade das nações permanecerem na busca pelo crescimento econômico, pois, possíveis impactos negativos poderiam ser facilmente superado a partir dos avanços econômico, técnico e científico.

No outro extremo, os catastrofistas profetizavam o fim próximo da humanidade, “[...] caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados” (SACHS, 2002, p. 51). Para esse grupo, composto na época em grande parte pelos *malthusianos*, e atualmente com grande expressão entre os

membros da “Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento - ROCADe”, ao final do século, “a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento em consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição” (SACHS, 2002, p. 51).

No entanto, ainda conforme esse teórico, tanto a opção do crescimento zero, a partir do fundamentalismo ecológico, quanto à inclusão predatória do capital natural ao Produto Interno Bruto (PIB), a partir de um *economicismo* arrogante, foram rejeitadas. Assim surgia uma linha alternativa baseada na utilização consciente dos recursos naturais em favor das populações locais, sem perder de vistas a sensibilidade com a conservação da biodiversidade como elemento do desenvolvimento. Em outras palavras, uma oposição aos que defendem o mau desenvolvimento, ou em casos extremos, a estagnação.

Assim, para o grupo militante do “caminho do meio”, cujo principal expoente é Ignacy Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável seria fundamentado, no mínimo, em oito critérios distintos de sustentabilidade. O critério *Social*, relacionado à busca de uma significativa homogeneidade social, somado a oferta de empregos que possam conferir qualidade de vida decente, e ao acesso igualitário aos recursos e serviços sociais. O *Cultural*, vinculado a promoção do equilíbrio entre inovação e respeito à tradição, além do repúdio a incorporação de modelos de desenvolvimento alienígenas. O critério *Ecológico*, correspondente a salvaguarda da capacidade do capital natural produzir recursos renováveis e restringir a utilização dos recursos não renováveis. Referente à necessidade de respeitar e realçar o potencial de autodepuração dos ecossistemas da natureza, o *Ambiental*. O critério *Territorial*, aponta para o equilíbrio de investimentos públicos no urbano e no rural; a evolução do ambiente urbano; a equidade regional; e, por fim, a preservação da biodiversidade a partir do eco desenvolvimento.

Apesar de inúmeras ressalvas, o autor também destaca o critério *Econômico*, pautado, entre outros aspectos, pelo equilíbrio econômico entre os diversos setores, pela aptidão de, ininterruptamente, modernizar os instrumentos de produção e pelo ingresso na economia internacional sem sacrificar a sua soberania. Por fim, Sachs (2002) destaca os critérios *políticos – nacional e internacional*. O primeiro sugere, entre outros elementos, uma democracia baseada na apropriação universal dos direitos humanos; o estímulo para implementação de um projeto nacional; e uma significativa coesão social. Quanto ao segundo,

pode-se dizer, resumidamente, que assinala a eficácia da ONU para garantia da paz; maior cumplicidade Norte-Sul na busca pelo desenvolvimento; efetivos controles institucionais - financeiro e ambiental; manutenção das diversidades biológicas e culturais; além da prevenção das mudanças globais negativas.

Assim, apesar do grande número de autores que pesquisam e publicam sobre a temática, e conseqüentemente, têm contribuído para um refinamento do conceito de desenvolvimento sustentável, esse projeto segue tendo em Sachs e Veiga - e seu “caminho do meio” - seus principais referenciais teóricos no tocante ao desenvolvimento sustentável.

Por fim, destaca-se que esse ideal de desenvolvimento tem sido cada vez mais relacionado com a concepção de capital social, cujo conceito perpassa características de organização social, como normas, confiança e sistemas. Esses elementos são considerados capazes de potencializar o desenvolvimento local, principalmente a partir de políticas públicas com enfoque no desenvolvimento local.

No tocante a isso, autores como Bodin e Crona (2008) destacam a importância da promoção do capital social para a obtenção desse desenvolvimento. Sobre esse aspecto, afirmam que a supremacia de capital social em um determinado grupo pode constituir um elemento importante para a sustentabilidade. Dessa forma, o capital social teria um papel determinante para a utilização adequada e sustentável dos recursos naturais na busca pelo desenvolvimento. Por isso, o próximo tópico abordará aspectos relacionados ao capital social, dada a sua significativa relevância dentro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável.

2.2 CAPITAL SOCIAL: UM RECORTE TEÓRICO - ANALÍTICO

Esse tópico apresenta as abordagens teóricas e dimensões do capital social, bem como seus entrelaçamentos com o desenvolvimento sustentável.

2.2.1 As principais abordagens teóricas do Capital Social

Na intenção de trazer para discussão as principais abordagens do conceito de Capital Social, deve-se destacar a importância de alguns teóricos na sistematização e ampliação do seu conceito. Desse modo, contextualizando algumas pesquisas realizadas sobre o tema,

percebem-se a relevância das concepções de Robert Putnam(1996), James Coleman(1988) e Pierre Bourdieu (1985), com especial destaque para o primeiro, autor do clássico *Making Democracy Work maior: Civic Traditions in Modern Italy*(Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna), publicado em 1993.

Nessa obra, o cientista político Robert Putnam demonstrou de forma empírica a relevância dos aspectos cívicos para o desenvolvimento. Conforme D'araújo (2003), após 20 anos de estudos relacionados às administrações regionais na Itália, Putnam teria constatado que a região sul, menos desenvolvida; mais hierárquica e individualista; clientelística; e com forte presença hierárquica e paternal do catolicismo; não logrou avanços qualitativos como o norte. Região com cultura cívica mais intensa, mais cooperativa e com maior grau de confiança interpessoal.

Esses fatos demonstraram a relevância do capital social, cujo conceito, para Putnam (1996, p.177), representaria “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Sobre esse aspecto ainda assinala que:

Os estoques de capital social, como confiança, normas e redes, exigem auto-reforço e são cumulativos. Colaboração bem sucedida de um esforço constrói conexões e confiança sociais que facilitam a futura colaboração em outras tarefas não relacionadas. Tal como acontece com capital convencional, aqueles que têm capital social tendem a acumular mais – eles como têm, recebem. O capital social é o que o filósofo social Albert O. Hirschman chama de ‘recursos morais’, isso é, um recurso cuja oferta aumenta e não diminui através da utilização e que (ao contrário de capital físico) se esgota se não for utilizado. (PUTNAM, 1996, p. 3).

Diante do exposto, torna-se oportuno destacar duas características relevantes da categoria capital na ótica de Putnam (1996): a subjetividade de seu caráter moral e a sua capacidade de expansão mediante o uso. Quanto a essa última característica, ressalta-se que a compreensão de Putnam não é defendida por autores como Pierre Bourdieu. Na verdade, esse sociólogo, destacado por autores como Portes (1998) e Fonseca (2010) como pioneiro na utilização contemporânea do conceito e detentor de uma concepção teórica mais sistemática, enfatiza que capital social não pode ser criado, produzido ou fomentado.

Para Bourdieu, (apud, Fonseca , 2010), capital social – como os demais capitais – não se cria, mas aloca-se. Quanto à essa perspectiva o autor destaca que o capital social estaria

estritamente ligado a aspectos como *status* e a mobilização de redes sociais. Dessa forma, salienta que:

[...] caso um indivíduo tenha seu capital social reconhecido pela sociedade, isso implica que outro ator social não é mais detentor de tal reconhecimento. Quando se reconhece o poder político e social de uma comunidade, assim como uma área de atuação própria, outra instância não é mais vista como legítima para atuar nessa área. Caso a legitimidade de elaboração e execução de políticas socioambientais seja transferida para organizações não governamentais ou para representantes de uma comunidade, a instância que antiga mente era responsável por essa execução passa por uma retração de seu capital social (2010, p. 84).

Seguindo o raciocínio, elucida que em um campo social existe uma batalha por legitimidade, reconhecimento e poder (BOURDIEU, 1990,1998). A implicação desse fato é a existência de atores dominantes e dominados no campo. Nas palavras deste renomado sociólogo, “o capital particular do campo é alocado de acordo com a posição ocupada por seus integrantes”. Essa alocação varia com o tempo e com a dinâmica interna do campo, do mesmo modo que variam os dominados e dominantes do campo (FONSECA, 2010, p.84).

Diante do exposto torna-se notório o abismo existente entre as abordagens de Putnam e Bourdieu. Discordâncias que não se limitam ao aspecto do capital social, pois ainda que Bourdieu (1998, p.37) conceitue o capital social como “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-relacionamento”, que superficialmente aproxima-se do conceito de Putnam, percebe-se distanciamentos teóricos em diversos aspectos (ver tabela 2).

As divergências teóricas entre os dois estão presentes, por exemplo, em suas concepções sobre a apropriação do capital social. Putnam (1996, p. 180) salienta que “por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficia”. Antes o seu verdadeiro proprietário é o coletivo e não o indivíduo em si.

Entretanto, essa percepção de Putnam (1996) é desconsiderada por autores como Bourdieu, que enfatiza ser o mesmo apropriado individualmente. Após a análise dos escritos desses dois autores, considerados os dois principais expoentes teóricos dessa temática, Fonseca (2010) salienta que, diferente de Putnam, Bourdieu assegura que:

[...] o proprietário do capital social é o indivíduo, e não o grupo. As redes de relações sociais são utilizadas para mobilizar e legitimar socialmente o recurso que é utilizado de acordo com os fins particulares de seus donos. O capital social não é recurso coletivo da comunidade, mas recurso socialmente válido e legitimado pela comunidade (ou por outro ator social) que é mobilizado pelo indivíduo para conseguir um bem assegura que o proprietário do capital social é o indivíduo, e não o grupo. As redes de relações sociais são utilizadas para mobilizar e legitimar socialmente o recurso que é utilizado de acordo com os fins particulares de seus donos. O capital social não é recurso coletivo da comunidade, mas recurso socialmente válido e legitimado pela comunidade (ou por outro ator social) que é mobilizado pelo indivíduo para conseguir um bem comum ou particular (p.84).

Diante do exposto nota-se o quanto é imprescindível a ampliação da discussão sobre esse aspecto do capital social, para compreender se o “lucro” desse capital é conferido a coletividade ou ao indivíduo, sendo importante tanto para sua alocação quanto para entender a sua dinâmica.

Por fim, destaca-se o conceito de capital social elaborado pelo também sociólogo James Coleman (1988), que acolhendo a contribuição do economista Glen Loury, percebeu o capital social como uma “variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores — pessoas ou atores coletivos — no interior da estrutura” (COLEMAN, 1988, p. 98).

Assim, observa-se que opostamente a Bourdieu (1985), que possui um enfoque político da discussão do capital social, Coleman (1988) o discute, principalmente, a partir de sua função. Além disso, alguns teóricos acrescentam a ênfase econômica dada por esse autor, uma vez que ele intitula o capital social como “elementos da estrutura social que desempenham o papel de servir como recursos para que agentes individuais atinjam metas e satisfaça seus interesses”(HIGGINS, 2005, p.34).

Diante dessa concepção compreende-se porque autores como Castro (2006) acreditam que os escritos de James Coleman, em alguns momentos, aproximam-se da ideia de Bourdieu (1985), pois ambos advogam que o capital social pode constituir-se um recurso que os integrantes das redes relacionais podem utilizar em prol dos seus interesses próprios.

Entretanto, ainda que haja aproximações entre Coleman (1988) e Bourdieu (1985), autores como Fonseca (2014) consideram as concepções de Coleman (1988) e Putnan (1996) semelhantes e, conseqüentemente, bastante distantes das ideias de Bourdieu (1985). Essas considerações tornam-se ainda mais compreensíveis pelo fato do conceito de capital social de

Coleman(1990, p. 302) se visto como–“aquelas características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade, por facilitarem ações coordenadas”– ter influenciado o conceito de Putnan, conforme atesta Macke (2010). Ver quadro2.

Quadro 2 - Definições de Capital Social: um recorte teórico

TEÓRICOS	DEFINIÇÃO
PUTNAM (1996, p. 177)	“Aqui [na comunidade cívica] o capital social diz respeito a características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”.
COLEMAN (1990, p. 302)	“aquelas características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade, por facilitarem ações coordenadas”.
BOURDIEU (1998, p. 134)	“O capital representa um poder sobre um campo (num dado momento) e mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado... As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado... A posição de um determinado agente...”.
FRANCO (2002, <i>apud</i> Melo & Froes, 2002, p. 54)	“capital social são os níveis de participação e de organização que uma sociedade possui. Se a sociedade não está tramada, na sua base, por miríades de organizações, se ela não tem iniciativa, se a confiança social entre os grupos sociais não existe ou é pequena, você também não pode ter desenvolvimento, nem mesmo crescimento econômico sustentável”.
NAHAPIET ; GHOSHAL (1998, p. 243)	“capital social é a soma dos recursos reais e potenciais envolvidos, avaliados e derivados das redes de relacionamento tidas por um indivíduo ou unidade social”.
BAKER (1990, <i>apud</i> Portes, 1998, p. 6)	“um recurso que os atores derivam de estruturas sociais específicas e então os usam para perseguir seus interesses; é criado através das trocas nas relações entre os atores”.
JACOBS (1965, <i>apud</i> Nahapiet ;Ghoshal, 1998, p. 243)	O termo capital social, inicialmente surgido nos estudos sobre comunidades, destaca a importância chave – para a sobrevivência e funcionamento das comunidades – das fortes redes de relacionamento pessoal desenvolvidas ao longo do tempo, as quais proveem a base para a confiança, cooperação e ação coletivas nestas comunidades.
LOURY (1977, <i>apud</i> Portes, 1998, p. 4)	O conceito de capital social para Loury captura a diferença de acesso às oportunidades através de laços sociais para minorias e não-minorias, mas ele não trabalha com uma definição sistemática das relações do capital social com outras formas de capital.
CONSTANTINI (2002, p. 224)	“conjunto de elementos – tais como, as relações entre atores, o nível de confiança, a capacidade de agregação de grupos e empresas, etc. – que facilitam a produção de atividades sociais e econômicas, em presença de recursos e iniciativa social”.

FONTES (1999, APUD Scherer-Warren, 2002, p. 66).	“O estoque de capital social disponível numa comunidade vai determinar o que Fontes denomina “sustentabilidade das organizações voluntárias”, uma vez que se encontram estruturadas nas comunidades sob a forma de redes sociais para os empreendimentos de práticas, visando à produção de bens públicos ... [construírem] suas identidades a partir da ideia de comunidade, locais de convivibilidade e de estabelecimento de laços de pertencimento, que se traduzem no esforço coletivo para a produção do bem comum”.
SILVEIRA (2002, p. 243)	“capital social refere-se à experiência associativa, aos laços de confiança e cooperação, às competências e capacidades organizacionais e às configurações de caráter tácito ou institucionalizado que sedimentam relações interpessoais e interorganizacionais, passíveis de abordagem na ótica de construção social dos territórios”.
BAIARDI ; LANIADO (2002, p. 316)	“o capital social distingue-se de outras formas de capital porque sua disponibilidade não depende de uma dotação da natureza, nem de um processo de acumulação original, nem de investimentos prévios e nem mesmo de capacitação de recursos humanos. No contexto de hoje, depende, única e exclusivamente, da capacidade que tiveram os membros de uma comunidade de praticar o civismo, de engajar-se em empreitadas de bem comum, confiando que estas iniciativas não sejam isoladas porque abrangem sempre um espectro maior da comunidade”.
WORLD BANK (2004)	“as instituições, relações e normas que conformam a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade”.

Fonte: MACKE, J. (2010)¹.

Dessa forma nota-se a diversidade de definições acerca do capital social, bem como sua notória relação com processos de desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento local. Assinala-se ainda que o desenvolvimento local resultaria de um produto do conhecimento e do aproveitamento das potencialidades, oportunidades e vantagens comparativas da localidade, que resultam do desenvolvimento simultâneo dos capitais humanos, social e produtivo, bem como do uso sustentável do capital natural (MDS, 2006).

Sendo assim, categorias como protagonismo, participação e cidadania assumiriam a função de potencialidades em diversos recortes territoriais ao criar novos atores em caminhos de mudanças, considerando que o local pode ser produto do processo de desenvolvimento.

¹Janaina Macke. Doutora em Administração de Empresas pela UFRGS. Professora do PPGA/UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil,

Por isso, a importância de se analisar a relação entre capital social e desenvolvimento sustentável enfoque a se abordado no próximo tópico.

2.2.2 Perspectivas e Entrelaçamentos: Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável

Nas últimas décadas multiplicaram-se as pesquisas relacionadas à temática capital social, caracterizado por aspectos como reciprocidade, confiança coletiva, valores éticos, consciência cívica, entre outros (ver quadro3). Elementos considerados capazes de potencializar o desenvolvimento local. Sobre esse aspecto, alguns autores defendem que a presença de capital social em uma comunidade pode constituir um elemento importante para a sustentabilidade (GROOTAERT, 1998; FINE, 1999; PRETTY ; WARD, 2001; BODIN; CRONA, 2008; BOUMA, BULTE ;VAN SOEST, 2008). Considerando que o capital social teria um papel determinante para uma utilização adequada e sustentável dos recursos naturais na busca pelo desenvolvimento.

Quadro 3 - Elementos Constitutivos do Conceito de Capital Social

➤ Subordinação de interesses individuais aos de grupos maiores;
➤ Trabalho em conjunto, visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo;
➤ Competência para se associar umas às outras e formar novas associações;
➤ Compartilhar valores e normas tanto para a formação de grupos e organizações estáveis, quanto para constituir, compartilhar a gestão;
➤ Valorização da comunidade, <i>lato sensu</i> , interagindo socialmente de modo a criar e manter contextos, onde se manifeste um ethos de comunidade.

Fonte: adaptado de Sachs e Lages (2001)

Entretanto, para Fonseca (2010), simpático às ideias de Bourdieu (1985, 1990, 1998), ainda que sinalize para a perspectiva do capital social como instrumento de políticas públicas, considera incoerente compreendê-lo como objetivo final ou como variável principal para a

promoção do desenvolvimento. Pois, dever-se-ia, acima de tudo, considerar as relações de poder para compreensão da dinâmica de reprodução do capital social.

Por essa razão, ainda que esses autores considerem significativos aspectos como relações de confiança e reciprocidade no processo de desenvolvimento, eles entendem como secundárias diante de outros fatores, como as relações de poder local; a fidelidade das pessoas que representam o grupo à coletividade; o quão democrático é o contexto em que os grupos são inseridos; a força dos representantes dos grupos diante de outros atores; entre outros.

Contudo, percebe-se entre os críticos da relação capital social e desenvolvimento, o reconhecimento de sua relevância. Fonseca (2010), por exemplo, ressalta que a presença de capital social em uma comunidade contribui para um protagonismo na busca da melhoria da qualidade de vida de sua população, além de promover uma boa governança e o uso sustentável dos seus recursos naturais. Em contrapartida afirma que isso não seria o bastante. Pois necessitar-se-ia uma participação efetiva da comunidade nas estruturas de poder e ação política, contribuindo de forma profícua para o exercício da cidadania além da utilização racional do meio ambiente, visando o bem - estar da geração presente e futura.

Diante dessas duas linhas analíticas, Maria Celina D'aráujo (2003), ressalta que apesar da atual expansão do termo capital social se remontar à um passado próximo, mais precisamente às últimas décadas do século passado, quando passou a ser explorado pelas mais diversas áreas do conhecimento e disciplinas. Período que, infelizmente, muitos passaram a atribuir-lhe uma natureza quase messiânica, como se esse capital fosse um “antídoto mágico” contra toda sorte de subdesenvolvimento, bastando apenas algumas “gotas” para a instauração do desenvolvimento.

Essa constatação, segundo D'aráujo (2003, p.7), seria uma forma de desqualificar o seu conceito, pois “minimamente bem definido e valorizado”, esse poderia “se constituir em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para revitalização da sociedade civil”

Diante do exposto, ressalta-se as ideias de Medeiros (2013), ao afirmar que esses preceitos do capital social, a participação coletiva, a confiança e a reciprocidade, estabelecidas através da articulação dos atores sociais, fazem-se, também, preceitos do desenvolvimento, uma vez que

O processo de desenvolvimento pode ampliar as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para ter vidas plenas e criativas. Essas pessoas são tanto beneficiárias desse desenvolvimento como agentes do progresso e da mudança que provocam. Tal processo deve beneficiar todos os indivíduos equitativamente e basear-se na participação de cada um deles. (VEIGA, 2006, p.84).

Quando esse autor afirma que as pessoas inseridas dentro do processo de desenvolvimento são tanto beneficiárias do desenvolvimento como agentes do progresso e da mudança que provocam, ele salienta um aspecto marcante do capital social – o ciclo virtuoso que pode existir em diversas comunidades. Esse círculo corresponde à capacidade que os indivíduos possuem de promoverem mudanças e ao mesmo tempo serem beneficiados por elas.

De forma mais explícita, Franco (2002 *apud* MELO; FROES, 2002, p. 54) sugere que se uma determinada sociedade “não tem iniciativa, se a confiança social entre os grupos sociais não existe ou é pequena, você também não pode ter desenvolvimento, nem mesmo crescimento econômico sustentável”. Assim, como dita anteriormente, nota-se que alguns autores consideram o capital social imprescindível em um processo de desenvolvimento duradouro.

Por outro lado, Lima Filho (2011, p. 42) após analisar o desequilíbrio entre avanço econômico e social no Brasil, destaca que:

O conceito de capital social assume, portanto, relevante papel na busca de um modelo de desenvolvimento da localidade, onde as interações entre pessoas, comunidades, instituições (públicas e privadas), poderes públicos (federal, estadual e municipal) são essenciais a essa proposta desenvolvimentista. É no local, no território, que o poder de replicação dos benefícios sociais apresentasse de forma mais intensa e é mais bem percebido, quando comparado ao modelo econômico de acumulação de capital tradicional.

Dessa forma, nota-se a importância do capital social na busca pelo desenvolvimento local sustentável, a partir das especificidades de cada localidade. Sobre isso, Sachs (2004) ressalta a necessidade de iniciativas locais que identifique potencialidades e gargalos existentes nas mais diversas comunidades/culturas. E uma vez compreendidos, levanta a importância da participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento.

Considerações como essas demonstram que, de fato, há apontamentos para uma interface entre o capital social e o desenvolvimento sustentável. A análise dessa interface é o

principal objetivo desse estudo, o qual se utilizou de um roteiro metodológico que conjugou um conjunto de métodos e técnicas capazes de expressarem essa interface na comunidade em questão. Esses procedimentos serão descritos no próximo tópico.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Toda metodologia propõe o caminho a ser seguido pelo pesquisador para que possa alcançar os objetivos propostos, utilizando-se de vários enfoques teórico-metodológicos e instrumentos que uma investigação científica demanda. Portanto, em função do objeto de estudo e do recorte geográfico como uma estratégia investigativa, optou-se por uma pesquisa que caracteriza-se como dialógica, que ainda que tenha incorporado elementos quantitativos, possui natureza prioritariamente qualitativa, que segundo Gil (2002, p. 41) "tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições".

Nesse sentido, a metodologia utilizada para o estudo foi uma pesquisa dialógica com abordagem quali-quantitativa e conjugou um conjunto de métodos e técnicas capaz de analisar a interface Programa Sertão Sustentável e capital social para a promoção de desenvolvimento local sustentável na comunidade de Fonseca no município de Manaíra –PB.

No primeiro momento iniciou-se uma revisão bibliográfica com base em aportes teóricos que analisam as categorias analíticas capital social e desenvolvimento sustentável. No segundo momento foi desenvolvida no *lócus* social uma pesquisa para coleta de dados empíricos.

Portanto, a proposta compreendeu etapas articuladas de revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação participante em campo, conversas informais, aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no programa sob análise – os comunitários, gestores públicos de diversas escalas de governo, atores não governamentais, técnicos rurais, cientistas especializados.

A pesquisa utilizou ainda os recursos de gravação e fotografia para registrar as entrevistas e imagens significativas sobre a comunidade, suas experiências e relações estabelecidas.

A análise de abordagem dos dados coletados foi do tipo qualitativa, embora tenha incorporado alguns dados quantitativos que auxiliaram na compreensão do capital social

local. Também foi utilizada a análise de conteúdo, explorando o assunto de maneira didática e detalhada.

3.1 QUESTIONÁRIO INTEGRADO PARA MEDIR CAPITAL SOCIAL – QI-MCS

O instrumento eleito para coleta de dados na comunidade de Fonseca foi o Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI MCS, proposto por Grootaert *et. al.* (2003) a partir de um conjunto de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos autores sobre o tema. Mesmo existindo na literatura da área diversos estudos e abordagens que possam ser utilizados para medir a intensidade do capital social (PEREIRA 2008), escolheu-se A RESPECTIVA metodologia por esta se enquadrar aos objetivos da pesquisa, assim como por seu nível prático de aplicação e mensuração.

O questionário contendo 27 perguntas foi aplicado com 27 moradores da comunidade quilombola de Fonseca. Como há uma grande rotatividade das famílias na comunidade, optou-se pelos (as) chefes de família presentes no dia da coleta. Todas as entrevistas foram validadas. Para minimizar possibilidades de influência de outros moradores, as entrevistas foram realizadas de forma individualizada. Os resultados obtidos a partir das entrevistas foram processados pelo programa Microsoft Office Excel para a elaboração de gráficos, os quais serviram de instrumento para análise das seguintes divisões:

- Grupos e redes:

De modo geral, esta é a categoria que mais se associa ao capital social. As discussões nesta divisão observam a natureza e a dimensão da relação de um membro em variadas estruturas social e redes informais, bem como as diversas trocas de contribuições por parte do indivíduo e dos grupos e redes. Também observa a variedade das associações de um grupo específico, como seus líderes são escolhidos, e a mudança na relação da pessoa com o grupo no decorrer dos anos.

- Confiança e Solidariedade:

Esta categoria pretende apurar informações sobre a confiança relacionada a vizinhos, fornecedores de serviços básicos, e estranhos, e a mudança dessas concepções com o tempo.

- Ação Coletiva e Cooperação:

Esta categoria especula se existe cooperação conjunta do membro com outras pessoas da comunidade e como se realizam, em planos de trabalho ou diante de uma adversidade. Ainda analisa quais os resultados decorrentes do não cumprimento do que se espera da sua participação.

- Informação e Comunicação:

Esta categoria, dentro do questionário, averigua quais os possíveis meios de informações através dos quais os domicílios pobres obtém o conhecimento das condições de mercado e serviços públicos, e qual o limite do alcance aos serviços básicos de comunicação.

- Coesão e Inclusão Social:

Não é sempre que se identifica unidade de pensamento na comunidade, pelo contrário, suas fragmentações e desigualdades são definíveis e salientam possíveis conflitos. Esta categoria se propõe a especificar o caráter e a dimensão de tais diferenças, quais os procedimentos pelos quais são dirigidas, e quais os grupos suprimidos dos serviços públicos básicos.

- Autoridade (ou capacitação) e Ação Política:

As perguntas nesta divisão pretendem examinar a sensação de bem-estar na compreensão de felicidade, êxito pessoal, e a competência dos membros do agregado familiar de influenciar eventos locais e expandir tal influência a respostas políticas mais vastas.

3.2 DESENHO DA PESQUISA

A investigação em curso objetiva analisar a interface Programa Sertão Sustentável e capital social para o desenvolvimento local sustentável na comunidade de Fonseca-PB. Para sistematizar o desenho da pesquisa foi necessário apresentar os seus aspectos históricos e culturais; as articulações entre os atores sociais envolvidos no Programa; e finalmente as ações do programa sertão sustentável e seus respectivos impactos na dinâmica da comunidade.

3.2.1 Aspectos Históricos e Socioculturais

Localizada na mesorregião do Sertão Paraibano e na microrregião da Serra do Teixeira, distante 478 km da capital João Pessoa e 06 km do perímetro urbano do município de Manaíra, PB, a comunidade quilombola rural de Fonseca possui, em sua história, marcas profundas de conflitos armados, humilhações e preconceitos. E não somente isso, mas também de luta, perseverança e solidariedade.

Figura 1 - Comunidade de Fonseca em Manaíra-PB



Fonte: MAGRIN, 2014.

A partir de conversas com moradores da comunidade e entrevistas com o Sr. Luis José dos Santos, líder da comunidade, constatou-se que na primeira década do século passado, viveram no espaço geográfico da comunidade quatro famílias indígenas, chefiadas pelos índios Fonseca, Tapuia, Pedreira e Queimada. O índio que emprestou o seu nome à comunidade foi o primeiro a construir uma moradia no local, depois vieram os demais. Dessa forma, percebe-se que a comunidade de Fonseca, legalmente reconhecida como quilombola, tem em suas raízes a presença indígena, o que salienta a grande “colcha de retalhos” que é a construção étnica brasileira.

Ainda segundo o líder da comunidade, esses índios teriam vivido ali até a segunda década do Século XX, quando algumas pessoas lideradas pelo Major Louredo foram morar em Pedreira, fazenda vizinha à comunidade de Fonseca. Entre os anos 1930 e 1931, esse

grupo teria executado os quatro líderes indígenas e, completando o massacre, no ano seguinte, cangaceiros liderados por Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, passaram pela comunidade de Fonseca para saqueá-la, dizimando o restante da população local por tentar resisti-los, inclusive mulheres e crianças.

Em 1933, provenientes do Ceará, João Luiz e Cícero Luiz com suas respectivas famílias foram para a localidade, formando outro grupo de moradores. Fizeram a primeira casa de arranjo na comunidade de Fonseca e estabeleceram uma relação mais amistosa com as lideranças locais, inclusive com o Major Louredo. Ali se desenvolveram até o final da década de 1930, porém, no início da década seguinte, essas famílias passaram a lutar entre si, o que levou à morte da maioria dos habitantes e o deslocamento dos remanescentes, conforme asseveram os moradores mais antigos.

Esses afirmam também afirmam que no período de 1945 a 1958 não houve moradores na comunidade de Fonseca, entretanto no final de 1958 partiram para comunidade dois casais de Lagoa de Almeida e Santa Cruz, PE. Construíram suas casas e passaram a viver da agricultura no local. Nesse mesmo período, Eugênio, um negro que vivia na Fazenda Pedreira, foi vendido por algumas moedas para trabalhar como escravo na Serra de Triunfo, PE. Contudo, em 1965 dois casais da comunidade, que se diziam amigos dele, foram a sua procura para libertá-lo. Quando chegaram à Triunfo um capataz lhes disse que o negro havia sido executado, mas na verdade, descobriram que ele estava dentro de uma casa, amarrado com sede e fome. Depois de oito dias de negociações liberaram Eugênio. Assim, os que se diziam seus amigos o trouxeram de volta para trabalhar, como escravo, na região de Pedreira e Fonseca.

Em 1966, Eugênio fugiu para as matas perigosas e isoladas do Cigano, seguido por uma negra que nutria um sentimento romântico por dele. Com isso, um grupo de Pedreira foi persegui-los e os capturou. Depois de anos de escravidão e tortura, conforme destacam os moradores antigos da comunidade de Fonseca, na década de 1970, os habitantes do local passaram a reivindicar a libertação de Eugênio, o que foi concretizado depois de um algum tempo, e o fato tornou-se um marco que repercute até os dias de hoje na comunidade.

No ano de 1978 outro fato tornou-se simbólico na história da comunidade de Fonseca, pois nesse ano, segundo o líder da comunidade, alguns vigários da Paróquia de Manaíra-PB foram até o local e iniciaram ali uma comunidade católica que permaneceu ativa até a década

de 1980. Porém, depois de um intervalo significativo de inatividade formal da igreja católica na comunidade, no dia 27 de julho de 1993, o Frei da paróquia de Manaíra, João José da Costa, celebrou novamente uma missa no local.

Nessa data frei João estimulou o Sr. Luís Santos a organizar e liderar a comunidade, o que foi prontamente aceito. Passaram-se mais de uma década, e em 31 de agosto de 2007 foi formada uma associação de pequenos produtores, reconhecida em cartório, da qual seu Luís se tornou presidente. Posteriormente, um documento relatando a história de Fonseca foi enviado para a Fundação Palmares e, no mesmo ano, a comunidade recebeu o termo de reconhecimento como comunidade de remanescentes quilombolas, tão importante para reafirmação de suas origens étnicas.

Diante dos diferentes grupos étnicos - indígenas, negros e brancos - que fizeram parte do desenvolvimento de Fonseca; da região onde se estabeleceram e seus consequentes recursos disponíveis; da história marcada não só por conflitos, muitos deles armados, e humilhações, como também pela resistência e criatividade; hoje pode ser observada em Fonseca uma cultura complexa e diversificada.

Essa comunidade apresenta um grande potencial para o artesanato. O número de mulheres que trabalham com obras de barro atinge a casa dos dois dígitos. A partir desse material produzem panelas, jarros, filtros, potes, cuscuzeiras, vasos e frigideiras. Ainda há uma família que trabalha com gesso, produzindo imagens religiosas como a de Padre Cícero, Santo Antônio, Nossa Senhora, etc. Nesse aspecto, ressalta-se ainda suas habilidades para a construção de casas de taipa de mão.

Em sua culinária sobressaem os doces caseiros de mamão, banana, goiaba, coco, melancia e abacaxi, caprichosamente feitos por eles; a paraibana tapioca, ali preparada a partir da mandioca plantada na própria comunidade; outras duas comidas típicas do Estado ainda podem ser encontradas na culinária da comunidade: o baião de dois e o angu de milho.

No campo musical, o forró pé de serra é bastante apreciado entre os moradores. No local existe um grupo de forró informal, porém bastante afinado, composto por exímios tocadores de sanfona, pandeiro, triângulo, zabumba e violão. Este grupo é seguido de perto pela comunidade, que durante os festejos participam cantando, dançando e batendo palmas.

Como fonte de lazer e entretenimento dentro da comunidade, as programações televisivas, sobretudo as novelas e o futebol, possuem um papel de destaque. Uma grande

parcela dos moradores ainda é simpática aos jogos de carta e bilhar, os quais são geralmente disputados com apostas. Percebe-se ainda que o lazer de muitos está relacionado ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o que, segundo Sr. Luiz Santos, teria se tornado uma grande problemática na comunidade, pois em função desse fato os casos de conflitos familiares e entre moradores são acentuados.

Verifica-se na comunidade, assim como em todo território brasileiro, um grande apreço pelo futebol, que pode ser percebido tanto pela diligência com que eles acompanham a liga nacional pela televisão, quanto através do torneio de futebol que é realizado anualmente na comunidade.

Por fim destaca-se o simbolismo do dia 22 de novembro, o Dia da Consciência Negra. Há anos a comunidade se reúne nessa data para festejar através de músicas, danças, etc. Em razão da importância dessa data para comunidade, foi constituído feriado municipal em Manaíra.

Diante do exposto, percebe-se que em sua história de conflitos e realizações, avulta um povo de tradições e ideais. Cidadãos marcados pelo sofrimento da discriminação e desigualdade, mas que ainda acreditam, com esperança, embora relativa, em um futuro que apresente condições melhores. Entretanto, os moradores da comunidade estão a cada dia mais convencidos que a forma mais efetiva para o alcance desse futuro melhor é o caminho da articulação na busca de seus direitos. Esses aspectos serão abordados no próximo tópico.

3.2.2 Articulações Entre os Atores Sociais na comunidade de Fonseca

A comunidade de Fonseca, com sua força histórica esculpida de sofrimento, revela em seu povo uma coragem determinante na luta pelos seus interesses. Como citado anteriormente, em 31 de agosto de 2007 ocorreu o registro da associação dos pequenos produtores, visando melhorias e reconhecimento de sua identidade quilombola, esse posteriormente conquistado. Porém, as reivindicações por uma melhor infraestrutura que pudesse conferir-lhes índices de qualidade de vida mínimos foram sempre negligenciadas.

Entretanto, segundo entrevista com José Roberto da Silva, gerente executivo de equidade racial da Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), após décadas de descaso, em 09 de dezembro de 2012 recorrem ao governo federal a partir de um

documento em forma de carta endereçada a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, órgão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Essa carta redigida pelo Sr. Luiz José dos Santos, presidente da Associação Quilombola da comunidade de Fonseca, continham denúncias relativas à falta de infraestrutura na comunidade.

No dia 08 de fevereiro de 2013, a senhora Dalila Fernandes de Negreiros, ouvidora nacional substituta, enviou um ofício ao chefe de Gabinete do Governo do Estado da Paraíba, Sr. Waldir Porfírio da Silva, comunicando o recebimento da carta e cobrando a adoção de providências cabíveis.

Diante do recebimento desse ofício, o Governo do Estado da Paraíba enviou à comunidade os profissionais: José Roberto da Silva e Janaina Santos, pela gerência executiva de equidade racial da SEMDH; Durvalina Lima Rodrigues, coordenadora da saúde integral da população negra da Secretaria de Estado da Saúde (SES); e Mãe Renilda Bezerra, presidente do conselho estadual de promoção da igualdade racial (CEPIR/PB).

Conforme o relatório da gerência executiva de equidade racial da SEMDEH, essa visita técnica, realizada no dia 11 de julho de 2013, teve como pauta a verificação das denúncias de atitudes de descaso e falta de apoio governamental; deficiência na infraestrutura da comunidade referente à moradia; estradas precárias; abastecimento de água insuficiente e insegurança alimentar. Além dos mencionados acima, estiveram presentes nessa reunião, 28 membros da comunidade, inclusive o Sr. Luiz Santos, que também confirmou esses fatos.

Nessa reunião foram discutidas as demandas da comunidade. Os presentes confirmaram que na localidade casos de doenças de chagas são frequentes. Além disso denunciaram que há 04 anos a comunidade não tinha agente de saúde para contemplar a população com serviços de atenção básica em saúde. Os profissionais envolvidos constataram que a comunidade apresentava casos de doenças como: hipertensão, doença de chagas e cegueira noturna. Além disso, ouviram relatos de que na comunidade tinha um grande índice de gravidez precoce e alta incidência de alcoolismo. Somado a isso, verificaram que cerca de 25 famílias não tinham moradias de alvenaria, pois moravam em casas feitas de taipa de mão.

Figura 2 - Casa de Taipa de Mão



Fonte: MAGRIN, 2014

A partir dessas constatações, a Gerência Executiva de Equidade Racial da SEMDH, conforme informa esse relatório, recomendou a realização de diálogos entre SES e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para que fossem tomadas as devidas providências relativas à saúde na comunidade de Fonseca. Diálogo também sugerido com a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) para que, conforme as necessidades da comunidade, os habitantes fossem contemplados nos seus processos de construção de casas.

Em decorrência desses diálogos, dia 07 de maio de 2014, realizou-se na comunidade um mutirão de saúde, com a presença de José Roberto da Silva e Maria Conceição Alves Teofanes, ambos da gerência executiva de equidade racial da SEMDH; 03 técnicos do Hemocentro da Paraíba/SES – 01 bioquímico, 01 chefe de enfermagem e 01 técnica em laboratório; e 02 técnicos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). Os profissionais de saúde promoveram palestras sobre orientação nutricional, saúde da população negra e anemia falciforme. Além dessas palestras, foram realizadas coletas de sangue em 101 pessoas para exame de anemia falciforme por eletroforese.

Ainda de acordo com o relatório da gerência executiva de equidade racial da SEMDEH, nesse evento foi informado à comunidade o andamento do processo de habitação que havia iniciado sua tramitação junto a CEHAP. Os técnicos da SEDH informaram que o processo para a construção das 27 casas para os moradores da comunidade estava com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a assinatura dos contratos com as famílias que seriam contempladas. Os mesmos técnicos informaram aos moradores que a comunidade também

seria contemplada com a construção de aviários para criação de galinhas caipira ainda em 2014. Entretanto, até a última visita do pesquisador à comunidade em 2015, esse projeto ainda não havia sido executado.

Conforme esse relatório, os moradores da comunidade aproveitaram a visita dos funcionários do Governo do Estado para denunciar a ausência tanto de uma unidade de saúde da família quanto a de vagas para consultas e exames no serviço que os atende. Essas cobranças acarretaram em um diálogo entre SES e a SMS. Além disso, destacaram uma grande necessidade da comunidade – a abertura de uma nova estrada ligando a comunidade à Manaíra.

Essas reivindicações da comunidade impulsionaram uma nova reunião. Nessa, entre outros assuntos, debateu-se bastante a viabilidade da abertura de uma nova estrada. O prefeito afirmou que a prefeitura não possuía nenhum trator de esteiras, necessário para o trabalho. Entretanto, estava presente na reunião um fazendeiro que possuía uma terra ao lado da comunidade, Tiago Rabelo, filho de um político da cidade, ele ofereceu o seu trator para a abertura da estrada caso a comunidade ajudasse com a mão de obra – roçando e fazendo cercas – e a prefeitura oferecesse o petróleo.

No mês de agosto a prefeitura disponibilizou outras máquinas e caçambas, e a estrada foi aberta no mesmo mês. Essa obra encurtou a distância até o município de Manaíra, bem como facilitou o acesso de carros pequenos à comunidade, o que era quase impossível antigamente.

Na última visita do pesquisador à comunidade, na primeira semana de setembro de 2014, esse pode acompanhar o terceiro encontro do Sr. José Roberto da Silva, representante da gerência executiva de equidade racial da SEMDH, com os moradores de na comunidade de Fonseca. Nessa oportunidade, a convite desse, estava presente o Geólogo Paulo Sérgio Novais Correia, representante da Divisão de Engenharia de saúde pública (DIESP) da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)/Superintendência Estadual na Paraíba (SUEST) - PB, o qual afirmou que seria perfurado 02 poços na comunidade até final daquele ano, porém isso não ocorreu.

Figura 3 - Reunião na Comunidade (José Roberto da Silva e Moradores)



Fonte: MAGRIN, 2014.

Além desse funcionário da FUNASA, estavam presentes: Damião Miranda de Sousa, presidente do conselho das associações comunitárias de Manaíra (CASCOM); Luiz Alves de Lima, secretário municipal de saúde; Veronilson Delfino Carneiro, secretário municipal de assistência social; Euricléia Rabelo Alves, representante da secretaria municipal de educação (SME); José Rivaldo Rodrigues, Advogado e candidato a deputado estadual; Luis Gonzaga Barbosa Firmino, vereador de Manaíra; e o Sr. José Wellington Almeida de Sousa, prefeito de Manaíra.

Figura 4
Reunião na Comunidade com Autoridades



Fonte: MAGRIN, 2014.

Nessa visita constatou-se que, excetuando a obtenção da nova estrada, os graves problemas de infraestrutura e serviços permaneciam, tais como as ausências de saneamento básico, aviário, moradias, empregos dignos, etc. Diante dessa carência, a ONG ACEV Social iniciou tencionou desenvolver um dos seus programas - Programa Sertão Sustentável – na comunidade, tornando imprescindível o conhecimento das ações relativas à implantação desse programa de desenvolvimento comunitário rural.

3.2.3 Precusores das Ações do Programa Sertão Sustentável na comunidade de Fonseca

Objetivando-se expor cronologicamente as movimentações que levaram a implantação do PSS na comunidade de Fonseca, é necessário reportar-se ao ano de 2007. Nesse ano, Francinaldo dos Santos, pastor na igreja ACEV em Manaíra, PB, em conversa com Lindon Carlos, coordenador do **Projeto Poços** da ACEV Social, tencionaram perfurarem poços naquele município. Após este diálogo, Francinaldo entrou em contato com alguns líderes comunitários, inclusive com o senhor Luiz, líder da comunidade. Essa conversa marcou o início da relação ACEV Social/comunidade de Fonseca.

A partir desse dia aconteceram diversas reuniões entre a equipe do **Projeto Poços** e os moradores da comunidade. Avançadas as conversas, um geólogo foi enviado para estabelecer o local indicado para a perfuração e, em aproximadamente vinte dias, realizou-se uma perfuração de cinquenta e dois metros em uma localidade central da comunidade, porém, para a decepção de todos, não havia água. Logo em seguida realizaram outra perfuração em um local mais baixo da comunidade, e após a perfuração de trinta e dois metros, outra decepção – mais um poço seco.

Passados quase 05 anos desse acontecimento, no ano de 2012 a equipe do **Projeto Poços** do PSS foi até Manaíra para avaliar outras comunidades onde poços seriam perfurados, e mais uma vez a comunidade foi visitada para ver o que poderia ser realizado. O Pr. Francinaldo informou que nesse período, juntamente com o líder da comunidade, procurou proprietários de terrenos em áreas mais baixas da região para a perfuração de um poço amazonas, mas isso não foi aceito pelos proprietários.

Para a equipe de avaliação do **Projeto Poços** não havia mais possibilidade de perfurar um poço naquela comunidade, pois essa não apresentava um local apropriado para esse fim. Foi então que houve uma conversa entre o Sr. Luiz Santos e o Sr. José Miguel, dono de uma propriedade na comunidade vizinha de Impueira. Esse decidiu doar o terreno para a perfuração do poço para que houvesse a transposição da água para a comunidade de Fonseca.

Na semana seguinte, os doadores dos recursos necessários para as perfurações dos poços visitaram algumas comunidades juntamente com o Pr. Wóstenes Luiz, coordenador geral de projetos da ACEV Social, e a equipe do **Projeto Poços**. Os doadores pediram para visitar uma comunidade e a escolhida foi a comunidade de Fonseca. Ao chegarem ali, a decisão de que a perfuração deveria ser realizada naquela comunidade foi unânime.

Assim, no dia 08 de junho de 2012 foi feita a perfuração do poço com uma vazão de 4.250 litros de água por hora.

Figura 6 - Máquina Perfurando o Poço no Sítio Vizinho à comunidade



Fonte: MAGRIN, 2012.

Logo após a perfuração iniciaram as escavações objetivando a implantação do sistema de encanamento da água para a comunidade de Fonseca. Contudo, o desafio não se limitava a isso, pois a distância de 1,5 Km entre as comunidades, somada a um morro muito alto existente entre elas e pedras muito grandes para romper-se, também se constituíam em

entraves para o projeto. Entretanto, o trabalho realizado pela equipe liderada pelos técnicos Robério de Oliveira e Gerse Oliveira, juntamente com alguns moradores da comunidade, possibilitaram a conclusão da obra tão sonhada pela comunidade.

Figura 7 - Encanamento para Distribuição da Água



Fonte: MAGRIN, 2012.

Os técnicos trabalharam com a comunidade durante semanas para alcançar esse objetivo. Após diversas limitações superadas, no dia 24 de agosto de 2012, foi realizado um culto em ação de graças na inauguração do projeto poços na comunidade, momento em que duas caixas d'águas haviam sido instaladas na comunidade e algumas torneiras jorravam esperança para os moradores. Além disso, no evento foram oferecidos diversos serviços sociais gratuitos para os moradores, sendo eles: palestras na área de saúde do homem e da mulher; de hábitos de higiene bucal dirigidas às crianças; corte e escovação de cabelos; aferição de pressão arterial; e posterior doação de donativos.

Quando todos acreditavam que essa etapa estava concluída, alguns contratemplos surgiram. Em razão da longa distância entre o poço e a comunidade, além da altura a ser vencida (100 metros de altitude aproximadamente) e dos desníveis do solo, alguns canos

começaram a estourar. A consequência disso foi a troca de todos os canos da adutora e a implantação de um sistema adutor mais eficiente. Assim, a obra que fora estimada em vinte mil reais, obteve um custo final em torno de cinquenta mil reais. Na última visita do pesquisador à comunidade, no ano de 2015, o sistema adutor permanecia eficiente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROGRAMA SERTÃO SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE E FONSECA

Dentre os resultados iniciais mais significativos desta pesquisa, destacam-se os elementos relativos ao único Projeto do PSS já implantado na comunidade – *Projeto Poços*. No dia 08 de junho de 2012 foi feita a perfuração de um poço tubular profundo com uma vazão de cerca de 4.250 litros de água por hora, dados citados anteriormente (Figura 1). A ação torna o acesso à água ampliado entre os moradores que outrora labutavam para sua obtenção.

No período de estiagem, por exemplo, para terem acesso à água os moradores percorriam cerca de três horas de viagem para a obtenção a partir do lugar mais próximo. No período de chuva retiravam água no sítio vizinho, onde muitos moradores gastavam aproximadamente duas horas para levarem oitenta litros de água às suas casas, entretanto, o proprietário por vezes lhes negava esse acesso. O percurso para chegar a esse local iniciava-se a partir das três horas da manhã, horário em que mulheres e crianças partiam de suas casas.

Portanto, para alcançar esse objetivo exigia-se um esforço excessivo, porque por volta das oito horas já não havia água disponível. Nesse sentido, é relevante assinalar as palavras de Sachs (2004, p. 81), quando destaca que estes são os “segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida descentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência”.

Pelo fato da fonte de água se encontrar em uma propriedade privada, frequentemente ocorriam várias formas de constrangimento e conflito. Por vezes os moradores de Fonseca deparavam-se com esse local isolado por cercas. Segundo o Sr. Luiz Santos, a explicação dessas atitudes estava vinculada ao preconceito racial existente na região, pois os moradores

já teriam escutado frases como: “ninguém vai dar água para os pretos de Fonseca”. Essa forma de tratamento preconceituosa e criminosa também ocorre no perímetro urbano da cidade de Manaíra quando esses vão à feira comercializar alguns produtos agrícolas e artesanais.

Com a ação do **Projeto Poços** essa dificuldade na procura por água foi suprida, os resultados apresentam melhorias que são descritas pela comunidade. Nas palavras de Maria Silva, 26 anos, agricultora em Fonseca (2013):

Aqui era muito sofrido, havia dia que não tinha água nem para beber. Os meninos chegavam e não tinham o que comer. Agora tem água à vontade, você pode tomar banho na hora que quiser... Dois ou três banhos por dia. Lavar roupa à vontade e usar roupas limpas. Antigamente os meninos usavam roupas sujas para não sujar muita roupa.

Ainda que o preconceito permaneça, é possível perceber nas palavras dessa moradora que o cotidiano dos habitantes da comunidade é mais ameno desde a implantação do projeto. Os moradores de Fonseca, somente nos dias atuais, podem experimentar uma realidade que para a maioria da população brasileira é bastante comum, como tomar três banhos por dia; lavar roupas sempre que desejado e assim sempre ter roupas limpas; não precisar acordar de madrugada para ter água pela manhã, etc.

Outra moradora, Cleonice Ferreira, 47 anos, alegremente destaca que “agora tenho mais tempo para as outras coisas e os meninos podem fazer a tarefa da escola, porque eram eles que buscavam a água”. A foto abaixo retrata o antigo cotidiano das crianças.

Figura 8
Crianças da comunidade retirando água



Fonte: MAGRIN, 2012.

Este cenário elucidava as ideias de Sachs (2004), quando destaca que a partir da modernização de atividades de subsistência como esta, o efeito é a melhoria da “produtividade do trabalho doméstico, tornando-o mais leve e encurtando as longas horas gastas diariamente com a obtenção de água e de lenha”, assim as mulheres teriam mais tempo para que “[...] se engajassem em atividades adicionais orientadas para o mercado e/ou em alguma atividade de lazer; em caso das crianças em idade escolar, este tempo liberado iria para estudos e diversão” (SACHS, 2004, p. 53).

Acredita-se que na busca pela sobrevivência, as mulheres, sujeitas à discriminação de gênero, integram o grupo mais fortemente afetado. As mulheres de Fonseca sofrem um drama pela incidência de desemprego mais acentuado; sobrecarga de trabalho doméstico; além de casos de agressões sofridas por seus parceiros. Assim, as mulheres negras, maioria na comunidade, são triplamente oprimidas, pois, além da pobreza e do preconceito racial, experimentam no interior da família a condição subalterna de gênero (RISCADO, 2012).

Figura 9

Moradora da Comunidade - Vive o Drama do Desemprego e Sobrecarga de Trabalho Doméstico



Fonte: MAGRIN, 2012.

Apesar da permanência do preconceito étnico, constituir-se como um grande entrave ao processo de sustentabilidade cultural, conforme destaca autores como Wanderley (2010), os moradores da comunidade não despendem mais cerca de três horas de seu dia para retirarem água no lugar mais próximo; não passam pela humilhação de encontrar o local onde se retirava água, no sítio vizinho, isolado por cercas; e não ouvem mais insultos ao retirarem água ali. Enfim, há, mesmo que timidamente, mais dignidade para a população que ainda está condenada a desperdiçar a vida lutando pela sobrevivência.

Assinala-se ainda a expectativa de um uso mais consciente dos recursos ambientais pelos moradores, uma vez que as ações de conscientização e de educação ambiental no uso da água, do solo e da vegetação inerentes ao *Projeto Agroflorestal* começa a ser difundido em Fonseca. Assim, acredita-se que o ciclo vicioso e mortífero da “pobreza que leva à deterioração do meio ambiente, que por sua vez leva a uma pobreza maior” (NOSSO FUTURO COMUM, 2004, p. 33), poderá ser minimizado. Quanto a isso, autores como Ploeg (2009) acredita ser impossível afirmar que pessoas expostas à miséria sejam sempre e sob qualquer circunstância ambientalistas.

Entre outros aspectos, Wanderley (2010, p. 38) defende que o desenvolvimento rural sustentável deve-se basear “no reconhecimento da necessidade de garantir, para a população rural, as possibilidades econômicas, sociais e culturais, de forma a assegurar que a permanência no campo seja a expressão de uma escolha pessoal livre e renovável”.

Diante do contexto adverso da comunidade pesquisada, acredita-se que estes aspectos necessitam ser considerados pelo Estado, para que haja, de fato, a promoção de um modelo de desenvolvimento, no qual os habitantes possam desfrutar de melhores condições socioeconômicas e ambientais.

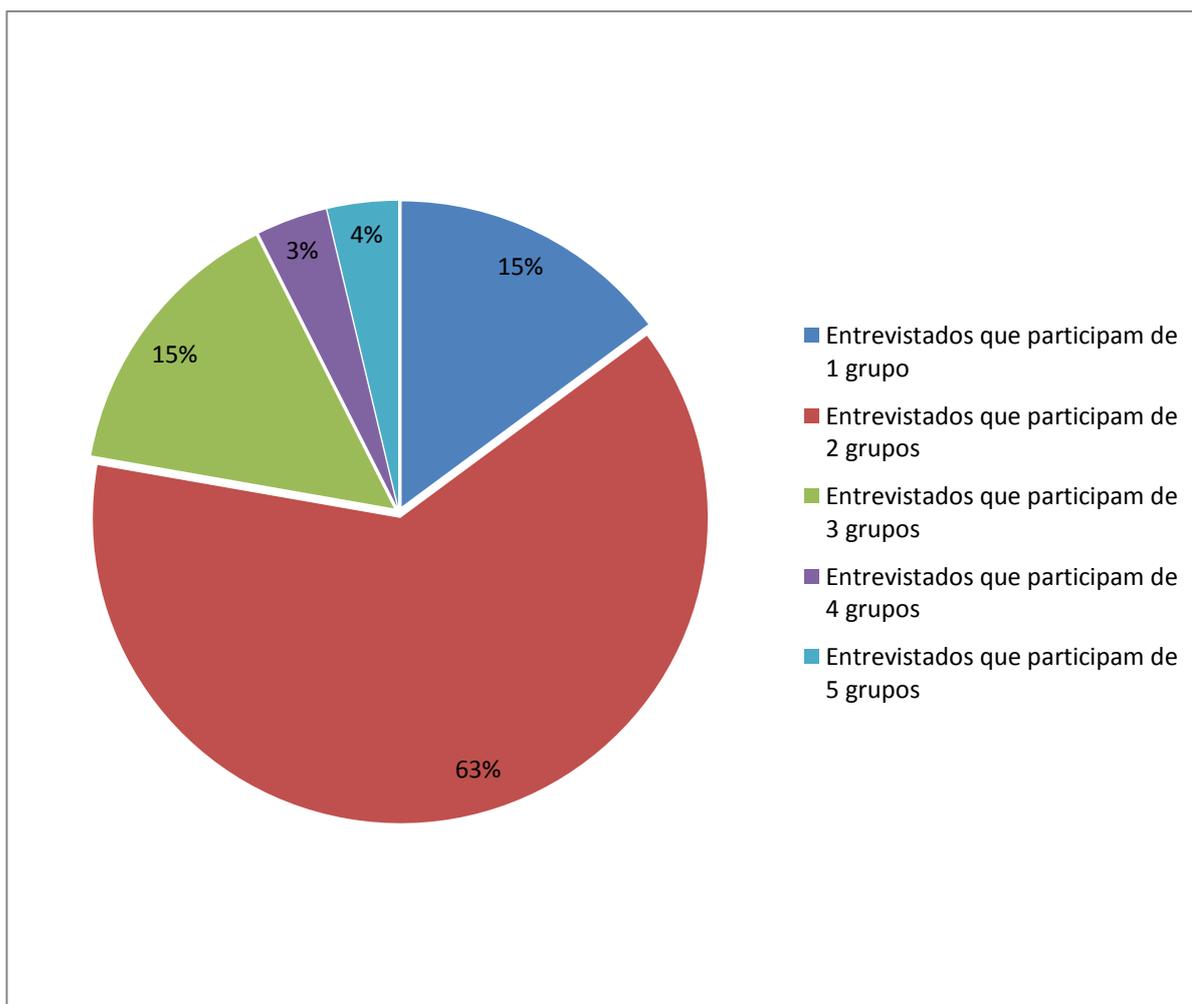
4.2 ANÁLISE SOBRE O CAPITAL SOCIAL NA COMUNIDADE DE FONSECA

No tópico em tela os seis componentes abordados no questionário para análise do capital social na comunidade - grupos e redes; redes, confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade ou capacitação e ação coletiva – foram analisados e os seus resultados apresentados separadamente através de gráficos.

4.2.1 Grupos e Redes

De acordo com Grootaert *et al.* (2003) essa é a categoria mais habitualmente associada ao capital social, considerada como a dimensão estrutural do capital social. As questões inerentes a essa dimensão abordam aspectos relativos à participação dos entrevistados, neste caso os (as) chefes de família da comunidade de Fonseca, em diversas organizações sociais e redes informais, e as contribuições mútuas advindas dessas relações.

Em um primeiro momento foi perguntado a cada entrevistado quantos grupos ou redes, que o mesmo, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Ressalta-se que foi explicado para o entrevistado que esses grupos poderiam ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente para praticar alguma atividade ou apenas dialogar. Podemos observar os resultados no **Gráfico 1** que se encontra abaixo.

Gráfico 1 - Quantidade de Grupos ou Redes que Fazem Parte

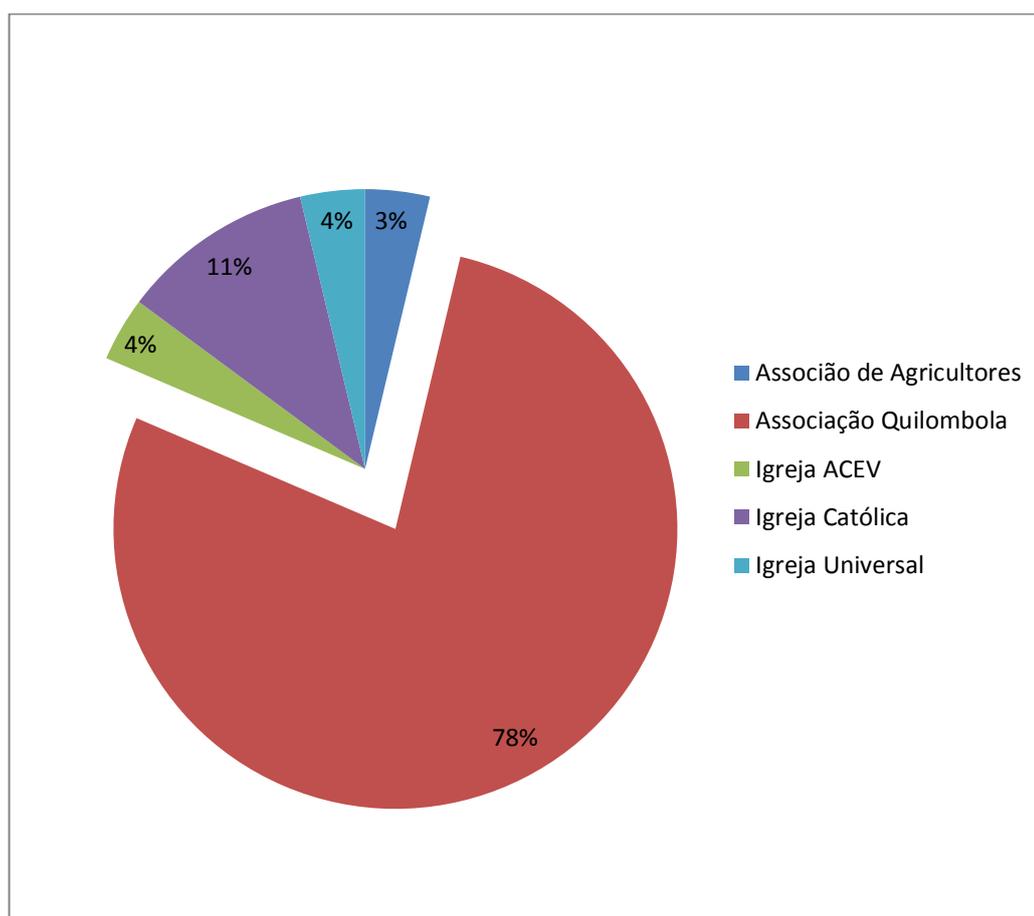
Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O gráfico demonstra que todos os entrevistados da comunidade participam no mínimo de um grupo. Essa realidade deve ser enfatizada uma vez que autores como Onyx e Bullen (2000) e Genari (2012) destacam uma íntima relação entre essa dimensão estrutural do capital social e a atividade participativa em comunidade. Por isso, esses defendem que a participação comunitária local tem relação com o envolvimento em estruturas formais. Essa relação pode ser facilmente percebida em Fonseca, pois a dinâmica da comunidade demonstra que, de uma forma geral, são os laços dos moradores com os grupos aos quais pertencem que os impulsionam à participação comunitária.

Por outro, salienta-se que a grande maioria dos entrevistados (78%) tem a sua participação limitada a um ou dois grupos somente. Enquanto pesquisas como as de

Mendonça (2008) e Silva (2009) indicam que a participação em um maior o número de grupos apontam para a possibilidade de existência de maior capital social. Na comunidade de Fonseca essa tendência também é notada, haja vista o fato dos moradores terem suas discussões geralmente concentradas na Associação Quilombola, grupo que a maioria dos entrevistados afirmou ser o mais importante para eles, conforme os resultados do gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Grupo que o Entrevistado (a) Considera Mais Importante Para Ele (a)



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Os resultados contidos no gráfico evidenciam que a Associação Quilombola, cuja origem remonta a 31 de agosto de 2007, quando ocorreu o registro da associação dos pequenos produtores da comunidade e que posteriormente obteve o reconhecimento de sua identidade quilombola, é o grupo mais importante para 78% dos (as) entrevistados (as).

Ressalta-se que mesmo alguns entrevistados que afirmaram ser o grupo mais importante suas respectivas igrejas (19%) ou associação de agricultores (3%), esses também possuem uma relação próxima à Associação Quilombola.

Sobre esse grupo é oportuno destacar ainda a participação equitativa por gênero, que aumenta a possibilidade de capital social local (SILVA, 2009). Todos (as) entrevistados (as) afirmaram que a maioria dos membros do grupo não era do mesmo sexo. O que pôde ser constatado nas reuniões da Associação Quilombola que o pesquisador esteve presente.

O grupo ainda é marcado por sua alta homogeneidade no aspecto religioso e ocupacional, pois também de forma unânime, foi afirmado pelos entrevistados (as) que a maioria dos membros desse grupo era da mesma religião e ocupação – respectivamente, católicos e agricultores. Diferentemente dos resultados referentes ao grau de escolaridade do grupo, pois apenas três entrevistados afirmaram que a maioria do grupo tem o mesmo grau de escolaridade. Apesar de haver essa diferença quanto à formação escolar, nota-se que as diferenças são niveladas por baixo. As diferenças maiores estão entre os entrevistados que terminaram o ensino fundamental e os que não terminaram, tornando limitadas as discussões em torno das possibilidades futuras da comunidade e pessoais.

Quanto aos dois primeiros aspectos citados, autores como Mendonça (2008) destacam que, além da quantidade de grupos a quem as pessoas estão ligadas, alguns dos indicadores que mais contribuem para desenvolver um aumento de capital social são os números de pessoas do grupo que fazem parte da mesma religião, que possuem a mesma ocupação, e que tenham a mesma formação.

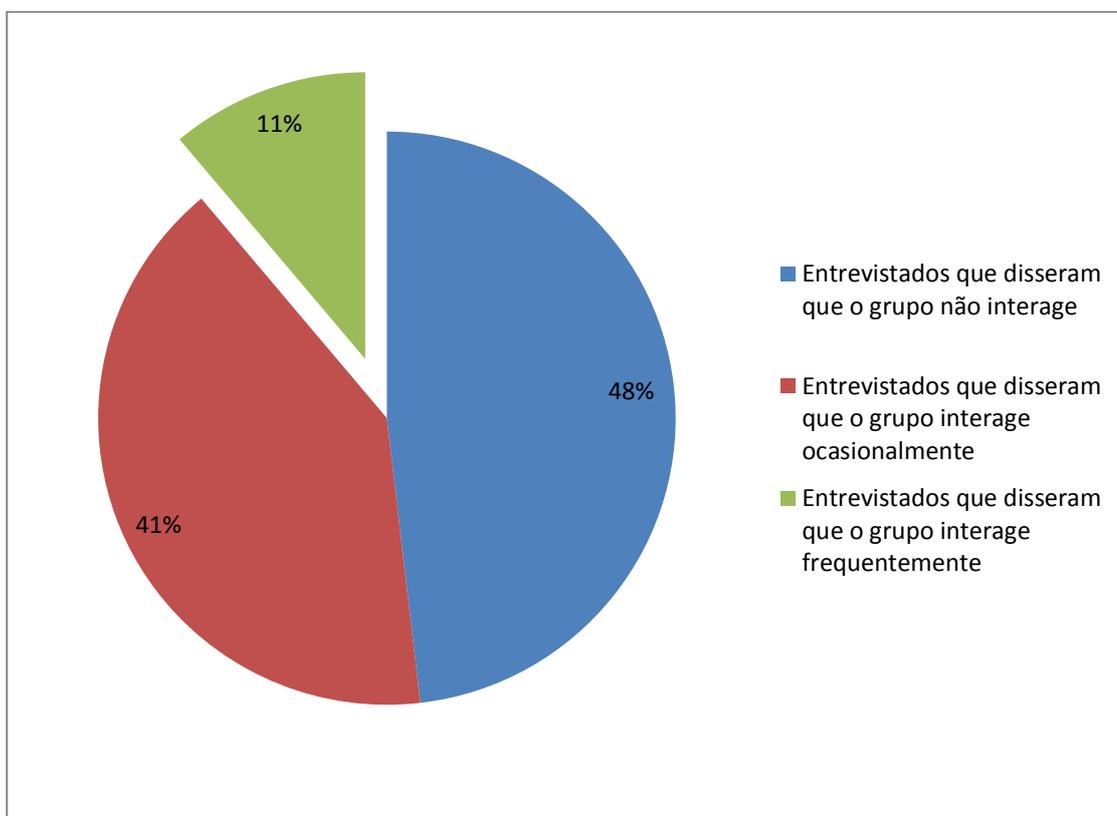
Entretanto, de todos os aspectos analisados na dimensão *grupos e redes*, os mais complexos de serem analisados são as diferenças de diversidades internas de um grupo, pois:

Não é evidente de imediato se um maior grau de diversidade interna é um fator positivo ou negativo do ponto de vista do capital social. Poderia se sustentar, por um lado, que uma associação internamente homogênea tornaria mais fácil para os membros da associação confiarem uns nos outros, para compartilhar informações ou tomar decisões. Por outro lado, esses membros também podem ter informações semelhantes, de modo que pouco se ganharia em trocar ideias. Além disso, a coexistência de uma série de associações internamente homogêneas, mas segundo critérios diferentes, poderia tornar o processo de tomada de decisões ao nível da comunidade mais difícil. Análises em vários países sugerem que associações internamente diversificadas produzem maiores benefícios do que outras,

embora associações homogêneas facilitem a ação coletiva (GROOTAERT *et al.*, 2003).

Diante do exposto, nota-se que tanto a homogeneidade interna referente à religião e à ocupação, quanto a “heterogeneidade” referente ao grau de escolaridade, possuem potenciais duplos - fomentar capital social, bem como limitá-lo. Essa tendência pode ser mais bem compreendida diante da análise de outros aspectos inerentes ao capital social. Assim, será mais compreendido o impacto desses resultados na comunidade após a análise de outros dados como as “diferenças que frequentemente causam problemas” e a “necessidade de estar atento para ninguém tirar vantagem do entrevistado”.

Gráfico 3 - Interação com Grupos Externos



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

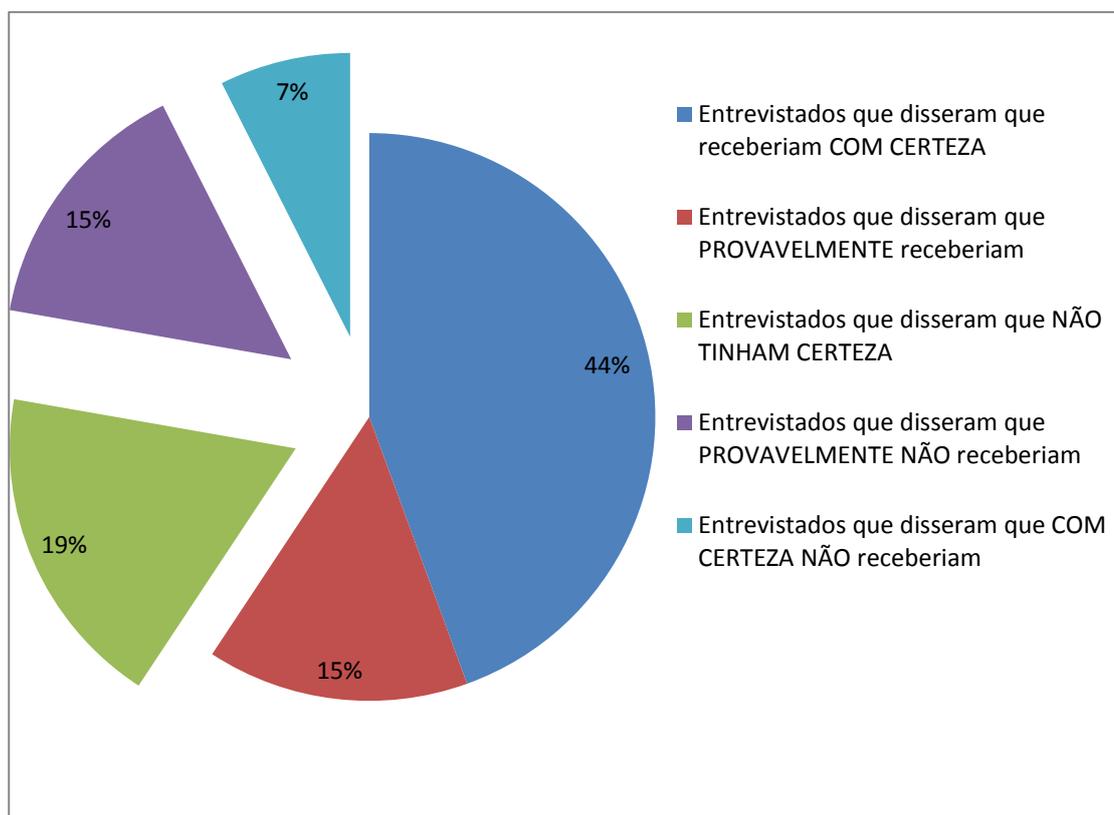
Diante dos resultados apresentados a partir do **Gráfico 3**, constata-se que os grupos principais dos entrevistados, não apresentam características de relações horizontais bem desenvolvidas. Na verdade, a maior parcela dos entrevistados (48%) afirmou que essas

interações nem ocorrem, e até mesmo para os que consideraram que ocorrem interações (52%), a maioria (41%) disse que isso se dá apenas ocasionalmente. Analisando a realidade da comunidade acredita-se que os motivos desse isolamento são diversos e antigos, uma vez que a história da comunidade descrita neste trabalho mostra que, desde séculos anteriores, os moradores desse lugar tem sido não somente isolados como também explorados e difamados. Assim, sugere-se que esse isolamento é tanto uma imposição como um mecanismo de defesa.

Infelizmente, esses prejuízos tornam-se ainda maiores quando essas características dos grupos da comunidade são analisadas com intuito de mensurar o capital social local. De acordo com Grootaert *et al.* (2003), grupos caracterizados por suas ligações frequentes com outros de fora da localidade possuem melhor acesso a recursos, especialmente advindos de fora da comunidade, tais como de ONGs ou do governo, e o inverso também é verdadeiro.

Entretanto, fica evidente que as interações que acontecem, mesmo que ocasionalmente, tem uma forte relação com atuação da Associação Quilombola, em primeiro lugar, e também da ACEV Social, que passou a atuar na comunidade mais efetivamente a partir de 2012. Não fossem esses dois grupos, provavelmente, o nível de isolamento da comunidade seria ainda maior. As próprias movimentações que levaram a implantação do PSS na comunidade de Fonseca sustentam essa compreensão, pois em 2007 quando a ACEV Social planejava efetuar perfurações de poços em Manaíra-PB, Francinaldo, pastor da igreja ACEV na cidade, entrou em contato com alguns líderes comunitários, inclusive com o senhor Luiz, líder da Associação Quilombola e essa conversa marcou o início da relação ACEV Social/Fonseca.

Gráfico 4 - Possibilidade de Receber Ajuda Financeira de um Morador Vizinho em Caso de Emergência



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O gráfico acima apresenta as respostas dos entrevistados quanto à possibilidade desses receberem uma ajuda financeira de um morador vizinho em caso de emergência. O entrevistador explicou que o valor seria o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana. Os resultados para esse questionamento mostram que apenas 22% dos entrevistados são pessimistas quanto a essa possibilidade, pois 15% disseram que provavelmente não receberiam e 7% que com certeza não receberiam. Já a maioria (59%), dividiu-se entre os que disseram terem certeza que seriam ajudados (44%) e os que disseram que provavelmente seriam (15%).

Dessa forma constata-se que há nas redes de amizades entre membros da comunidade de Fonseca uma inclinação ao apoio financeiro em situações emergenciais. Essa tendência torna-se mais interessante por estar comprovada a situação de pobreza que vivem os moradores. No entanto deve-se ressaltar que a expectativa de ajuda em questão está mais

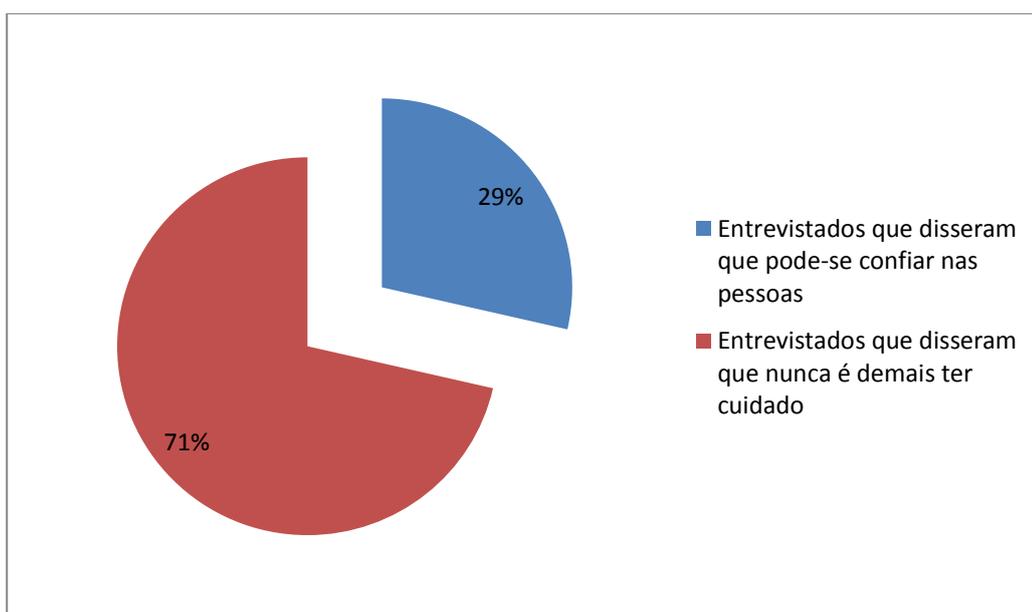
relacionada a pessoas próximas, por exemplo, de redes de amizades, que aos moradores de uma forma geral, questão que será apresentada mais adiante.

Para Grootaert *et al.* (2003) pode ser compreendido, a partir dessa questão, até que ponto uma determinada rede tenderia à assistência em um caso de necessidade. Entre os entrevistados de Fonseca, nota-se uma expectativa consideravelmente positiva há um possível fornecimento de recursos, demonstrando a utilidade da rede em situações emergenciais.

4.2.2 Confiança e Solidariedade

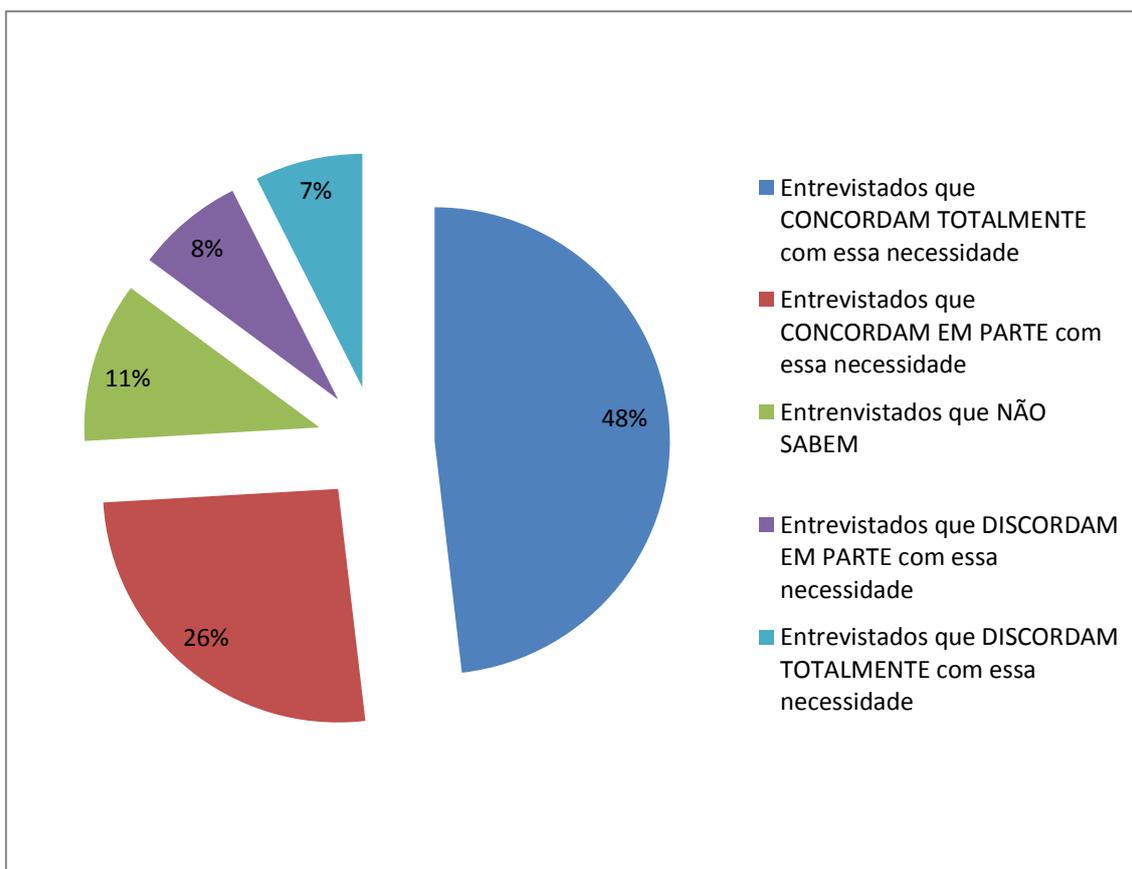
As questões relacionadas ao aspecto *confiança e solidariedade*, que passaremos a analisar neste tópico, são questões mais subjetivas. Essas refletem, segundo Grootaert *et al.* (2003), a dimensão “cognitiva” (percepções subjetivas da confiança e das normas) do capital social. O autor ainda ressalta que estamos diante de um conceito abstrato e, conseqüentemente, de difícil mensuração. Assim, para melhor compreensão dessa dimensão do capital social na comunidade, os quatro próximos gráficos serão analisados de forma conjunta.

Gráfico 5 - Confiança na Maioria dos Moradores na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Gráfico 6 - Necessidade de Estar Atento Para Ninguém Tirar Vantagem do Entrevistado



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Os **Gráficos 5 e 6** apresentam, respectivamente, o nível de confiança dos entrevistados na maioria dos moradores da comunidade e a impressão dos entrevistados quanto à necessidade de estar atento para ninguém tirar vantagem deles. Ambos demonstraram que as similaridades não se limitam ao enunciado, mas também aos resultados. Concernente a questão do **Gráfico 5**, apenas 29% dos entrevistados afirmaram que se pode confiar nas pessoas da comunidade. Resultado não distante da demonstração do gráfico 6, que apresentou dados ainda mais alarmantes, pois pode se notar que apenas 15% dos entrevistados discordam da necessidade de estar atento para ninguém tirar vantagem deles, sendo que 8% discordam em parte e 7% totalmente.

No tocante a esse recorte, Aguiar (2014) destaca que ações de solidariedade e apoio facilitam a cooperação voluntária, uma vez que intensificam os relacionamentos através dos laços sociais de cooperação, colaborando com a construção de espaços coletivos e sensibilizando as

pessoas para a responsabilidade social e a solidariedade, todas fundamentais para a construção de Capital Social.

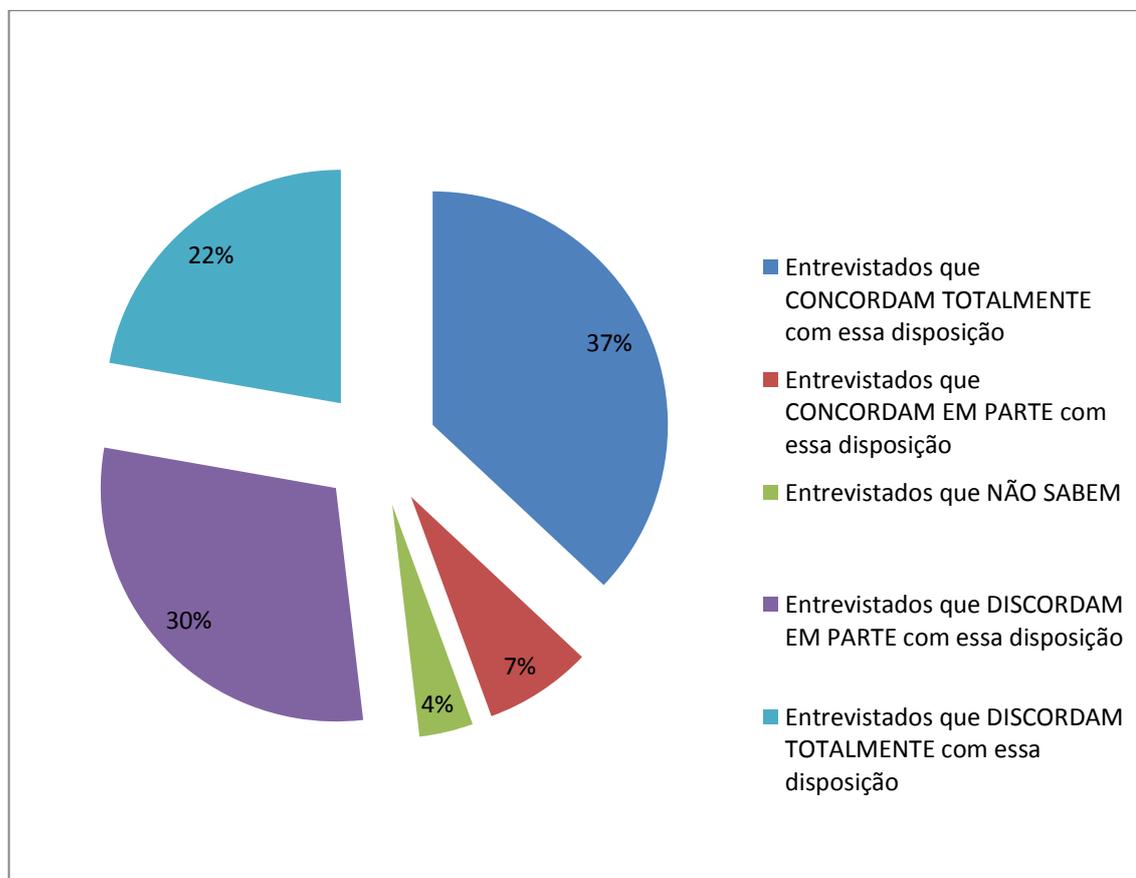
Essa percepção torna-se ainda mais sugestiva diante dos resultados apresentados no **Gráfico 7** - esse demonstra a percepção dos entrevistados quanto à disposição da maioria dos moradores da comunidade de ajuda-los caso esses precisem. Os resultados apontam para uma baixa expectativa de ajuda, pois mais da metade dos entrevistados (52%) não acreditam na disposição de ajuda dos moradores, dividindo-se entre os que discordam em parte (30%) e os que discordam totalmente dessa disposição (22%).

Como colocado anteriormente, acredita-se que exista uma relação íntima entre cooperação e confiança (AGUIAR, 2014). Assim, essa baixa expectativa de ajuda poderia estar relacionada a desconfiança difundida na comunidade. Nas palavras de Franco (2000, p.104): “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação, sendo que a própria cooperação gera confiança”. Desse modo, havendo abundância desses elementos, a tendência é o estabelecimento de círculos virtuosos de capital social, o que não ocorre em Fonseca.

Entretanto, como alertado no primeiro parágrafo deste tópico, “estamos diante de um conceito abstrato e, conseqüentemente, de difícil mensuração”. E essa complexidade pode ser facilmente percebida no resultado do **Gráfico 8**. Esse apresenta as respostas dos entrevistados no que diz respeito a uma possível contribuição em um projeto da comunidade que não beneficiasse diretamente o entrevistado, mas com benefícios para outros.

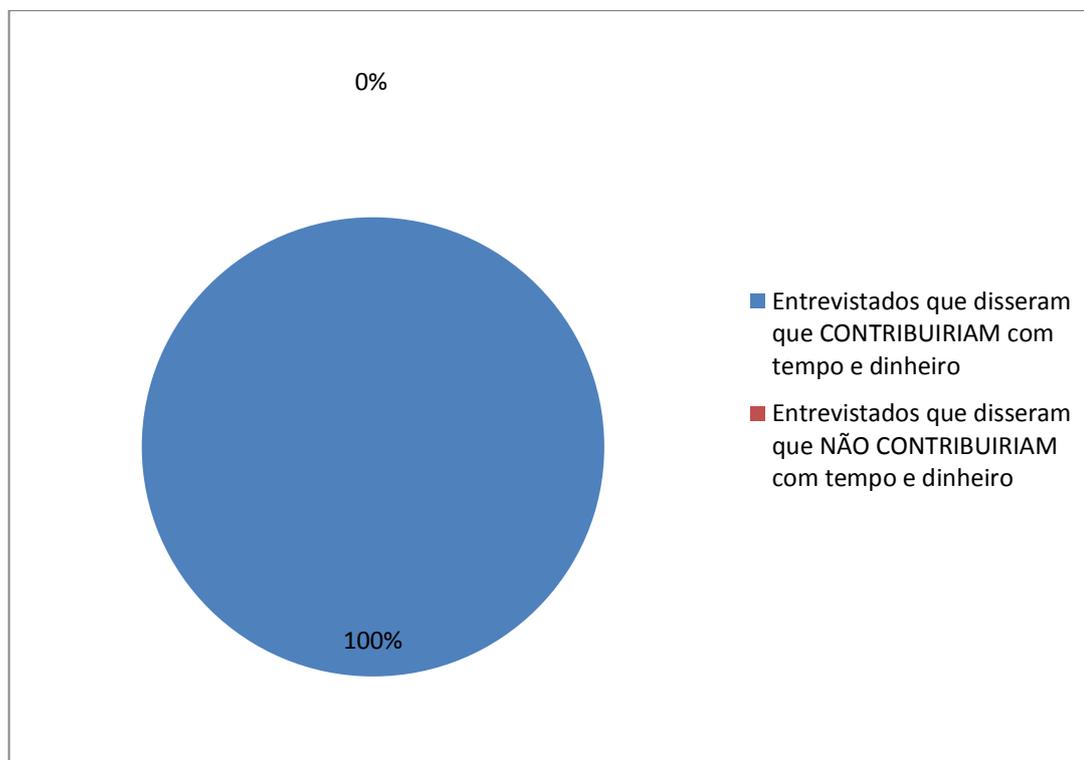
Esse gráfico mostra que todos os entrevistados afirmaram que contribuiriam, porém, algumas questões surgem diante dessa unanimidade. Pois, se essas afirmativas refletem à realidade, por que nas visitas do pesquisador à comunidade foram constatadas tantas reclamações quanto à participação dos moradores em atividades comunitárias. O líder da Associação Quilombola, por exemplo, queixou-se dessa postura de muitos moradores por diversas vezes. Essa unanimidade de respostas positivas torna-se ainda mais estranha quando comparada com os resultados do **Gráfico 12**, onde é evidenciado que a maioria dos entrevistados tende a acreditar mais na improbabilidade dos moradores cooperarem para tentar resolver um problema comunitário que o contrário. Ressalta-se que o que está sendo questionado aqui é a unanimidade, pois com certeza, existem níveis consideráveis de participação dos moradores em projetos comunitários.

Gráfico 7 - Disposição da maioria dos moradores de ajudar o entrevistado caso esse precise



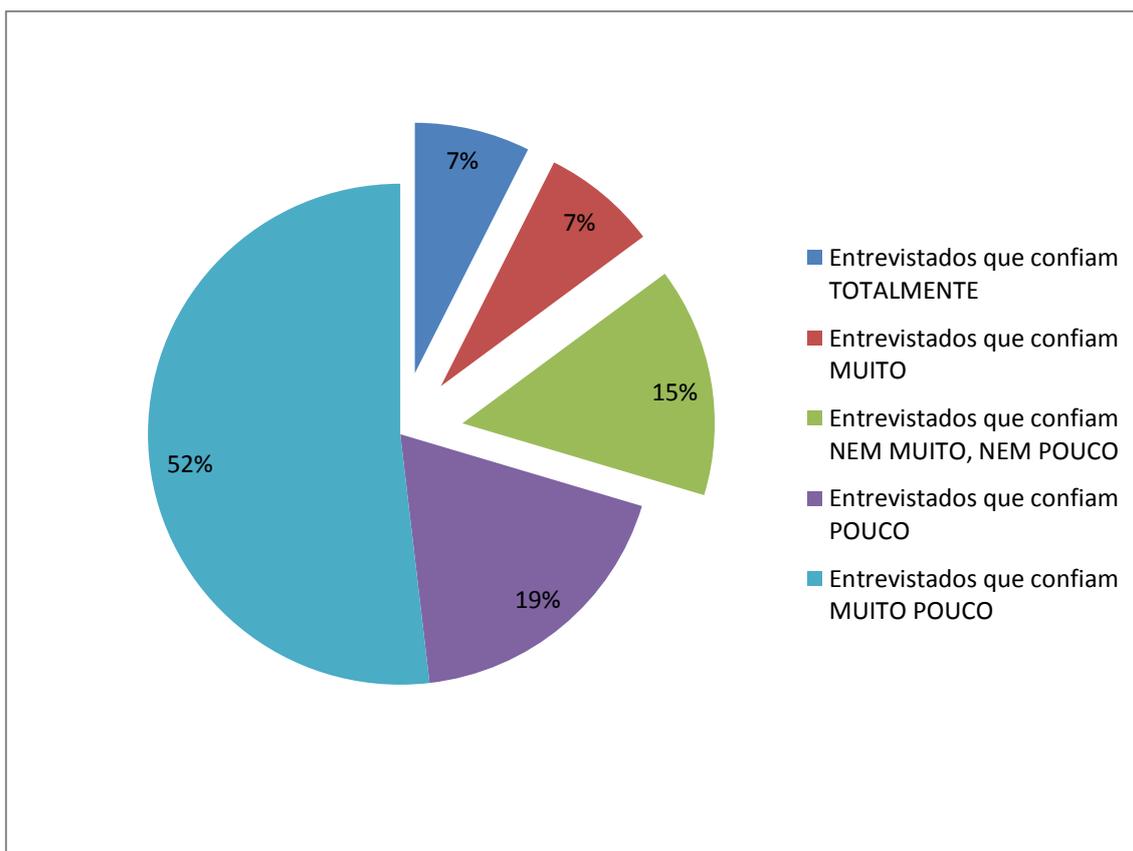
Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Gráfico 8 - Contribuição em um Projeto da Comunidade que Não Beneficiasse Diretamente o Entrevistado



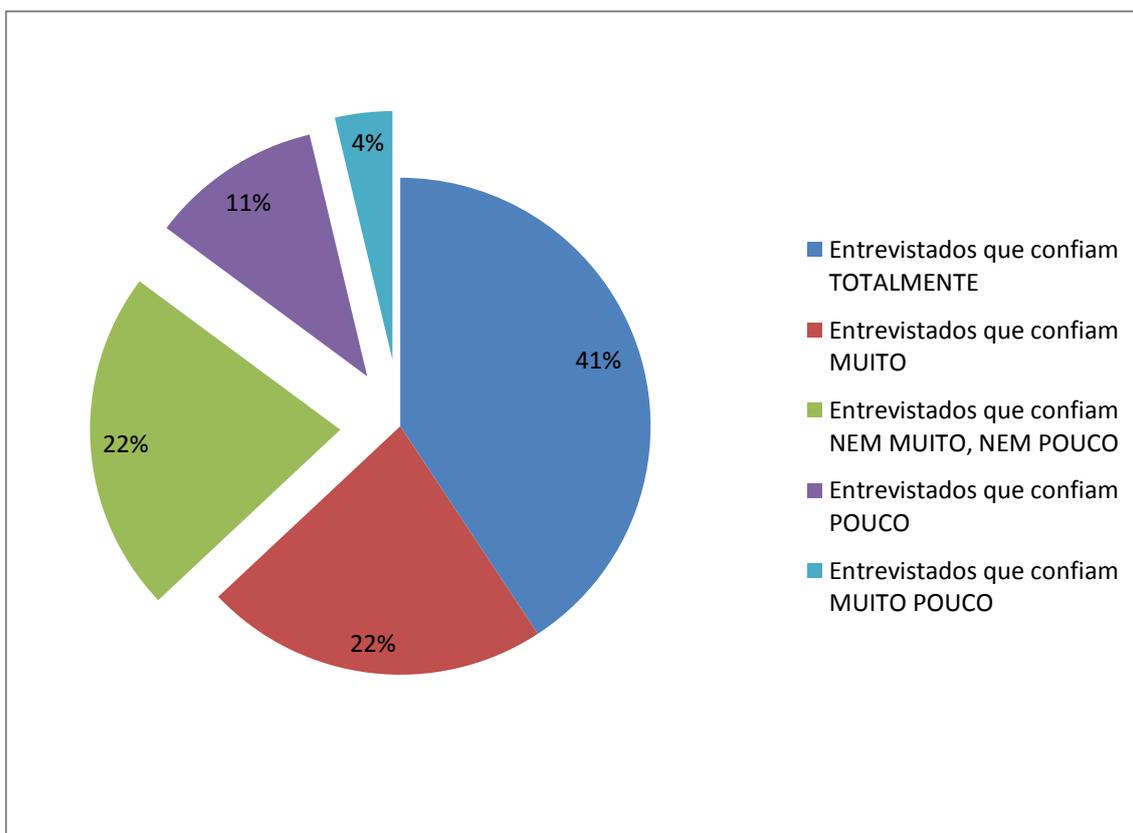
Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Assim como os **Gráfico 5 e 6**, os **Gráficos 9 e 10** também abordam questões relativas à confiança, contudo não se trata de uma abordagem centrada na confiança em geral (até que ponto se confia nas pessoas em geral), e sim em até que ponto se confia em tipos específicos de pessoas, nesse caso membros de governos – municipal e federal.

Gráfico 9 - Confiança nos Membros do Governo Municipal

Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Diante da apresentação dos resultados fica evidente a discrepância entre o nível de confiança que os entrevistados afirmaram ter nos membros dos governos municipal e Federal. Quando questionados sobre a confiança nos membros do governo federal, 63% dos entrevistados dividiram-se entre os que responderam que confiavam totalmente (41%) e os que confiavam muito (22%). Porcentagem bem menos expressiva que os 7% dos entrevistados que responderam que confiavam totalmente nos membros do governo federal os outros 7% que afirmaram confiar muito, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 10 - Confiança nos Membros do Governo Federal

Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Observa-se que o nível de confiança baixa da comunidade no governo municipal está relacionado, entre outras coisas, a qualidade dos serviços prestados (e também pelos não prestados) pela prefeitura a comunidade. Quanto aos serviços educacionais, por exemplo, uma vez que a rede pública local oferece vagas somente até o quinto ano do Ensino Fundamental, no início dessa pesquisa, se alguém desejava continuar os estudos precisava caminhar diariamente cerca de 8 Km até a sede de Manaíra, PB. Atualmente, ainda que continue sendo oferecidas vagas apenas até o quinto ano do Ensino Fundamental, a escola possui mais um professor e foi disponibilizada uma camioneta para transportar, de forma ilegal, os alunos ao município. Soluções que provavelmente não aumentarão de forma tão significativa o desejo dos moradores da comunidade concluir o Ensino Médio.

Figura 5
Escola na comunidade Fonseca



Fonte: MAGRIN, 2014.

Sachs (2004, p.82) caracteriza o aspecto educacional como fundamental para o processo de desenvolvimento, ao destacar que a educação, entre outras coisas, “[...] contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentimento de autonomia, bem como a autoconfiança e a autoestima”. Somado a isso, tem também o seu valor instrumental com respeito à empregabilidade.

Em relação aos serviços de saúde prestados a comunidade pelo município, mesmo após reivindicações, além da ausência de uma unidade de saúde, permanece a grande dificuldade de acesso a consultas médicas e odontológicas, bem como a medicamentos gratuitos na zona urbana. Na verdade o resultado concreto obtido pelos moradores após as reivindicações para melhoria da saúde local foi à viabilização da visita de um médico à comunidade, porém apenas uma vez ao mês.

Desse modo, nota-se que as melhorias ocorrem de forma muito lenta na comunidade. Contudo, destaca-se a importância das reivindicações dos moradores, pois, por exemplo, não havia agentes de saúde na comunidade, agora existem dois agentes fixos. Outrora o acesso a uma consulta odontológica era imprevisível, atualmente os moradores na comunidade de Fonseca possuem horários reservados para eles durante a semana no município de Manaíra.

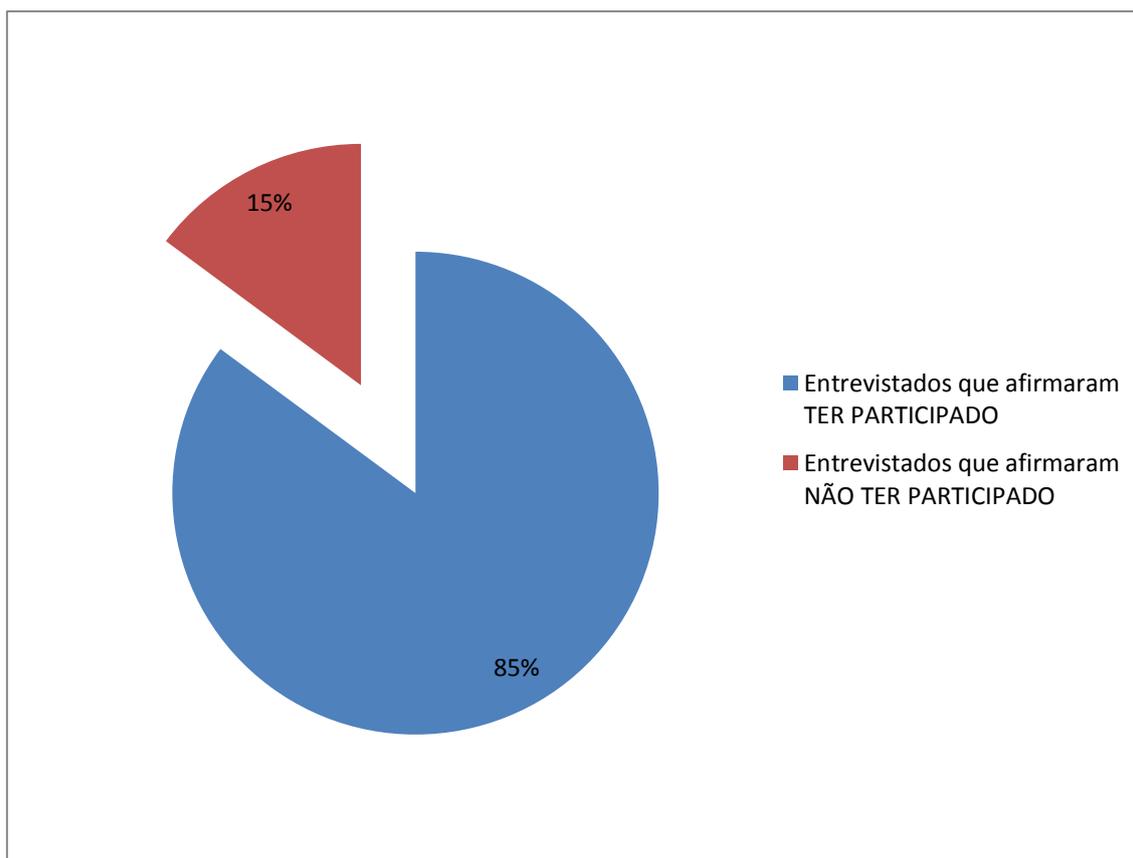
Esses são apenas alguns entre tantos outros exemplos de descaso do município com a comunidade, tornando compreensível a desconfiança. Esses resultados evidenciam um cenário adverso para o processo de formação, acumulação, manutenção e difusão do capital social na comunidade, uma vez que a confiança tem função essencial nesse processo, conforme Andrade (2013) demonstra na sua fala.

Já quando questionados sobre a confiança nos membros do governo federal, os entrevistados responderam em um sentido oposto. Diante desses resultados poderia se questionar: Mas os membros do governo federal não são também responsáveis pela triste realidade de Fonseca? Sim, porém existem pelo menos dois fatores que podem ter influenciado esse resultado positivo. Em primeiro lugar destaca-se as políticas de transferência de renda do governo federal, pois esse benefício recebido pelos moradores da comunidade acentua a relação de confiança com essa esfera do governo.

Ressalta-se também que a relação da Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB) com a comunidade estreitou-se após os moradores recorrerem ao governo federal a partir de um documento em forma de carta endereçado a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, órgão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da república. Após essas denúncias e o *feedback* do governo, os entrevistados estão mais confiantes em melhorias futuras.

4.2.3 Ação Coletiva e Cooperação

Dentro do QI-MCS a ação coletiva e a cooperação constituem o terceiro grupo de variáveis para compreender o capital social. De acordo Grootaert *et al.* (2003) essa seção objetiva explorar o grau de ação coletiva, as formas de atividades coletivas e uma noção geral do grau de iniciativa para a cooperação e participação. Além disso, essa categoria também atenta para os impactos das expectativas não alcançadas em relação à participação.

Gráfico 11 - Participação em Atividades Comunitárias nos Últimos 12 Meses

Fonte: Dados da pesquisa 2015.

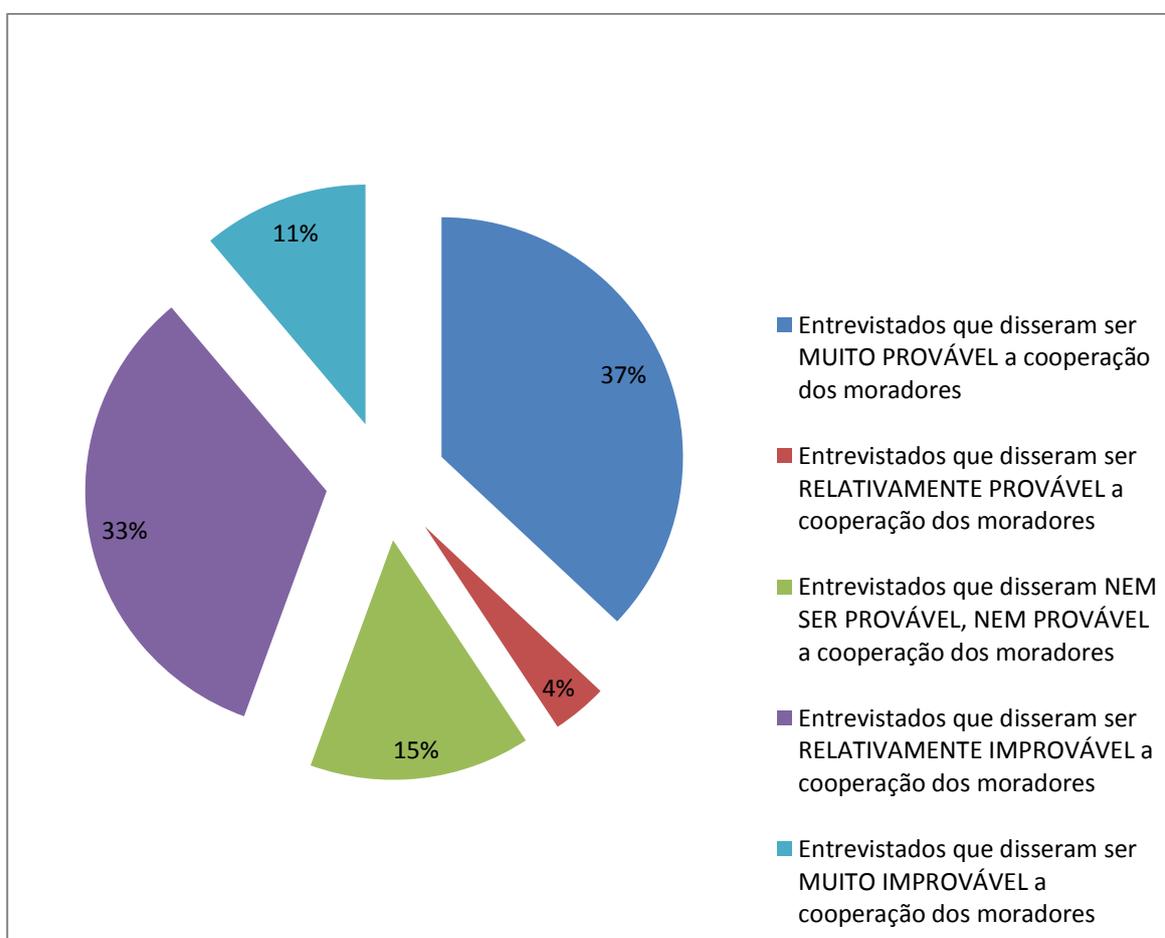
O **Gráfico 11** demonstra um alto grau de participação, 85% dos entrevistados afirmaram que participaram de alguma atividade comunitária nos últimos 12 meses. Uma característica extremamente positiva, uma vez que autores como Vianna (1955, 151) destacam que o espírito insolidarista brasileiro remonta aos períodos da “colonização”, em suas palavras: “O trabalho agrícola, em nosso país – ao contrário do que aconteceu no mundo europeu – sempre foi essencialmente particularista e individualista: centrifugava o homem e o impelia para o isolamento e para o sertão”.

Analisando a dinâmica da comunidade, torna-se evidente a influência tanto da Associação Quilombola na prática de cooperação pelos moradores, quanto do papel desempenhado pela assistente social da ACEV Social. Exemplos desse cooperativismo não faltam na comunidade, podendo ser citadas a abertura da nova estrada pelos moradores e as ações após a perfuração do poço na comunidade pela ACEV Social. Quanto a essa última,

ressalta-se o seu papel fomentador de cooperativismo na comunidade, pois o trabalho cooperativo entre os moradores permaneceu intenso por meses após a perfuração. Demonstrando a existência de um capital social que necessitava ser alocado.

Contudo, uma situação que estava ocorrendo na comunidade nos dias em que o questionário foi aplicado demonstra que a intensidade do cooperativismo local é bem limitada. Coincidentemente, o abastecimento de água na comunidade estava comprometido há dias quando foi questionado aos entrevistados a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver um problema de abastecimento de água na comunidade, caso houvesse. Os resultados podem ser verificados no gráfico 12 abaixo.

Gráfico 12 - Probabilidade dos Moradores Cooperarem Para Tentar Resolver um Problema de Abastecimento de Água na Comunidade



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

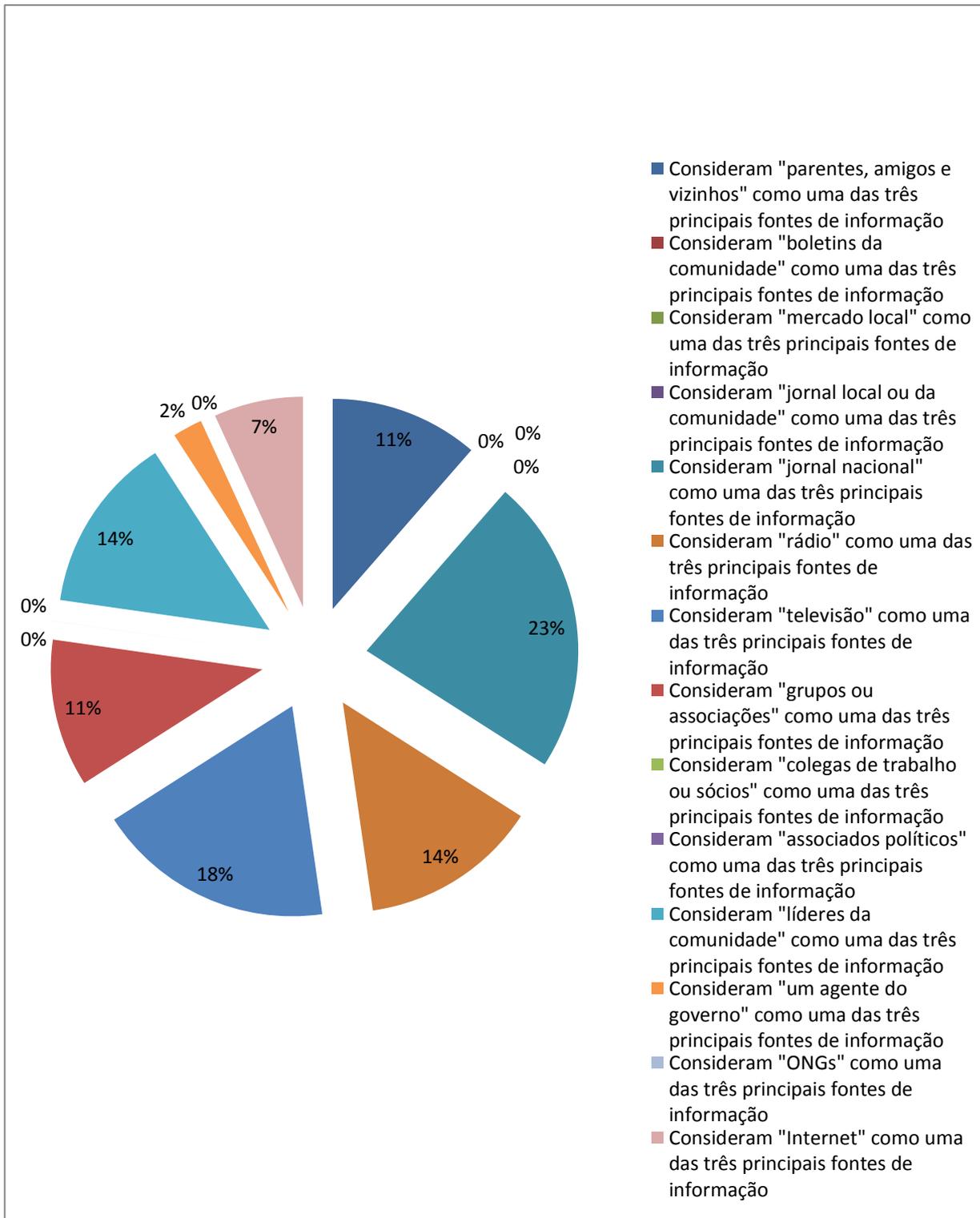
Percebe-se a partir dos resultados apresentados no **Gráfico 12** um equilíbrio entre os entrevistados que disseram que a cooperação dos moradores seria muito provável ou relativamente provável (41%) e os que disseram ser muito improvável ou relativamente improvável (44%). Diante dessa aparente incoerência o que se pode afirmar é que em situações como essas sempre há pessoas na comunidade dispostas a cooperação, todavia o número de pessoas é reduzido. Assim os **Gráficos 8 e 11** devem ser analisados dentro de um contexto maior para não haver uma compreensão do cooperativismo local mais otimista que a realidade.

4.2.4 Informação e comunicação

A categoria *informação e comunicação* aborda as formas pelas quais uma comunidade tem acesso a informações relativas às condições de mercado e serviços públicos. Segundo Grootaert *et al.* (2003), o reconhecimento da informação como essencial na ajuda de comunidades vulneráveis é crescente. Esses autores afirmam que a partir da informação as comunidades pobres, como é o caso de Fonseca, passam a ter uma voz mais ativa no que concerne ao seu bem-estar.

Para compreender o nível de capital social relativo à comunicação na comunidade foi perguntado aos entrevistados quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo. Os resultados estão dispostos no **Gráfico 13** abaixo.

Gráfico 13



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

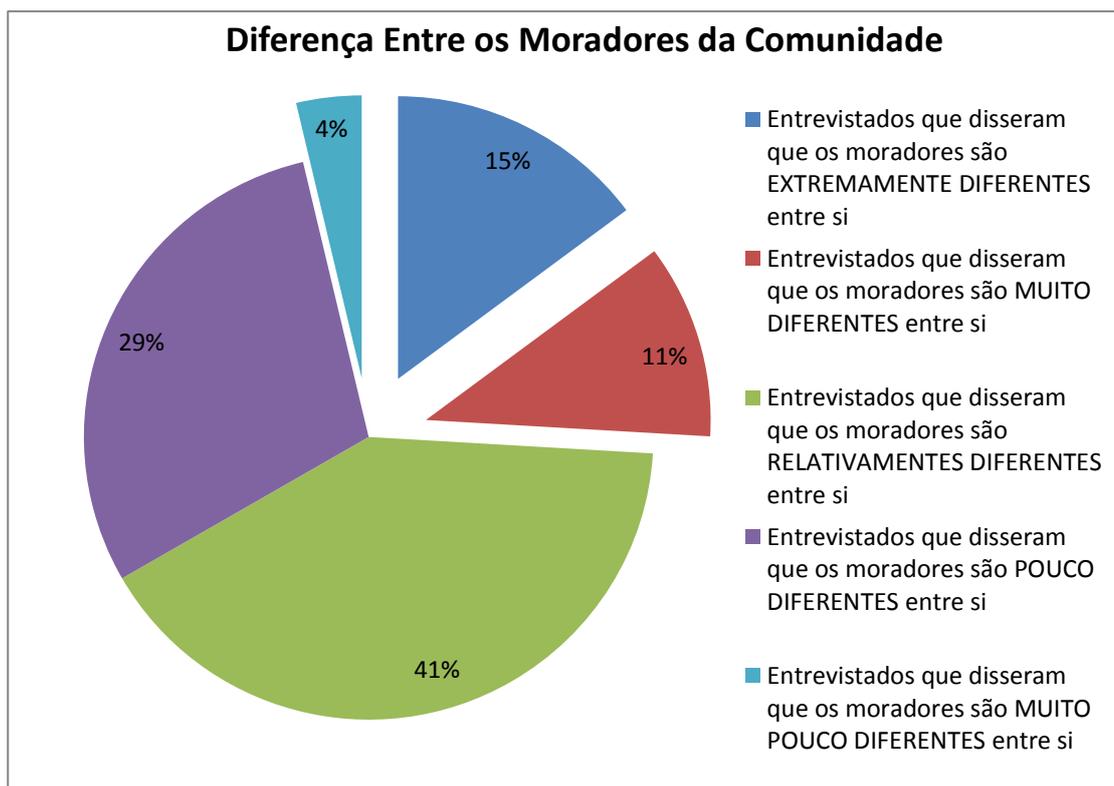
Os resultados apresentados no **Gráfico 13** revelam um cenário crítico quanto ao acesso à informação na comunidade, pois as duas fontes de informação mais citadas pelos entrevistados foram o Jornal Nacional da Rede Globo (23%) e Televisão, sendo a Rede Globo o canal predominantemente assistido (18%). Entretanto, lembra-se que essa não é o cenário apenas de Fonseca. De acordo com Toscani *et al.*, (2006, p.1), na obra *Jornal Nacional: informação x manipulação*, quando a temática a ser discutida é informação a partir do telejornalismo, a “palavra de ordem é o Jornal Nacional, não apenas por ter sido o primeiro telejornal em rede, mas também por ter se constituído em fenômeno cultural, através da divulgação da informação, oferecendo-a como produto de consumo”. Essa dinâmica de manipulação da Rede Globo e do seu principal telejornal também pode ser averiguada em diversas outras pesquisas, como as de Vizeu (2000; 2006).

Desse modo torna-se inequívoco a fragilidade da comunidade quando o assunto é acesso à informação de qualidade, aspecto imprescindível para o capital social local. A realidade da comunidade só não está pior pelo fato dos resultados demonstrarem que 11% dos entrevistados citaram *associações ou grupos* como uma das três fontes de informação mais importante e 14% citaram *líderes da comunidade*. Referindo-se, respectivamente, à Associação Quilombola e ao Sr. Luiz, líder da comunidade. Destaca-se que esse é, aparentemente, o morador mais politizado da comunidade.

4.2.5 Coesão e inclusão social

Acredita-se que as comunidades não podem ser consideradas coesas, haja vista as várias formas de diferenças e divisão, que inclusive podem levar ao conflito. Por isso, esta categoria busca identificar tanto a natureza dessas diferenças quanto as suas implicações (GROOTAERT *et al.*, 2003). Para melhor compreensão dessa dimensão do capital social em Fonseca, o primeiro questionamento aos entrevistados foi “até que ponto você diria que as pessoas são diferentes na comunidade?”. Para melhor entendimento, foi explicado que essas diferenças poderiam ser de riqueza, renda, posição social, raça, crenças religiosas, políticas, idade, sexo, etc. Os resultados dessa pergunta encontram-se abaixo, no **Gráfico 14**.

Gráfico 14

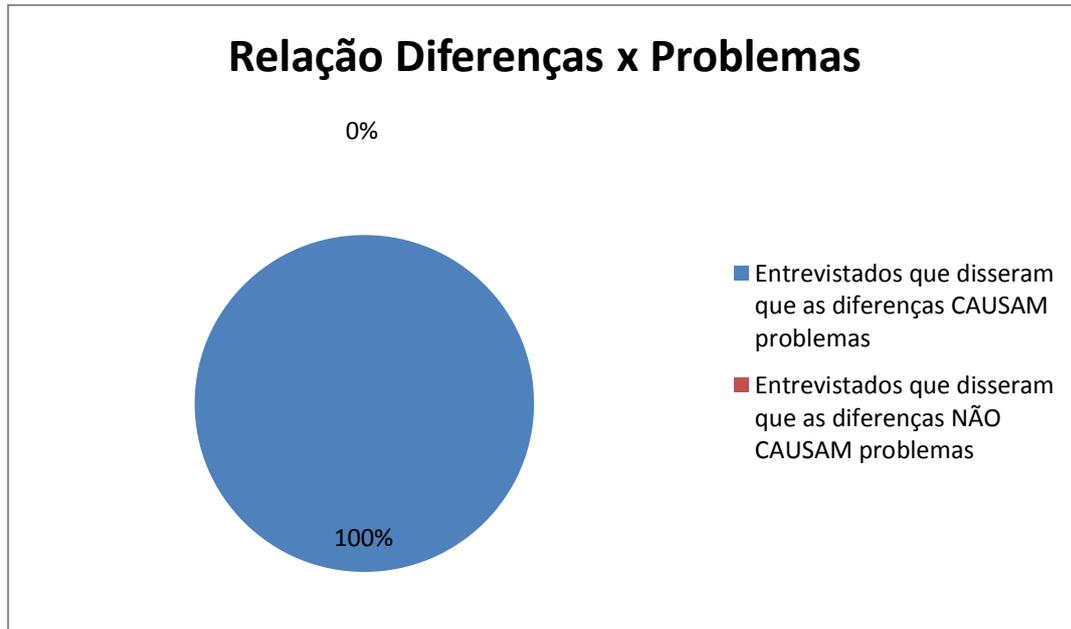


Fonte: Dados da pesquisa 2015.

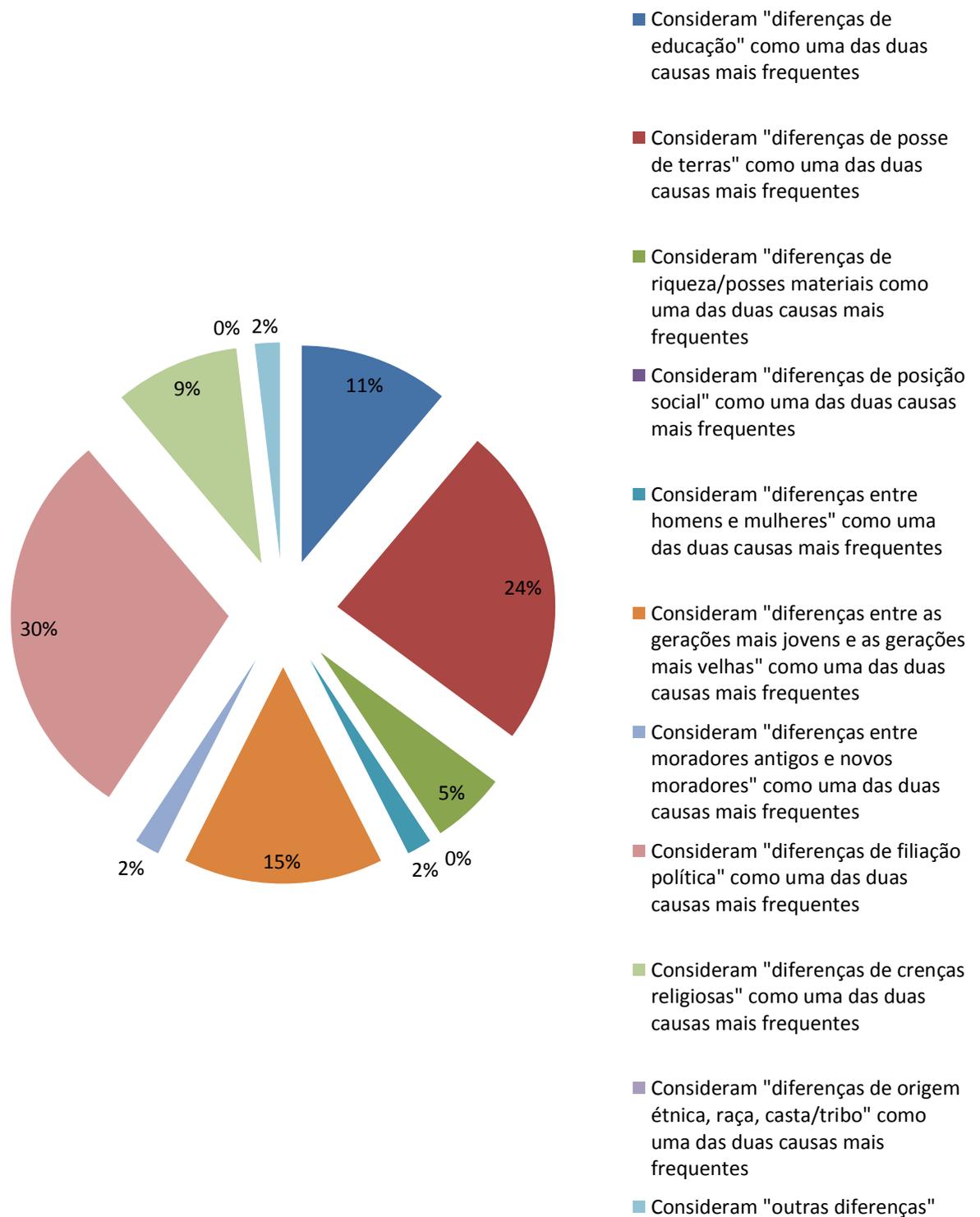
Observa-se neste gráfico que a maioria dos entrevistados acredita que há diferenças entre os moradores, porém não muito acentuada. Destaca-se que 70% dos entrevistados dividiram-se entre os que afirmaram que os moradores são relativamente diferentes entre si (41%) e os que afirmaram serem pouco diferentes (29%). Analisando as características dos moradores nota-se que de fato as diferenças entre eles não são tão acentuadas.

Contudo, mesmo diante dessa percepção dos entrevistados, de forma unânime, conforme apresenta o **Gráfico 15**, responderam que essas diferenças causam problemas. Quanto a isso, explicita que o pesquisador registrou reclamações entre os moradores em todas as visitas que fez à comunidade. Os problemas são tão acentuados que há anos alguns “quilombolas de baixo” não se relacionam harmoniosamente com os “quilombolas de cima”, o que torna a comunidade ainda menos coesa. E para entender melhor as causas desses atritos, foi perguntado aos entrevistados quais eram as duas diferenças que mais frequentemente causavam problemas. Os resultados podem ser consultados no **Gráfico 16**.

Gráfico 15



Fonte: Dados da pesquisa 2015.



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Antes de destacar as alternativas mais citadas, salienta-se que a única não citada foi *diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo*”, resultado que já era esperado, haja vista a forte identidade negro quilombola dos moradores. *Além desse fato, os resultados demonstraram que as diferenças mais citadas pelos entrevistados foram as de filiações políticas e posses de terra.* Os problemas relativos às *diferenças de filiações políticas*, como discussões acaloradas e xingamentos, já havia sido presenciado pelo pesquisador, pois esse pode acompanhar a rotina da comunidade no período eleitoral das eleições de 2012 e 2014.

Já no que diz respeito às *diferenças de posses de terra*, é de conhecimento de todos na comunidade os conflitos existentes entre os moradores. Destaca-se que em Fonseca, em média, cada família possui menos 0,5 hectares, enquanto os estudos preconizam serem necessários para ter uma produção estável no clima semiárido pelo menos 100 hectares por família, na ausência de técnicas como a irrigação (DUARTE, 2011).

Para analistas como Veiga (2000); Abramovay (2003) e Schneider (2010), embora as políticas assistencialistas sejam inevitáveis em certos contextos emergenciais, como em Fonseca, é sempre preferível gerar novos empregos, porque promovem autonomia dos indivíduos atribuindo-lhes dignidade e autoestima.

Em contextos rurais, discute-se o largo potencial de geração de novos empregos, privilégio de países como o Brasil, por ser este dotado de terras ociosas, suscetíveis em alguns casos, às políticas de incentivo a arranjos produtivos mais eficientes; em outros, às políticas de desapropriação com fins de reforma agrária racionais, pacíficas e negociadas, conforme aponta Wanderley (2010).

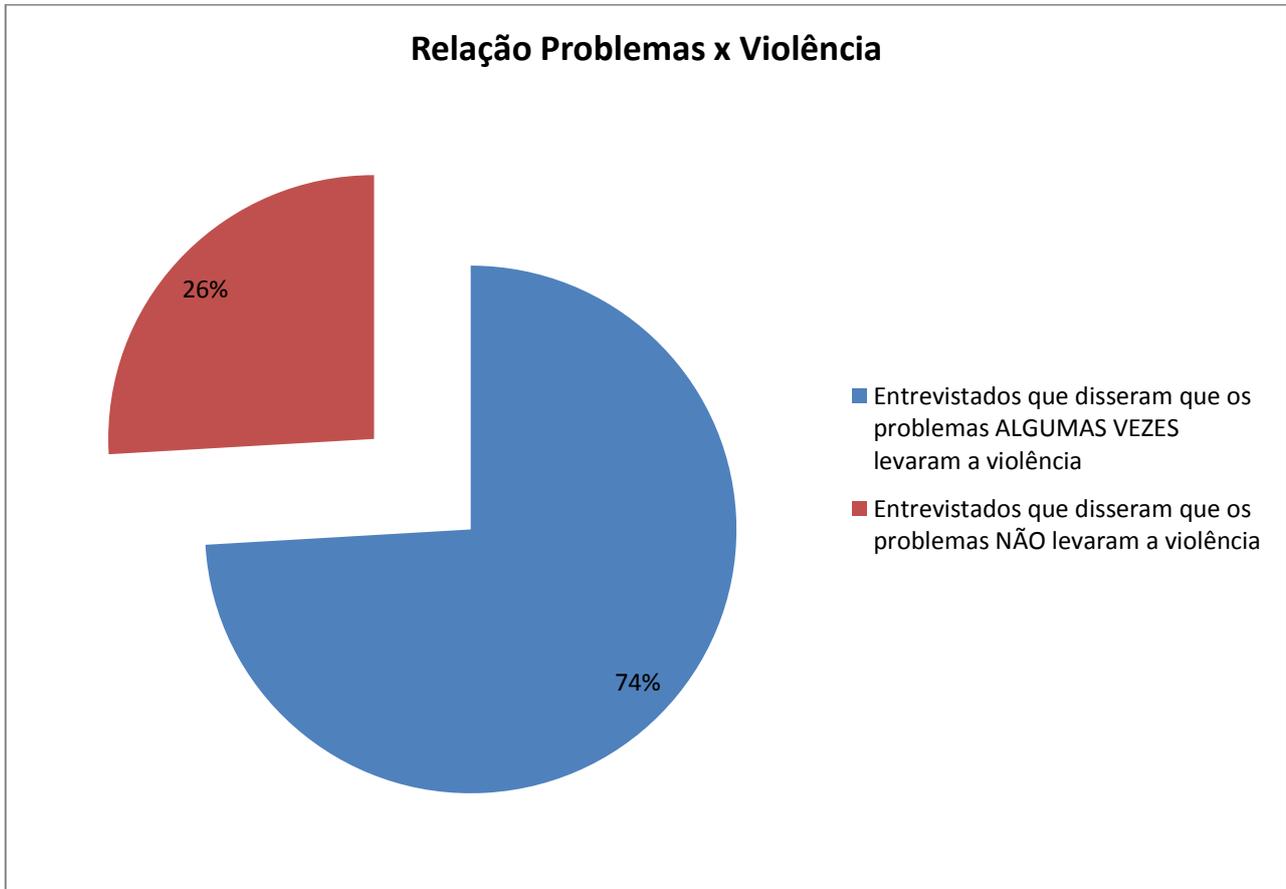
Porém, a necessidade da incorporação de instrumentos adequados de crédito, comercialização, assistência técnica e tecnologias apropriadas à agricultura familiar, como é o caso da agroecologia, são vitais nas duas situações. Entretanto, essas possibilidades nem sempre estão disponíveis às comunidades rurais do semiárido nordestino, como é a realidade de Fonseca.

Esses problemas são tão intensos que 74% dos entrevistados afirmaram que esses problemas já haviam levado à violência, conforme apresenta o **Gráfico 17**. Para Grootaert et al. (2003), a presença de conflito em uma determinada comunidade é frequentemente um indicador da ausência de confiança e/ou de capital social estrutural apropriado para resolver

conflitos. Outros dados que demonstram a violência na comunidade estão dispostos no **Gráfico 18**. Esse gráfico apresenta as respostas dos entrevistados sobre a sensação que eles tem em relação ao crime e a violência quando estão sozinhos em casa, onde 55% dos entrevistados afirmaram se sentirem ou *muito inseguros* 37% ou *moderadamente inseguros* 18%.

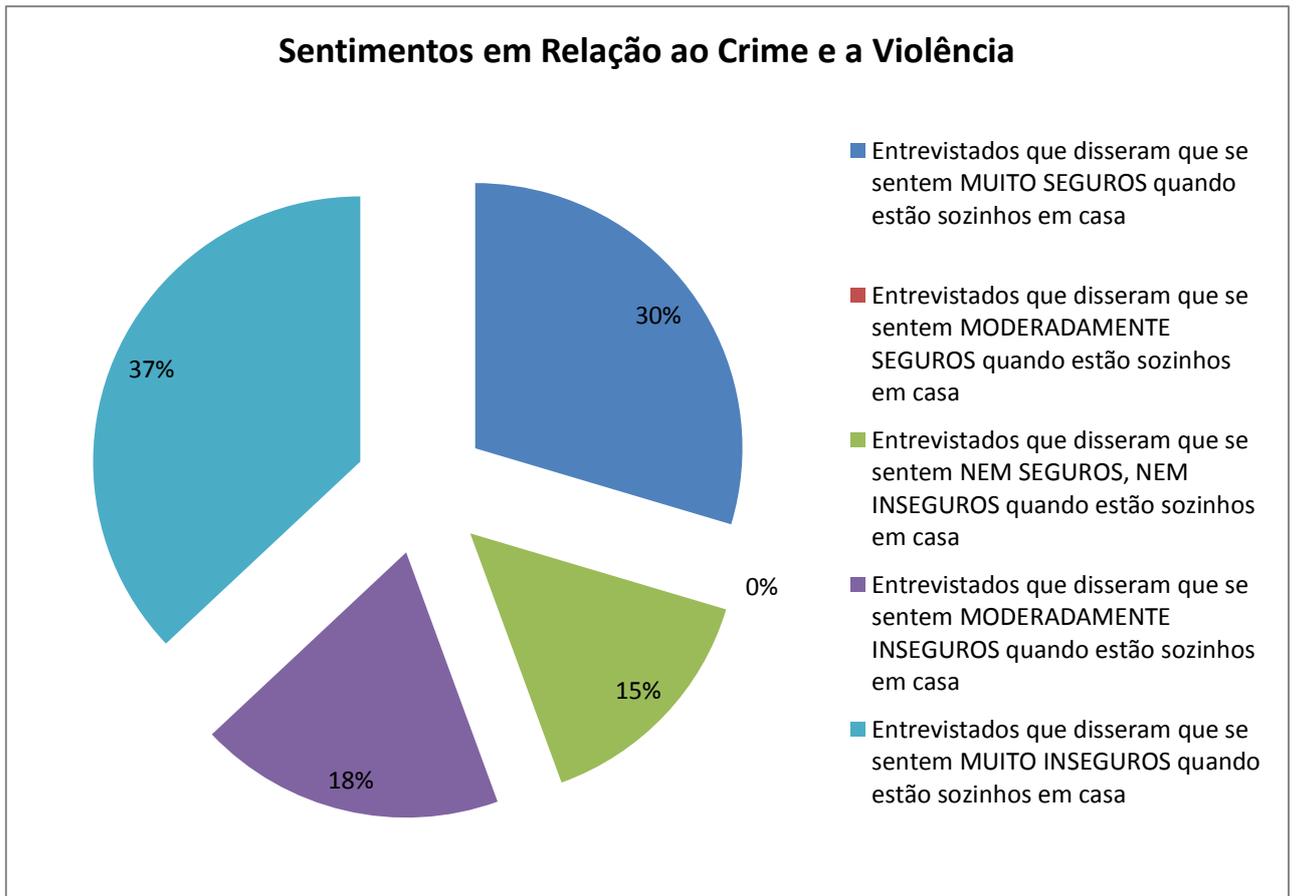
Diante dessa realidade, destaca-se as ações realizadas pela ACEV Social na comunidade em 2013. Conforme AÇÃO EVANGÉLICA SOCIAL (2013), nesse período a assistente social Marah Danielle realizou oficinas sobre as temáticas: violência doméstica; abuso e exploração sexual de crianças e adolescente; questões de gênero; e Lei Maria da Penha. Além disso, foram discutidas tanto as causas e consequências da violência, como também os seus tipos. Fatos que demonstram o importante papel da ONG no fomento do capital social local e, conseqüentemente, na busca por um desenvolvimento sustentável local.

Gráfico 16



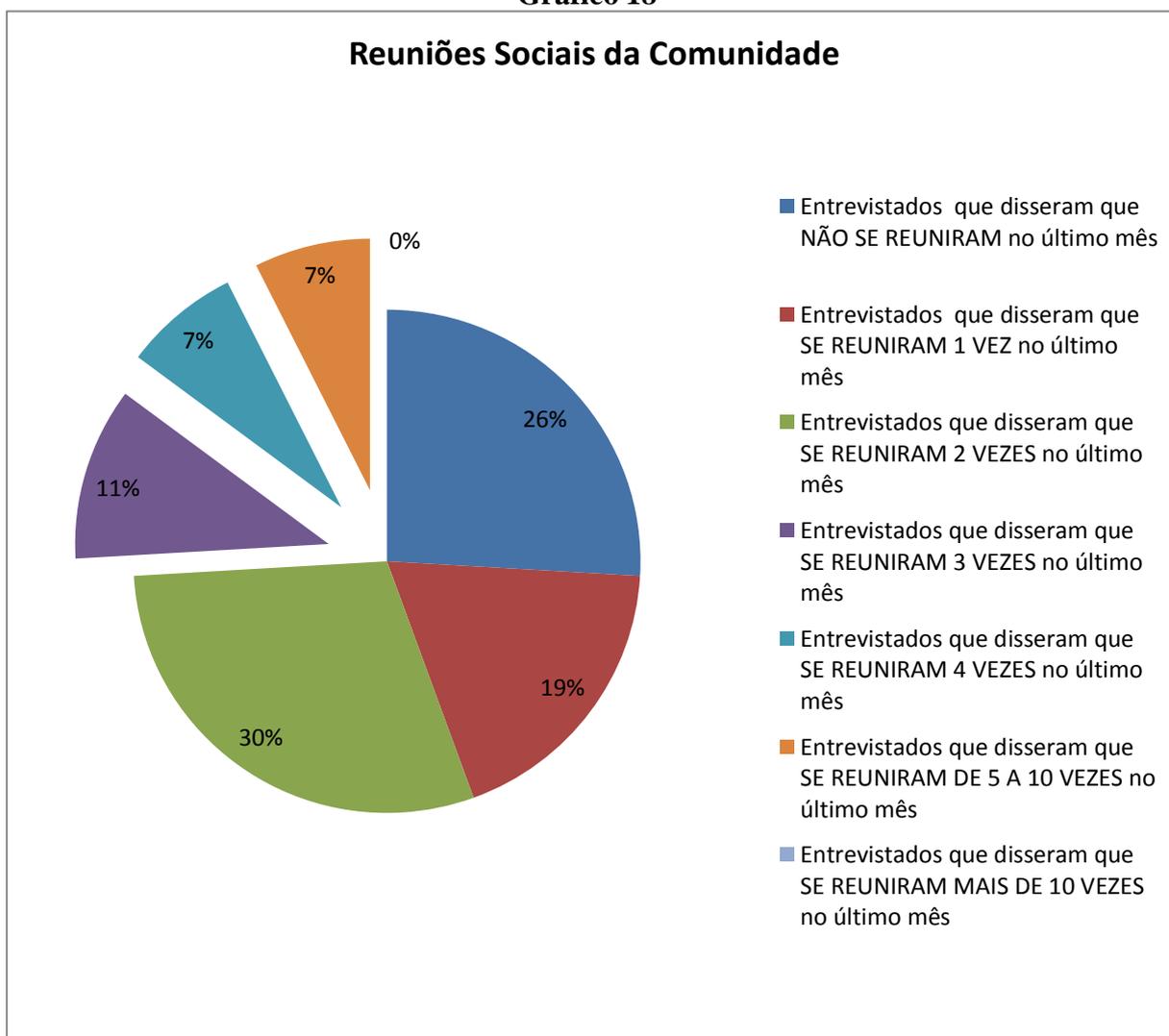
Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Gráfico 17



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Gráfico 18



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O último gráfico analisado dentro da categoria *coesão e inclusão social* - **Gráfico 19**, apresentam resultados baixos de capital social da comunidade. Ao serem questionados sobre quantas vezes haviam se reunido com outras pessoas para comer ou beber no último mês, uma parcela significativa dos entrevistados (26%) afirmaram que não se reuniram com ninguém. Outros 49% dividiram-se entre os que se reuniram apenas uma (19%) ou duas vezes no último mês (30%). Os resultados obtidos são considerados limitantes para uma coesão satisfatória.

Outro fato que chamou atenção foram às respostas desses entrevistados que se reuniram pelo menos uma vez quando questionados se alguma dessas pessoas com quem se reuniram era diferente deles em alguns aspectos. Dentre esses moradores, 60% não se

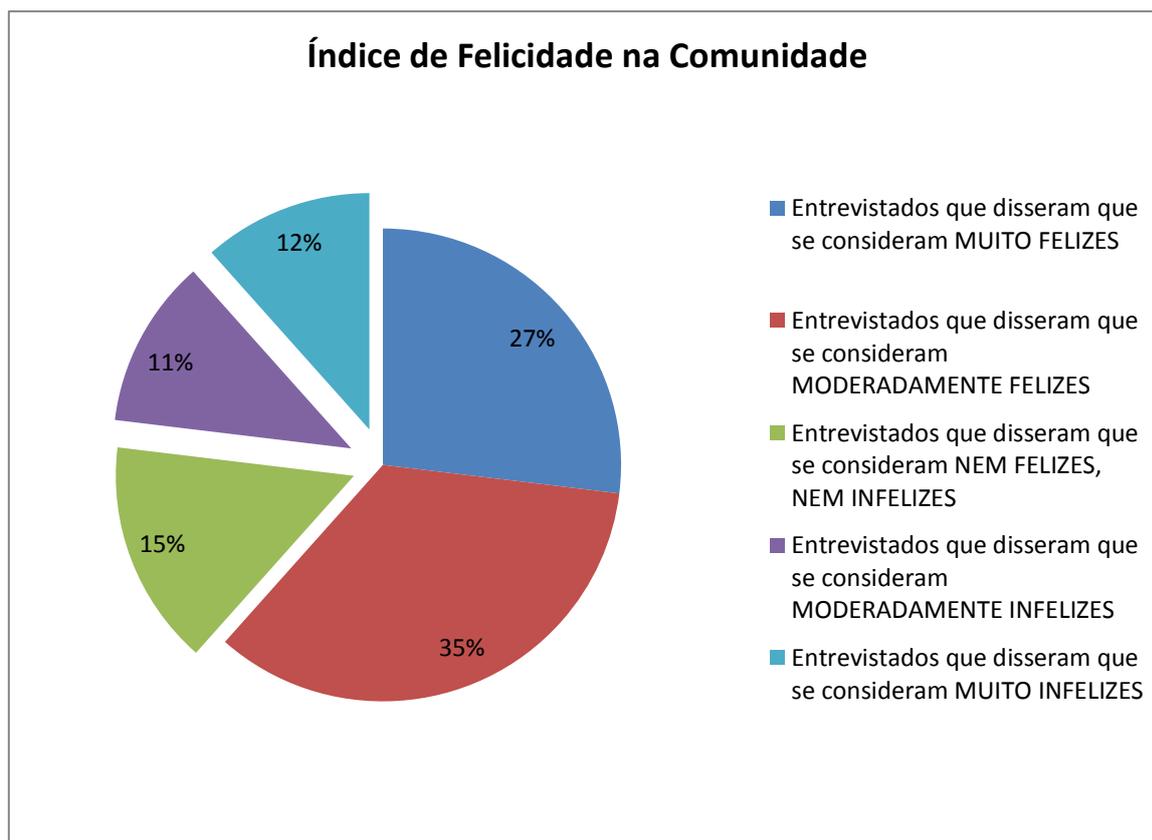
reuniram com nenhuma pessoa de diferente *situação econômica, posição social* ou *grupo religioso*.

Esse resultado é de grande importância teórica e prática, pois as discussões em torno desse assunto demonstram a existência de uma distinção entre capital social de “ligação” – laços entre pessoas similares, tais como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho – e capital social de “ponte” – laços que ligam pessoas mais distintas (GITTELL e VIDAL, 1998, PUTNAM, 2000; NARAYAN, 2002). Assim, acredita-se que esses resultados sugerem um maior nível de capital social de “ligação” (ainda que em baixa quantidade) se comparado com o de “ponte”.

4.2.6 Autoridade ou capacitação (empowerment) e ação política

As perguntas nesta divisão pretendem examinar a sensação de bem-estar, êxito pessoal e a competência dos membros do agregado familiar de influenciar eventos locais e expandir tal influência a respostas políticas mais vastas. O primeiro questionamento feito nessa categoria foi o quanto os entrevistados se consideravam felizes. Os resultados seguem abaixo no **Gráfico 20**.

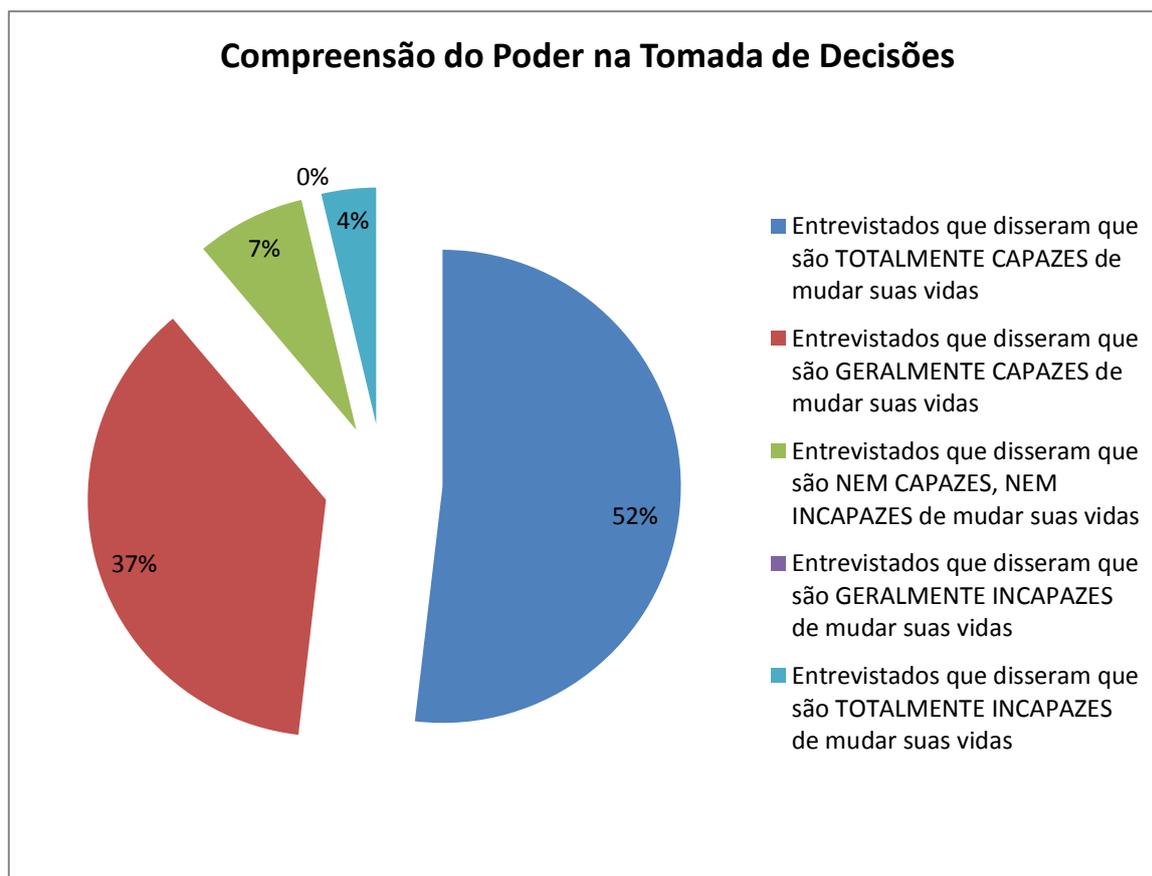
Gráfico 19



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Com os resultados característicos podemos sugerir que, apesar de todos as problemáticas em torno da comunidade, a maioria dos entrevistados (62%) se considera pessoas muito felizes (27%) ou moderadamente felizes (35%). Porém, os resultados da comunidade são considerados baixos quando comparados a outros resultados. A pesquisa de Anesé (2009) no Rio Grande do Sul, por exemplo, demonstra que entre as oito localidades analisadas, a localidade que apresentou o maior percentual de entrevistados que afirmaram ser muito infelizes foi Cacequi (2,63%), resultado bem mais baixo que os 12% de Fonseca. Esses dados sugerem que os problemas sociais da comunidade têm influência direta sobre esse índice considerável de pessoas totalmente tristes, o qual, por sua vez, limita o capital social local.

Gráfico 20



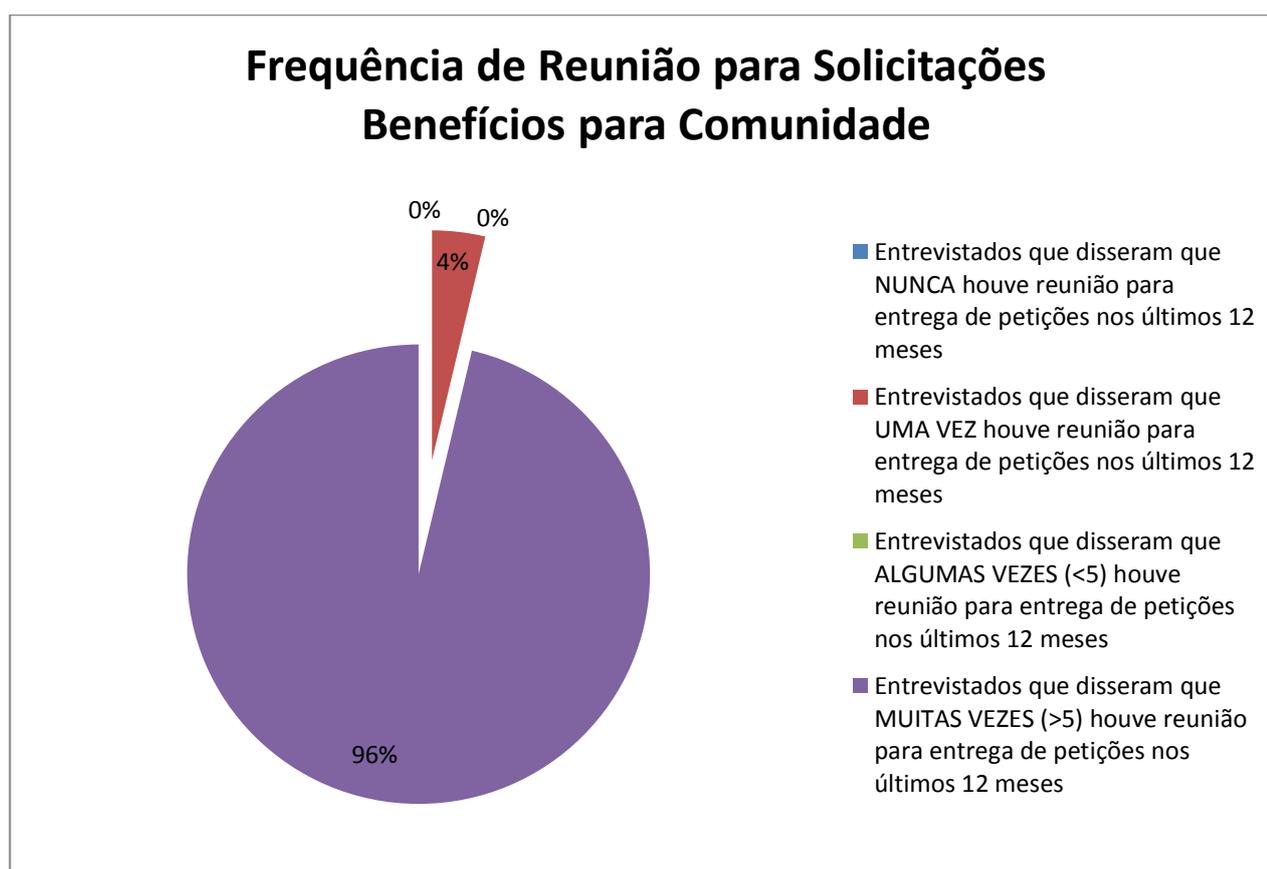
Fonte: Dados da pesquisa 2015.

Após perguntar aos participantes do questionário quão felizes eles se sentiam, questionou-se se eles sentiam que tinham poder para tomar decisões que poderiam mudar o curso da vida deles. Como se pode observar no gráfico acima, 89% dos entrevistados acreditam nessa possibilidade, pois 52% avaliaram-se como totalmente capazes e 37% como geralmente capazes de mudar suas vidas. Diante desses resultados ressalta-se que autores como Grootaert *et al.* (2003) e Anése (2009) defendem que altos níveis nessa categoria evidenciam confiança no poder público e uma capacidade do local em controlar e tomar as decisões de maneira autônoma. Constatação quase não percebida em Fonseca, pois, aparentemente, a única característica presente na comunidade é a confiança nos membros do governo federal.

Destaca-se ainda uma ligação dessa confiança dos moradores da comunidade no governo federal com os resultados expostos no próximo gráfico. Um exemplo disso é o

documento em forma de carta endereçado a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, órgão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Os moradores, de uma forma geral, sempre se referem a essa iniciativa com muita expectativa, diferente do sentimento que nutrem por melhorias advindas do município.

Gráfico 21

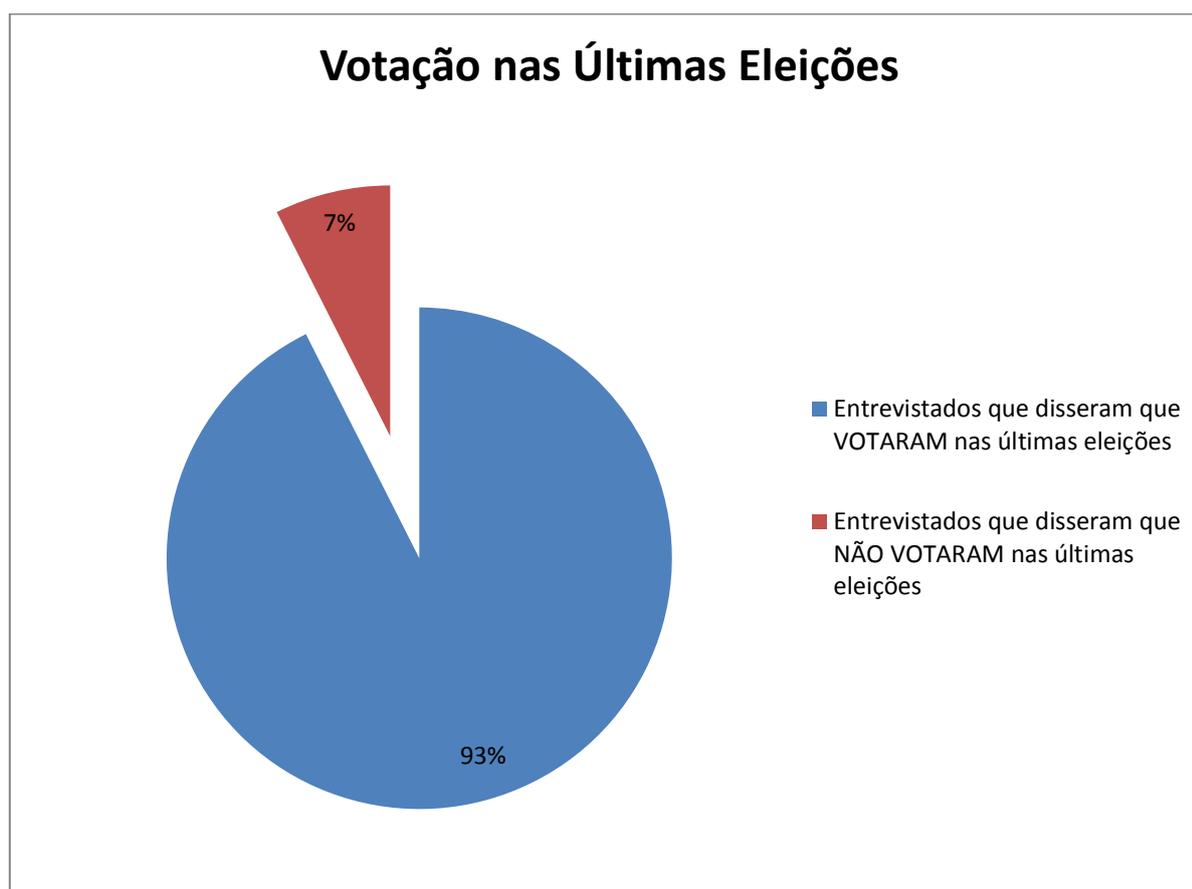


Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O **Gráfico 22** oferece os resultados das respostas dos entrevistados quanto à frequência de reuniões para entrega de petições a membros do governo ou líderes políticos para benefício da comunidade nos últimos doze meses. Verifica-se que uma porcentagem altíssima de entrevistados (96%) afirmou que houve muitas vezes reunião para essa finalidade. Sugere-se que essas, e outras ações semelhantes, são impulsionadas pela atuação tanto da Associação Quilombola, como da ACEV Social. Essa ONG, no ano de 2013, realizou

uma oficina na área de Defesa de Direitos e Políticas Sociais através da Assistente Social da ONG, conforme AÇÃO EVANGÉLICA SOCIAL (2013). Nessa oportunidade foram trabalhados os Direitos das Comunidades Quilombolas através do GUIA de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas da Secretaria De Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Também foram lidos e debatidos com as pessoas na reunião os principais pontos do Guia.

Gráfico 22



Fonte: Dados da pesquisa 2015.

O **Gráfico 23** corresponde à última pergunta do questionário. Nessa pergunta perguntou-se aos entrevistados se esses haviam votado nas duas últimas eleições. Os resultados mostram que quase todos entrevistados votaram, salientando que os poucos que não votaram alegaram estar com problemas com seus títulos, ou por serem idosos.

Após essa constatação destaca-se que os três últimos **Gráficos 21, 22 e 23**, todos relativos a dimensão *autoridade ou capacitação (empowerment) e ação política*, apresentaram resultados bem mais positivos que os demais. Entretanto, conforme assevera Grootaert *et al.* (2003), *capacitação (empowerment)* é um conceito muito amplo e complexo, assim os seus resultados não devem ser analisados de forma isolada, antes “é útil comparar esse padrão de autoridade ou capacitação (empowerment) com padrões de acesso à informação...” (p. 21). Essa compreensão mostra-se aplicável aos resultados de Fonseca, pois esse alto índice de votação possui dois lados, o lado positivo evidente da democracia, mas também mascara manipulações. Um exemplo disso é o paternalismo escancarado na comunidade, bem como os testemunhos de compras de votos.

Diante das discussões dos seis componentes abordados no questionário para análise do capital social na comunidade - grupos e redes; redes, confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade ou capacitação e ação coletiva – nota-se a importância da Associação Quilombola e ACEV Social no fomento do capital social e seu conseqüente papel na promoção de melhorias na qualidade de vida local.

Entretanto ressalta-se que ainda que tenha sido constatado fomento de capital social a partir da atuação dessas instituições, o nível de capital social da comunidade é considerado baixo, comprometendo ainda mais a promoção do desenvolvimento local sustentável (BARRETO 2005; COSTA 2007). Assim, pode-se afirmar que a comunidade possui uma realidade muito distante do que se pode considerar uma experiência exitosa de Desenvolvimento Sustentável Local a partir da força do capital social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário configurado constatou-se que a comunidade de Fonseca é, acima de tudo, uma comunidade complexa no que diz respeito aos seus aspectos socioculturais. A comunidade situada em terreno rochoso na microrregião da Serra de Teixeira, sertão paraibano, é marcada tanto pelo sofrimento quanto pela resistência dos seus habitantes. Comunidade onde os negros quilombolas lembram com saudosismo dos moradores anteriores da terra – os indígenas. Fonseca, um desses, jamais imaginaria que um dia emprestaria seu nome a essa terra, cuja população é uma verdadeira “colcha de retalhos” étnica.

Terra que foi testemunha de sorrisos, romances e fé. Contudo, também se tornou palco de epidemias, fomes, preconceitos, explorações e massacres. Até Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, derramou sangue inocente sobre essa terra. Entretanto, essa terra seca e ensolarada permaneceu atraindo homens e mulheres que ali construía suas casas feitas de taipa e buscavam sobreviver, mesmo sem o real apoio do Estado, para o qual esses eram quase invisíveis.

Todavia, ainda que lentamente, alguns aspectos começaram a mudar em Fonseca. Principalmente a partir de 2007, ano em que os moradores locais criaram uma associação de pequenos produtores, que futuramente viria a ser reconhecida como comunidade remanescente de quilombo. A partir disso, de forma mais organizada, os moradores começaram a reivindicar do poder público melhorias para a comunidade, bem como atraíram os olhares de outros grupos, como a ONG ACEV Social. Essa desde 2011 tem interagido com a comunidade a partir da implantação do PSS.

Assim, essa aparente tendência local ao associativismo e cooperativismo, elementos característicos de capital social, bem como a implantação do PSS em Fonseca, levou a questionar-se se a *interface Programa Sertão Sustentável e Capital Social tem contribuído para o desenvolvimento local sustentável na Comunidade Quilombola Fonseca no município de Manaíra, PB?*

Os resultados obtidos demonstram que essa interface, indiscutivelmente, proporcionou avanços para a comunidade de Fonseca e, conseqüentemente, melhores níveis de desenvolvimento sustentável local.

A partir da implantação do PSS e seus respectivos projetos, os moradores da comunidade obtiveram uma significativa melhora na qualidade de vida, principalmente por atualmente desfrutarem de um acesso mais amplo à água e as conseqüentes benesses desse acesso. Houve, por exemplo, melhorias no campo agrícola, agora com um maior potencial de irrigação. Além disso, atualmente mulheres e crianças possuem um tempo maior para desenvolverem outras atividades, uma vez que não necessitam mais investir tanto tempo retirando água. Por fim, destaca-se o impacto desse programa na promoção de saúde local, com a diminuição da prevalência e incidência de parasitoses intestinais nos moradores locais a partir do acesso a uma fonte de água mais limpa.

Concernente à mensuração do capital social na comunidade e seu conseqüente papel no desenvolvimento sustentável local, primeiramente, destaca-se a função alocadora da Associação Quilombola, e também as ações da ACEV Social, pois os resultados da pesquisa demonstram que essas fortaleceram e/ou estimularam na comunidade aspectos como a confiança, a cooperação, a reciprocidade, a interação, a consciência cívica, entre outras importantes dimensões para o processo de desenvolvimento local sustentável.

Entretanto, apesar da relevância dessas duas instituições para o capital social em Fonseca, sabe-se que não há na comunidade uma abundante concentração desse recurso. Haja vista que os aspectos que foram estimulados e/ou fortalecidos na comunidade, como confiança, cooperação e interação, ainda são bastante limitados.

Diante dessa realidade, o lócus social em estudo ainda é caracterizado por uma acentuada situação de vulnerabilidade social, realidade que perdurará por tempo indeterminado, visto que as políticas públicas sociais destinadas à comunidade de Fonseca têm se mostrado, de uma forma geral, assistencialistas e, conseqüentemente, deficientes.

Assim, acredita-se que as políticas públicas existentes, além de ajustes, necessitam de maior e melhor acompanhamento e análise, com a finalidade principal de se atender as reais necessidades da população local, proporcionando políticas que vislumbrem soluções em curto e longo prazo. Ressalta-se que a execução desses ajustes e análises é requisito essencial à

promoção de uma experiência exitosa de Desenvolvimento Sustentável Local em Fonseca, uma vez que a realidade local está muito distante disso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. Ed. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009. 152p.

AÇÃO EVANGÉLICA SOCIAL. **Relatório anual narrativo**. Campina Grande - Paraíba, 2013.

ANDRADE, M. C. **A Seca: Realidade e Mito**. Pernambuco: Editora Asa. 1985.

ARAÚJO, T.B. de Nordeste, Nordestes: que Nordeste? *In*: AFFONSO, R.B.A.; SILVA, P.L.B. (org.) **Desigualdades regionais e desenvolvimento** - (Série Federalismo no Brasil). São Paulo: FUNDAP: Editora da UNESP, 1995. 156p.

BAIARDI, A & LANIADO, R. N. A ação social extra firma do empresariado baiano. *In*: T. Fischer (Org.), **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação** (pp. 314-330). Salvador: Casa da Qualidade. 2002.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Administração MACKENZIE**, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo. p. 51-82, 2011.

D'ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BARRETO, P. H. Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. **Desafios do Desenvolvimento. Ano 6. Edição 48**, 2009. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 10 out. 2014.

BODIN, O & CRONA, B. Management of Natural Resources at the Community Level: Exploring the Role of Social Capital and Leadership in a Rural Fishing Community. **World Development**, 36 (12), 2763 – 2779, 2008.

BOUMA, J.; BULTE, E.; VAN SOEST, D. Trust and cooperation: Social capital and community resource management. **Journal of Environmental Economics and Management**, 56, 155 – 166, 2008.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **The forms of capital**, in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood. 1985.

CARVALHO, I. C. M. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. Série registros, n. 9, p. 1-56, São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 1991.

CASTRO, I. **Problemática qualitativa e quantitativa do “capital social”**: uma exploração. Disponível em:
<<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200603.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2014.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, p. 95-120, 1988.

CONSTANTINI, G. Experiências de avaliação em debate. In T. Fischer (Org.), **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação (pp. 220-228). Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

DUARTE, R. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales en América Latina. CLACSO. Buenos Aires. 2001. 464p. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>>. Acesso em 27 de outubro de 2014.

DUQUE, G; MELLO, A. C. P; ARAÚJO, M. G. B. Ação coletiva e desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 25, p. 109-116, 2012.

FONSECA, I. F. O Capital Social nas Políticas Socioambientais: entre a Panacéia e o Bom Uso do Conceito. Brasília: **Sustentabilidade em debate**, 2010.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N. & WOOLCOCK, M. Questionário Integrado Para Medir Capital Social. **Banco Mundial**, 2003. 73p.

GUIMARÃES, R. & FONTOURA, Y. Desenvolvimento Sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 509-532, 2012.

HIGGINS, S.S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó - SC: Argos. 2005.

KI-ZERBO, J. **A quando I’Afrique?** – Entretienavec René Holenstein, Editions de 1 Aube, La tour d Aigues, 2003.

LATOUCHE, S. **Petit Traité de ladécroissancesereine**. Paris: Mille et un Nuits, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *In*: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

LIMA, G. F. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, SP: UNICAMP. v. 6, n. 2, 2003.

LIMA, J. V. R. B. C., “As possibilidades de uma socioecologia em Amartya Sen”. *In*: **Pensamento Plural**, Ano 2 – n. 3, julho/dezembro 2008.

LIMA, R. C. C.; CAVALCANTE, A. M. B. & PEREZ-MARIN, A. M. **Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Campina Grande: INSA-PB, 2011.

Disponível em:

<http://www.insa.gov.br/wpcontent/themes/insa_theme/acervo/desertificacaoe-mudancas-climaticas.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

LIMA FILHO, S. C. Capital Social e Desenvolvimento Sustentável: A Experiência de Campo do Brito (SE). **Econômica do Nordeste**, n. 01, ed. Jan./Mar., 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1232>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

MACÊDO, N. M. M. N.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande – PB. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. 619-632, 2011.

MACKE, J.; CARRION, R. M. & DILLY, E. K. Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. **Administração Contemporânea** [online]. 2010, vol.14, n.5, pp. 836-853. ISSN 1982-7849.

MARTELETO R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação Brasília**. v. 33, n 3, p. 41-49, 2004.

MELO, F. P.; NETO, & FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualimark. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). Guia informativo das ações de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal. Brasília: MDS, 2006.

MORGAN, D. **Focus groups as qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage, 1997.

MONASTÉRIO, L. M. Capital Social e Crescimento Econômico: Mecanismos. **Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. p. 866-880, 2000.

MUNIZ, Durval de Albuquerque Júnior. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Brasileira de História**, n. 28. São Paulo: Marco Zero, 1994b.

NAHAPIET, J. GHOSHAI, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, 23(2), p. 242-266, 1998.

NEVES, F. C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

NOGUEIRA, M. A. & CATANI A. M. (Orgs). **Pierre Bourdieu: Escritos de Educação**. 12 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2011.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <<http://migre.me/bGpXm>>. Acesso em: 8 de novembro de 2011.

NUNES, M. R. O.; SANTOS, K. M. & AZEVEDO, F. F. Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual. **Turismo y Patrimônio Cultural**, ISSN 1695-7121, v. 12, n. 2, 2014, p. 443-452.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ONYX, J.; BULLEN, P. 2000. Measuring social capital in fi ve communities. **Journal of Applied Behavioral Science**, 36 (1):23-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1177/0021886300361002>>.

PINTO, C. R. J. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil.(1993-2003). **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 1. 2005.

PIRAUX, M. & BONNAL, P. Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais. O caso do território da Borborema e da Articulação do Semiárido. Rio de Janeiro: **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, 2011: p. 62-87.

POMPEU SOBRINHO, T. **História das secas**: século XX. 2. ed. Mossoró: Esam, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI).

_____. Social capital: its origins and application in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 24(1), 1-24. 1998.

PORTES, A. CAPITAL SOCIAL: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, 2000.

PRETTY, J. & WARD, H. Social capital and the environment. **World Development**, 29 (2), 209 – 227, 2001.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Relatórios de Projetos da ACEV Social 2010/2011. Disponível em:
<<http://www.acevsocial.org.br/a-acev-social/relatorios/>>. Acesso em: 17 de maio de 2012.

RISCADO, J. L. S.; OLIVEIRA, M. A. B. & BRITO, A. M. B. B. Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde Social**. São Paulo, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentando**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I.; LAGES, V. N. **Capital social e desenvolvimento**: novidade para quem? Disponível em:
<<http://www.cepal.org/prensa/noticias/comunicados/3/7903/sachsvinicius.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

SAWYER, D. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? Política Ambiental. Economia Verde: **Desafios e Oportunidades**, Belo Horizonte, n.8, p.36-42, junho. 2011.

SCHERER-WARREN, I. Redes e sociedade civil global. *In*: S. Haddad (Org.), **ONGs e universidades**: desafios para a cooperação na América Latina (pp. 63-92). São Paulo: Petrópolis. 2002.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. B.; GUERRA SOBRINHO, L. D.; GOMES, R. A. & FERNANDES, M. Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas-PB. **Cronos** (Natal. Impresso), v. 10, p. 121-143, 2009.

SILVA, Jairo Bezerra. As tramas da questão hídrica: uma análise da transformação da água num bem público dotado de valor econômico e dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil. 2010. 263 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidades Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2010.

SILVA, J. B.; SOBRINHO, L. G.; FERNANDES, M. & RAMALHO, A. M. C. A pegada da água e sua articulação com a virtual water: nuances da comodificação dos recursos hídricos. **Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, p. 05-17, 2014.

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. *In*: T. Fischer (Org.), **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação** (pp. 239-244). Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

TOSCANI, A. L. F. C.; SILVA, D. H.; OLIVEIRA, N. P. R. *Jornal Nacional, informação x manipulação*. Revista Eletrônica de Comunicação. Unifacef. Jan./Jun. 2006.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Neodesenvolvimentismo. Quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 83-94, Jul./Set. 2006.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Senac, 2010.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.

VIZEU, A. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2006.

_____. **Decidindo o que é notícia – Os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VIZEU, F. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

WANDERLEY, M. N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU Nueva Época*, n. 5, **Noviembre**, 2010. Disponível em:
<<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>>.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WENCESLAU, J.; ANTEZANA, N. L. & CALMON, P. du P. Políticas da Terra: existe um novo discurso ambiental pós Rio+20?. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 10, p. 584-604, 2012.

World Bank.(2004). **Social capital for development**. Acesso em: 27 de abril de 2014
<<http://www1.worldbank.org/prem/poverty/scapital/index.htm>>.

APÊNDICE

APÊNDICE – QUESTÕES CENTRAIS

Grupos e Redes

1. Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, ou qualquer outro membro do seu domicílio, pertencem. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar. De quantos grupos você, ou alguém em seu domicílio, faz parte?

2. De todos os grupos que você, ou os membros do seu domicílio fazem parte, qual é o mais importante para o seu domicílio?

_____ [Nome do grupo]

3. Pensando nos membros deste grupo, a maioria deles é do(a) mesmo(a)...

	1 Sim 2 Não
A. Religião	
B. Sexo	
C. Grupo étnico ou linguístico/raça/casta/tribo	

4. Os membros do grupo têm, em sua maioria, a mesma...

	1 Sim 2 Não
A. Ocupação	
B. Formação educacional ou grau de escolaridade	

5. Esse grupo trabalha ou interage com grupos fora do(a) bairro/localidade?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

6. Quantos amigos próximos você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade, para conversar a respeito de assuntos particulares, ou chamar quando precisa de ajuda.

7. Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro [RURAL: o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana; URBANO: o que você ganharia, digamos, em uma semana de trabalho], há pessoas além do seu domicílio ou parentes próximos, que estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

1. Definitivamente
2. Provavelmente
3. Não tenho certeza
4. Provavelmente não
5. Definitivamente não

Confiança e Solidariedade

8. Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado ao lidar com as pessoas?

1. Pode-se confiar nas pessoas
2. Nunca é demais ter cuidado

9. Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações?

	<ol style="list-style-type: none"> 1 Concordo totalmente 2 Concordo em parte 3 Nem concordo, nem discordo
--	--

	4 Discordo em parte 5 Discordo totalmente
A.A maioria das pessoas neste(a) bairro/localidade estão dispostas a ajudar caso você precise.	
B.Neste(a) bairro/localidade, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	

10. Quanto você confia em...

	1 Confio totalmente 6 Confio muito 7 Nem muito, nem pouco 8 Confio pouco 9 Confio muito pouco
A.Membros do governo local	
B.Membros do governo central	

11. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas têm benefícios para muitas pessoas do(a) bairro/localidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

A. Tempo

B. Dinheiro

- 1 Não contribuiria com tempo
2 Contribuiria com tempo

- 1 Não contribuiria com dinheiro
2 Contribuiria com dinheiro

Ação Coletiva e Cooperação

12. Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio participou de alguma atividade comunitária, em que as pessoas se reúnem para realizar algum trabalho em benefício da comunidade?

- 1 Sim
2 Não (vá para a questão 14)

13. Quantas vezes, nos últimos 12 meses?

14. Se houvesse um problema de abastecimento de água nesta comunidade, qual é a probabilidade de que as pessoas cooperassem para tentar resolver o problema?

- 1 Muito provável
- 2 Relativamente provável
- 3 Nem provável, nem improvável
- 4 Relativamente improvável
- 5 Muito improvável

Informação e Comunicação

15. No ultimo mês, quantas vezes você fez ou recebeu um telefonema?

16. Quais são as três fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tal como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar, etc.)?

- 1 Parentes, amigos e vizinhos
- 2 Boletins da comunidade
- 3 Mercado local
- 4 Jornal local ou da comunidade
- 5 Jornal nacional
- 6 Rádio
- 7 Televisão
- 8 Grupos ou associações
- 9 Colegas de trabalho ou sócios
- 10 Associados políticos
- 11 Líderes da comunidade
- 12 Um agente do governo

--	--	--

- 13 ONGs
- 14 Internet

Coesão e Inclusão Social

17. Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem num(a) mesmo(a) bairro/localidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes no(a) seu(sua) bairro/localidade? Utilize uma escala de 5 pontos, em que 1 quer dizer “extremamente diferentes” e 5 quer dizer “muito pouco diferentes”.

- 1 Extremamente diferentes
- 2 Muito diferentes
- 3 Relativamente diferentes
- 4 Pouco diferentes
- 5 Muito pouco diferentes

18. Algumas dessas diferenças causa problemas?

- 1 Sim
- 2 Não → vá para a questão 21

19. Quais são as duas diferentes que mais frequentemente causam problemas?

- 1 Diferenças de educação
- 2 Diferenças de posses de terra
- 3 Diferenças de riqueza/posses materiais
- 4 Diferenças de posição social
- 5 Diferenças entre homens e mulheres
- 6 Diferenças entre as gerações mais jovens e as gerações mais velhas
- 7 Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
- 8 Diferenças de filiação política
- 9 Diferenças de crenças religiosas
- 10 Diferenças de origem étnica, raça, casta/tribo
- 11 Outras diferenças

--	--

20. Alguma vez esse problemas levaram à violência?

- 1 Sim
2 Não

21. Quantas vezes, no último mês, você se reuniu com outras pessoas para comer ou beber, em casa ou em um lugar público?

22. [SE A RESPOSTA NÃO FOR ZERO] Alguma dessas pessoas era...

	1 Sim 2 Não
A.De origem étnica ou linguística, raça/casta/tribo diferente?	
B.De situação econômica diferente?	
C.De posição social diferente?	
D.De um grupo religioso diferente?	

23. Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho(a) em casa?

- 1 Muito seguro(a)
2 Moderadamente seguro(a)
3 Nem seguro(a), nem inseguro(a)
4 Moderadamente inseguro(a)
5 Muito inseguro(a)

Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política

24. Em geral, você se considera uma pessoa...

- 1 Muito feliz
2 Moderadamente feliz
3 Nem feliz, nem infeliz
4 Moderadamente infeliz
5 Muito infeliz

25. Você sente que tem poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua vida?

Faça uma avaliação de você em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”, e 5 que dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”.

- 1 Totalmente capaz de mudar minha vida
- 2 Geralmente capaz de mudar minha vida
- 3 Nem capaz, nem incapaz
- 4 Geralmente incapaz de mudar minha vida
- 5 Totalmente incapaz de mudar minha vida

26. Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas neste(a) bairro/localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade?

- 1 Nunca
- 2 Uma vez
- 3 Algumas vezes (<5)
- 4 Muitas vezes (>5)

27. Muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Você votou nas últimas eleições municipais/estaduais/nacionais?

- 1 Sim
- 2 Não